



DOUGLAS BAPTISTA

The background of the book cover features a dramatic scene of Jesus kneeling in the Jordan River. He is silhouetted against a bright, golden sky where a white dove is flying. Sunbeams radiate from behind the dove and the horizon, reflecting off the water. The overall atmosphere is one of divine revelation and holiness.

# A SANTÍSSIMA TRINDADE

O Deus Único Revelado em Três Pessoas Eternas

# A Santíssima TRINDADE

O Deus Único Revelado  
em Três Pessoas Eternas

**Douglas Baptista**

# A Santíssima TRINDADE

O Deus Único Revelado  
em Três Pessoas Eternas

1<sup>a</sup> edição



Rio de Janeiro  
2025

Todos os direitos reservados. Copyright © 2026 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na web e outros), sem permissão expressa da Editora.

Preparação dos Originais: Daniele Pereira

Revisão: Cristiane Alves

Capa: Elisangela Santos

Projeto gráfico e Editoração: Anderson Lopes

CDD: 220 – Bíblia

ISBN: 978-65-5968-580-6

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 2009, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site: <https://www.cpad.com.br>.

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus

Av. Brasil, 34.401, Bangu, Rio de Janeiro – RJ

CEP 21.852-002

1<sup>a</sup> edição: 2025

Impresso no Brasil

Tiragem: 45.000

# Apresentação

A doutrina da Santíssima Trindade é um dos pilares centrais da fé cristã, revelando que há um único Deus em três pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo, coiguais e coeternos, que atuam em perfeita unidade na criação, redenção e santificação do ser humano. Essa verdade, ainda que não completamente compreendida pela razão humana, é claramente revelada nas Escrituras.

Historicamente, a doutrina trinitária enfrentou diversos ataques, desde os arianos, que negavam a divindade do Filho, até as distorções modernas que confundem o papel do Espírito Santo ou reduzem a Trindade a uma simples metáfora ética. Tais heresias exigiram aprofundamento teológico e concílios ecumênicos, como o Concílio de Niceia (325 d.C.) e o Concílio de Constantinopla (381 d.C.), que afirmaram a coigualdade e consubstancialidade das três pessoas divinas, consolidando a ortodoxia cristã.

O desenvolvimento histórico da doutrina trinitária revela não apenas um esforço teológico, mas a busca de manter fielmente a revelação bíblica, que apresenta cada pessoa da Trindade desempenhando papéis distintos, porém inseparáveis. O Pai é revelado como a fonte e o originador da salvação, o Filho como o Verbo encarnado que redime e reconcilia, e o Espírito Santo como regenerador, capacitador e santificador. Cada uma dessas funções evidencia a cooperação intratrinitária no plano da salvação e na edificação da Igreja.

A relevância contemporânea da abordagem trinitária não se limita a debates teológicos abstratos, mas tem implicações práticas e pastorais. Compreender a Trindade fortalece a identidade da Igreja, sustenta a vida devocional e orienta a missão cristã: a Igreja é enviada pelo Pai, comissionada pelo Filho e capacitada pelo Espírito Santo (Mt 28.19-20; At 1.8). Ignorar essa dimensão trinitária compromete tanto

a teologia quanto a prática cristã, levando a uma visão fragmentada de Deus, centrada na razão humana, em vez de na realidade plena e sobrenatural do Deus triúno.

Portanto, essa obra busca conduzir os crentes a uma compreensão sólida e bíblica da Santíssima Trindade, explorando cada pessoa divina em suas relações, funções e comunhão, destacando a importância de permanecer fiéis à revelação bíblica diante das distorções históricas e contemporâneas, e aplicando essa compreensão à vida espiritual, à adoração e à missão da Igreja.

Desejo-lhe uma proveitosa leitura!

*“Gloria Patri, et Filio, et Spiritui Sancto”*

*“Não são, portanto, três deuses, mas um só Deus [...] o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus, os três juntos, apenas um só Deus”*

Agostinho, *De Trinitate*

*Pastor Douglas Roberto de Almeida Baptista*

Presidente do Conselho de Educação e Cultura da CGADB

Comentarista de Lições Bíblicas de Adultos da CPAD

# SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1. O Mistério da Santíssima Trindade .....	9
2. O Deus Pai.....	20
3. O Pai Enviou o Filho.....	31
4. A Paternidade Divina.....	42
5. O Deus Filho.....	54
6. O Filho como o Verbo de Deus .....	66
7. A Obra do Filho.....	77
8. O Deus Espírito Santo .....	89
9. Espírito Santo — O Regenerador.....	101
10. Espírito Santo — O Capacitador .....	113
11. O Pai e o Espírito Santo .....	124
12. O Filho e o Espírito.....	135
13. A Trindade Santa e a Igreja de Cristo .....	147
Referências.....	158



## Capítulo 1

# O Mistério da Santíssima Trindade

A doutrina da Trindade é uma das verdades centrais e mais sublimes da fé cristã. Ela expressa a unicidade de Deus em três Pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Essa doutrina é plenamente fundamentada nas Escrituras Sagradas, sendo essencial para compreender a natureza de Deus e sua obra na redenção da humanidade. O batismo de Jesus, por exemplo, retrata um dos momentos especiais da revelação divina sobre a natureza trinitária de Deus.

Esse evento está detalhadamente registrado nos Evangelhos Sinóticos (Mt 3.13-17; Mc 1.9-11; Lc 3.21-22). Nele, de maneira simultânea, as três Pessoas da Trindade se manifestam: o Filho é batizado, o Espírito Santo desce como pomba e o Pai fala dos céus. O episódio fornece uma base sólida para a doutrina da Trindade. Neste capítulo, vamos abordar o mistério da Trindade sob três aspectos: a revelação no batismo de Jesus, a distinção e unidade das Pessoas divinas, e a relevância da Trindade para a fé cristã.

### I – A REVELAÇÃO TRINITÁRIA NO BATISMO DE JESUS

#### 1. O Batismo do Filho: A Obediência de Cristo

Jesus, o Deus encarnado (Jo 1.14), veio até o Jordão para ser batizado nas águas (Mt 3.13). João Batista inicialmente recusou, reconhecendo a superioridade moral e espiritual do Messias (Mt 3.14). No entanto, Jesus insiste: “Deixa por agora, porque assim nos convém cumprir toda

a justiça” (Mt 3.15). A frase “**cumprir toda a justiça**” aponta para a obediência de Cristo a cada exigência da Lei, tanto moral quanto cerimonial (Rm 10.4). Implica afirmar que, quando Cristo assumiu a forma humana, Ele se colocou debaixo das regras da antiga aliança. E isso foi assim para cumprir tudo que é justo. Apesar de ser autoexistente e eterno, Ele voluntariamente se sujeitou ao Pai.<sup>1</sup> Dessa forma, o batismo nas águas representa o início público de seu ministério terreno e sua identificação com a humanidade. Refere-se a um gesto de solidariedade com o ser humano caído antecipando o caráter substitutivo de sua missão.

Ele se submeteu à lei cerimonial para cumprir os preceitos divinos, associando-se à condição dos pecadores que veio salvar (Mt 5.17). Seu batismo não foi por necessidade de expressar arrependimento, já que Ele não era um pecador (2 Co 5.21; Hb 4.15). Aponta para a sua missão como Servo Sofredor (Is 53.11) entre os transgressores, não porque fosse um deles, mas porque veio tomar o lugar deles diante de Deus. Segundo Campos, “Ele não tropeçou num só mandamento da lei. Ele obedeceu a todos eles plenamente. Por isso é chamado de Justo aquele que deu a sua vida pelos injustos”.<sup>2</sup>

O batismo de Jesus, também é uma atitude de obediência ao plano redentor do Pai. Essa obediência é parte da justiça imputada aos crentes, pois Cristo viveu perfeitamente o que a Lei exigia (Jo 1.17). Nesse sentido, é uma proclamação antecipada da cruz, quando começa sua jornada de humilhação, que culminará em sua morte expiatória (Fp 2.8). Ele é o “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29).

Portanto, o batismo de Jesus nos ensina o caminho da obediência, da humildade e do serviço. Ele nos mostra que o ministério verdadeiro começa com submissão à vontade do Pai. Assim como Jesus, nós também precisamos ser guiados pela soberana vontade de Deus para realizar qualquer obra em seu nome. Que possamos, como Igreja, seguir o exemplo do Senhor, viver em obediência e em comunhão constante com a Trindade.

<sup>1</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, p. 52.

<sup>2</sup> CAMPOS, Heber Carlos de. **A Humilhação do Redentor**: encarnação e sofrimento. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 588.

## 2. A Descida do Espírito: A Unção para o Ministério

Logo após sair das águas, Jesus viu os céus se abrir e o Espírito Santo descer sobre Ele em forma corpórea como uma pomba (Mt 3.16; Mc 1.10; Lc 3.22; Jo 1.32). Essa manifestação visível do Espírito não representa uma adoção ou escolha messiânica tardia, como se Jesus passasse a ser o Messias naquele instante. Trata-se de uma confirmação pública de que Ele já era o Ungido, conforme anunciado desde o seu nascimento: “Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo” (Lc 1.32).

O título “Cristo” (gr. *Christós*) equivale à palavra “Messias” (hb. *Mashiach*), e ambos significam “Ungido”.<sup>3</sup> Assim, a unção do Espírito no batismo revela que Jesus é o verdadeiro Messias (Jo 1.32-33). Na descida do Espírito, os textos messiânicos se cumprem na pessoa de Cristo: “repousará sobre ele o Espírito do SENHOR” (Is 11.2); “eis aqui [...] o meu eleito, [...] pus o meu Espírito sobre ele” (Is 42.1). Na sinagoga em Nazaré, Ele mesmo declarou: “O Espírito do Senhor é sobre mim” (Lc 4.18).

Pearlman destaca que “assim como o Espírito desceu sobre Maria na concepção, assim também no batismo o Espírito desceu sobre o Filho, ungindo-o como Profeta, Sacerdote e Rei. A primeira operação santificou sua humanidade; a segunda consagrou sua vida oficial”.<sup>4</sup> Isso demonstra que a vinda do Espírito não se refere à regeneração de Cristo (Ele era sem pecado), mas à capacitação para o exercício de sua missão pública. Acerca disso, Pedro declarou a Cornélio: “Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo [...]; o qual andou [...] curando a todos os oprimidos do diabo” (At 10.38a).

Horton assevera que “o Espírito Santo veio sobre Jesus no seu batismo (Lc 3.21,22). Nessa ocasião, o relacionamento entre ambos assume um novo aspecto”.<sup>5</sup> Não apenas uma habilitação, mas uma confirmação da missão redentora. A obra do Espírito, portanto, não

<sup>3</sup>VINE, W. E. et al. **Dicionário Vine**: O significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 522.

<sup>4</sup>PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. São Paulo: Vida, 2006, p. 243.

<sup>5</sup>HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 333.

foi algo temporário, mas uma capacitação divina permanente para cumprir o propósito salvífico do Pai: “pois não lhe dá Deus o Espírito por medida” (Jo 3.34).

A descida do Espírito sobre Jesus nos ensina que toda obra ministerial autêntica deve ter como ponto de partida a capacitação que vem do alto (Lc 24.49). A Igreja como Corpo de Cristo também depende do Espírito para cumprir sua missão (At 1.8). Que possamos, à semelhança do Mestre, viver e servir sob a unção e direção do Espírito. Não basta iniciar bem a corrida; é necessário o “fôlego” do Espírito para alcançar a linha de chegada (1 Co 9.24).

### 3. A Voz do Pai: A Aprovação Celestial

A cena culminante do batismo de Jesus é autenticada pela voz do Pai que declara dos céus: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Mt 3.17; Lc 3.22; Mc 1.11). Essa é uma das poucas ocasiões na Nova Aliança em que a voz de Deus Pai é ouvida de forma audível (Mt 17.5; Jo 12.28; At 9.4). Ela marca um momento histórico e decisivo: a aprovação divina e pública do ministério do Filho. Essa declaração remete à profecia messiânica: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei” (Sl 2.7). O Pai confirma que Jesus não é apenas um profeta ou mestre, mas o Filho Eterno: o Messias prometido, o ungido pelo Espírito Santo, o Servo em quem Ele tem pleno prazer (Is 42.1).

A voz do céu não inaugura a filiação de Jesus, mas a proclama diante da multidão. A filiação divina é eterna, conforme João afirma: “e o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai” (Jo 1.14). Essa voz é o eco do decreto eterno, revelando a união hipostática: Jesus é plenamente Deus e plenamente homem. Como explica Pearlman “Cristo é a Palavra de Deus, demonstrando-o em pessoa. Ele não somente traz a mensagem de Deus — ele é a mensagem de Deus”.<sup>6</sup>

A doutrina da Trindade se manifesta de forma plena nesse momento: o Pai fala do céu, o Filho está nas águas, e o Espírito desce como pomba (Mt 3.16-17). Tal episódio confirma a cooperação das

---

<sup>6</sup> PEARLMAN, 2006, p. 122.

três Pessoas da Trindade na obra redentora. A voz do Pai é, portanto, a chancela divina sobre o ministério do Filho, e nos inspira a buscar essa mesma aprovação em nossa caminhada cristã. Em Cristo Jesus, o Filho Amado do Pai, nós também somos recebidos como filhos adotivos: “Vede quão grande amor nos tem concedido o Pai: que fôssemos chamados filhos de Deus” (1 Jo 3.1).

## II – A DISTINÇÃO E UNIDADE DAS PESSOAS DIVINAS

### 1. Unidade e Distinção Pessoal

A doutrina da Trindade afirma que Deus é uma só essência, mas subsiste em três Pessoas distintas. A palavra “essência” tem origem no termo grego “**ousia**” que também pode ser traduzido como “substância” ou “ser”.<sup>7</sup> Quando dizemos que Deus é uma só essência, estamos afirmando que existe apenas um único Deus verdadeiro, indivisível em sua natureza. Isso confirma a confissão monoteísta das Escrituras: “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR” (Dt 6.4). Essa **ousia** divina é eterna, infinita, imutável, santa, amorosa, justa e onisciente. Não há três essências ou três deuses, mas uma única natureza divina, compartilhada plenamente pelas três Pessoas.

Portanto, na Trindade Deus é uma só “**ousia**”, mas “subsiste” em três Pessoas. A expressão “subsiste” do grego “**hypóstases**” refere-se a uma “subsistência” ou “Pessoa”.<sup>8</sup> Ela é empregada para expressar que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são pessoas realmente distintas, mas não separadas na divindade. Cada Pessoa possui a plenitude da divindade, contudo, enfatizamos que não são três deuses, pois compartilham da mesma **ousia**. Essa formulação foi consolidada no Concílio de Niceia (325 d.C.) e ratificada no Concílio de Constantinopla (381 d.C.), reconhecendo que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são coiguais e coeternos, compartilhando da mesma natureza divina.

Desse modo, ratificamos que “a divindade é o Pai, o Filho e o Espírito Santo ou que o Pai, o Filho e o Espírito Santo, embora distintos

<sup>7</sup>ROBINSON, Edward. **Léxico Grego do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2012, p. 669.

<sup>8</sup>ERICKSON, Millard J. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 217.

em pessoas, são o mesmo e o único Deus, em essência revelado nas Escrituras”.<sup>9</sup> Essa distinção não implica em desigualdade, pois todas as três Pessoas são coeternas, coiguais e consubstanciais. Não existe uma essência do Pai, e outra do Filho e uma outra parte do Espírito. Deus é indivisível e sua essência não está dividida em três partes. A mesma e indivisível essência é a essência do Pai, do Filho e do Espírito.<sup>10</sup>

A obra da redenção, por exemplo, é trinitária em sua essência: o Pai planeja e elege (Ef 1.4); o Filho executa a obra expiatória (Jo 3.16; Hb 9.12); e o Espírito aplica os benefícios da salvação (Tt 3.5; Rm 8.16). Assim, a unidade divina, longe de ser contradita pela Trindade, é enriquecida por ela, revelando um Deus que é, ao mesmo tempo, uno em essência e triúno em Pessoa. Ratificamos, portanto, que o Deus bíblico não é uma unidade absoluta, monolítica ou impessoal, mas sim uma unidade composta e dinâmica, eternamente subsistente em três Pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo.<sup>11</sup>

## 2. A Pluralidade na Unidade no Antigo Testamento

A doutrina da Trindade, embora plenamente revelada no Novo Testamento, encontra fundamentos preparatórios no Antigo Testamento, especialmente em expressões que apontam para uma pluralidade na unidade divina. Um dos principais exemplos é o nome hebraico **Elohim**, utilizado para referir-se ao Deus de Israel: “No princípio, criou Deus [Elohim] os céus e a terra” (Gn 1.1). O termo “Elohim” é um plural morfológico de “Eloah”, mas aparece nesse versículo com o verbo “criar” no singular (**bara**).<sup>12</sup> Segundo Berkhof, essa combinação

<sup>9</sup> PAIXÃO, Marcus. **O Ser de Deus e a Trindade**. São Paulo: O Estandarte de Cristo, 2021, p. 116.

<sup>10</sup> PAIXÃO, 2021, p. 118.

<sup>11</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, p. 38.

<sup>12</sup> *Eloah* (אֱלֹהָה) aparece cerca de 57 vezes no Antigo Testamento, especialmente em Jó, Salmos e Habacuque. É um termo menos comum do que *Elohim*, mas também é usado para se referir ao Deus de Israel, especialmente em contextos de solenidade. Por exemplo: “aquele dia torne-se em trevas; Deus (Eloah) lá de cima não se importe com ele, nem sobre ele resplandeça a luz” (Jó 3.4); “Deus (Eloah) veio de Temã, e o Santo, do monte Parâ” (Hc 3.3). Teologicamente, Eloah reafirma o monoteísmo do Antigo Testamento, mesmo dentro de uma linguagem que comporta pluralidade em Elohim — a forma plural intensiva usada mais frequentemente.

gramatical de um sujeito plural com um verbo no singular “contém uma indicação de distinções pessoais em Deus, conquanto não sugeram uma triplicidade, mas apenas uma pluralidade de pessoas”.<sup>13</sup>

Essa estrutura gramatical incomum reaparece em outros textos bíblicos. No ato da criação do ser humano, por exemplo, Deus decide: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1.26). Aqui, o uso do plural deliberado (“façamos” e “nossa”) não pode ser visto como mera indicação do plural majestático, mas como uma interpretação trinitária retrospectiva.<sup>14</sup> O mesmo padrão se repete noutras passagens em que Deus fala consigo mesmo em pluralidade: “Então disse o SENHOR Deus: Eis que o homem é como um de nós” (Gn 3.22); “Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua” (Gn 11.7); “A quem enviarei, e quem há de ir por nós?” (Is 6.8). Grudem observa que nesses textos “temos uma indicação da pluralidade de pessoas no próprio Deus”.<sup>15</sup>

Nesse aspecto, o profeta Isaías fornece uma ação trinitária mais explícita: “Agora, o SENHOR Deus me enviou a mim e ao seu Espírito” (Is 48.16, ARA). No versículo, o Servo de Deus, interpretado como sendo o Messias, distingue a si mesmo, ao Senhor Deus e ao Espírito, demonstrando três Pessoas divinas distintas atuando em unidade redentora. Conforme afirma Erickson, a revelação progressiva da Trindade começa a ser percebida na interação das Pessoas divinas em textos como esses, mesmo que ainda de forma velada: “em todo o AT pressupõe-se somente um Deus de Abraão, Isaque e Jacó [...] e o testemunho bíblico adicional atestando o aspecto que as três pessoas são Deus<sup>16</sup>. Dessa forma, a doutrina da Trindade não se opõe à unidade divina conforme revelado nas Escrituras; ao contrário, a complementa e a clifica.

### 3. A Trindade Explicitada no Novo Testamento

A doutrina da Trindade, revelada progressivamente nas Escrituras, atinge sua clareza plena no Novo Testamento. A unidade compos-

<sup>13</sup> BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. 4. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 82.

<sup>14</sup> GILBERTO, Antônio et al. **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 79.

<sup>15</sup> GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 166.

<sup>16</sup> ERICKSON, 2015, p. 318-319.

ta de Deus, apresentada de forma sutil no Antigo Testamento, torna-se explícita na Nova Aliança. Deus é uno em essência (**ousia**) e trino em Pessoas (**hypóstases**). Segundo Grudem, “além do fato de serem três pessoas distintas, as Escrituras também dão farto testemunho de que cada pessoa é plenamente Deus”.<sup>17</sup>

Por exemplo, na fórmula batismal, Jesus comissiona discípulos a batizarem “em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19). O termo “nome” (gr. **ónoma**) é um substantivo que está no singular, indicando uma única essência.<sup>18</sup> O batismo cristão, portanto, é uma confissão trinitária, expressando a fé em um só Deus revelado em três Pessoas. O mesmo ocorre com a bênção apostólica: “A graça do Senhor **Jesus Cristo**, e o amor de **Deus**, e a comunhão do **Espírito Santo** sejam com vós todos” (2 Co 13.13, grifo nosso). Aqui, Paulo menciona as três Pessoas divinas com igualdade, como agentes de bênçãos na vida da igreja.

Pedro descreve a salvação como obra conjunta da Trindade: “eleitos segundo a presciênciа de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo” (1 Pe 1.2). No texto, cada Pessoa da Trindade atua em uma dimensão específica: o Pai elege; o Espírito santifica; e o Filho redime. Essa atuação demonstra a harmonia trinitária no plano da salvação. E, Paulo acrescenta “há um só corpo e um só Espírito [...] um só Senhor [...] um só Deus e Pai de todos” (Ef 4.4-6); essa tríade (Espírito, Senhor e Deus Pai) reflete obviamente a estrutura trinitária da divindade. Essa sequência não é acidental, mas intencional, refletindo a verdade do Deus Triúno.

### III. A RELEVÂNCIA DA TRINDADE PARA A FÉ CRISTÃ

#### 1. Desenvolvimento Doutrinário da Trindade

A doutrina da Trindade não surgiu como uma elaboração tardia da Igreja. Ela emerge das Escrituras Sagradas, como resultado de uma

<sup>17</sup> GRUDEM, 1999, p. 171.

<sup>18</sup> FRIBERG, Barbara & Timothy. **O Novo Testamento Grego Analítico**. São Paulo: Vida Nova, 1987, p. 105.

revelação progressiva de Deus, desde o Antigo até o Novo Testamento. O monoteísmo israelita, expresso em textos como “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR” (Dt 6.4) é reafirmado por Jesus: “O primeiro de todos os mandamentos é: Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único” (Mc 12.29). No entanto, esse monoteísmo é relacional, permitindo que a revelação trinitária se desdobre na história da salvação (Rm 1.3-4; Jo 16.3,13; 2 Co 3.17).

A plena articulação teológica da Trindade se consolidou nos primeiros séculos da Igreja em resposta a heresias cristológicas e pneumatológicas. O Concílio de Niceia (325 d.C.) foi convocado para enfrentar o arianismo — doutrina que negava a plena divindade do Filho. O resultado foi a declaração de que o Filho é “da mesma substância” (gr. *homoousios*) do Pai, reafirmando sua plena divindade:

Após esse Concílio, novas controvérsias surgiram na Igreja, dessa vez a respeito da pessoa do Espírito Santo. Um dos movimentos foi o dos *pneumatómacos* (gr. *pneuma*, “espírito”, e *machomai*, “com-bater”) que significa “os que combatem o Espírito”. Eles negavam que o Espírito Santo fosse plenamente Deus. Para eles, o Espírito não compartilhava da mesma substância (*ousia*) do Pai e do Filho. Diante dessa disputa, o Concílio de Constantinopla (381 d.C.) reafirmou e ampliou a confissão de Niceia, especialmente quanto à doutrina do Espírito.

Nesse contexto, Agostinho de Hipona (354–430 d.C.), no tratado *De Trinitate*, sistematizou a doutrina trinitária. Ele desenvolveu conceitos para ilustrar a unidade e distinção das Pessoas divinas e ratificou a doutrina: “o Pai é Deus — o que todos, mesmo os heróges aceitam —, mas também o Filho, o qual assim devem confessar, queiram ou não, pois diz o Apóstolo: o Cristo que acima de tudo é Deus bendito pelos séculos (Rm 9,5); e também o Espírito Santo [...] E os três são um só Deus”.<sup>19</sup>

Tomás de Aquino (1225–1274 d.C.), por sua vez, na *Summa Theologica*, defendeu que o Pai é não gerado, o Filho é gerado eternamente do Pai, e o Espírito Santo procede do Pai e do Filho: “porque o Filho procede como Palavra, a cuja essência pertence à semelhança de espécie com o ser donde procede: mas isto não pertence à essên-

<sup>19</sup> AGOSTINHO. **Patrística**: Santo Agostinho: A Trindade. São Paulo: Paulus, 1995, p. 97.

cia do amor, embora convenha ao Amor chamado Espírito Santo, enquanto amor divino".<sup>20</sup>

Aos Efésios, Paulo, ensina que a experiência cristã é trinitária: "porque, por ele [Cristo], ambos temos acesso ao Pai em um mesmo Espírito" (Ef 2.18). Sinaliza que cristão ora ao Pai, por meio do Filho, no poder do Espírito Santo. Portanto, a doutrina da Trindade é central à fé cristã porque expressa a realidade última de quem Deus é: um só Deus em três Pessoas eternamente distintas, mas consubstanciais e coeternas. Ela é a moldura da revelação bíblica, a estrutura da adoração e a base da comunhão cristã.

## 2. Implicações Doutrinárias e Soteriológicas

A doutrina da Trindade está no cerne da fé cristã e da própria salvação. Em vista disso, a compreensão correta de Deus como uno em essência (gr. *ousia*) e trino em pessoas (gr. *hypóstasis*) fundamenta não apenas a adoração cristã, mas toda a estrutura da redenção. No decorso da história da Igreja, a negação dessa doutrina gerou heresias com profundas consequências teológicas e soteriológicas.

O **triteísmo**, por exemplo, entendido como a crença em três deuses separados, representa uma violação do monoteísmo bíblico: "todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem é tudo e para quem nós vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas" (1 Co 8.6). A doutrina trinitária, ao contrário, não ensina três deuses, mas um só Deus, que subsiste eternamente em três pessoas coiguais e coeternas.

O **unitarismo**, por sua vez, nega a divindade do Filho e do Espírito Santo, restringindo a divindade apenas ao Pai. Essa ideia contradiz a Escritura: "No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus" (Jo 1.1). Negar a divindade do Verbo (Cristo) é negar o próprio Deus que salva. De igual forma, Pedro declara que mentir ao Espírito é mentir a Deus: "[...] por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo? [...] Não mentiste aos homens, mas a Deus" (At 5.3-4).

<sup>20</sup> AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. 1. São Paulo: Loyola, 2003, p. 593.

O **unicismo** ou **modalismo** ensina que Deus é um só, que se manifesta em três modos ou formas distintas ao longo da história: Pai na criação, Filho na redenção e Espírito na santificação. Esse ensino foi rejeitado pela Igreja Primitiva no século III, especialmente contra Sabélio (200–250 d.C.), por confundir as pessoas da Trindade e negar sua distinção simultânea. Essa heresia é refutada no batismo de Jesus (Mt 3.16-17). Nesse evento, as três Pessoas são distintas e se manifestam simultaneamente.

Assim sendo, a doutrina da Trindade é inseparável do evangelho, pois o Deus que salva é o mesmo Deus que se revela.

Dessa forma, as implicações soteriológicas da Trindade são extremamente cruciais. Conforme as Escrituras, a salvação envolve conhecer pessoalmente cada uma das Pessoas da Trindade e viver em comunhão com elas: “E a vida eterna é esta: que conheçam a ti só por único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17.3). O Pai é quem envia, o Filho é quem redime, e o Espírito é quem aplica a salvação.

## CONCLUSÃO

Compreender a Trindade é fundamental para manter a fidelidade doutrinária. Ela não apenas protege a integridade da revelação de Deus, mas também sustenta toda a estrutura da salvação. Crer na Trindade é crer no Deus que salva e que se manifesta plenamente como Pai, Filho e Espírito Santo. Por conseguinte, a doutrina da Trindade deve ser confessada, celebrada e ensinada como fundamento inegociável da fé cristã.

## Capítulo 2

# O Deus Pai

A doutrina da Trindade é um mistério revelado e central à fé cristã: um só Deus em três Pessoas coeternas, consubstanciais e distintas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Não se trata de três deuses, mas de um único Deus em essência (gr. *ousia*), que se manifesta pessoalmente (gr. *hypóstases*) em unidade perfeita e indivisível. O Pai é a fonte eterna da divindade, o princípio sem princípio, de quem o Filho é gerado e de quem procede o Espírito (Jo 15.26; Hb 1.3).

O Pai é o autor do plano redentor, revelado plenamente em Jesus Cristo e aplicado pelo Espírito Santo. A revelação do Pai é progressiva nas Escrituras, culminando em Cristo, o perfeito revelador do Deus invisível (Jo 1.18). Portanto, conhecer a identidade do Pai é mais do que um ponto doutrinário e teológico, mas, sobretudo, é entrar em comunhão com o Criador e Redentor, como ensina Agostinho: “inquieto está o nosso coração, enquanto não repousar em ti”.<sup>1</sup>

### I – A IDENTIDADE DE DEUS, O PAI

#### 1. O Pai É o Único Deus Verdadeiro

A identidade de Deus como Pai é de suma importância na teologia cristã. Sua unicidade é afirmada com clareza tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. A confissão de fé de Israel, conhecida como *She-ma*<sup>2</sup> declara: “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR”

<sup>1</sup>AGOSTINHO. **Patrística:** Santo Agostinho: Confissões. São Paulo: Paulus, 1997, p. 13.

<sup>2</sup>She-ma (שְׁמָה) é uma palavra hebraica que significa “ouve” ou “escuta”, e é a primeira palavra da declaração central de fé do judaísmo (Dt 6.4). Declara que o Senhor (YHWH) é “um” (*echad*). (HAMILTON, Victor P. **Manual do Pentateuco.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 454).

(Dt 6.4). Esse versículo é uma proclamação enfática do monoteísmo bíblico, destacando que o Deus de Israel é único, incomparável, absoluto e singular. Entretanto, o Deus único também é pessoal e relacional, revelando-se progressivamente como Pai, especialmente na Nova Aliança. Deus, no Antigo Testamento, é um só Deus, que se revela pelos seus nomes, pelos seus atributos e pelos seus atos.<sup>3</sup> Ele é apresentado como Criador (Gn 1.1), Juiz (Gn 18.25), Libertador (Êx 20.2) e Pai do povo de Israel (Is 63.16). No Novo Testamento, essa revelação ganha profundidade e clareza. O Pai é apresentado como a Primeira Pessoa da Trindade e sua paternidade é reconhecida explicitamente em várias passagens (Jo 6.27; 1 Co 15.24; Gl 1.1,3; Ef 6.23; 1 Pe 1.2).

O termo “Deus Pai” não é apenas um título, mas expressa a universalidade do senhorio do Pai, reafirmando a unidade do Corpo de Cristo: “um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos, e em todos” (Ef 4.6). Quer dizer que Deus é transcendente (“sobre todos”), ativo (“por todos”) e imanente (“em todos vós”). Cristo reforçou essa identidade ao chamar Deus de “meu Pai” e ensinar os discípulos a orarem “Pai nosso, que estás nos céus” (Mt 6.9). Essa oração aponta para a transcendência divina e convida os crentes à intimidade filial com Deus. O Pai é aquEle que está nos céus, mas que está próximo dos que o invocam com fé e reverência (Sl 145.18).

A paternidade de Deus, portanto, revela um relacionamento íntimo, real, pessoal e transformador. O crente não se aproxima de um Deus distante, mas de um Pai amoroso que deseja comunhão com seus filhos: “[...] recebestes o espírito de adoção de filhos, pelo qual clamamos: Aba, Pai” (Rm 8.15). Desse modo, devemos conhecer a Deus como Pai não como um exercício intelectual, mas como uma fonte de consolo, identidade e segurança espiritual para os filhos de Deus em Cristo.

## 2. O Pai É a Fonte da Divindade

A doutrina cristã reconhece o Pai como a fonte eterna e absoluta da divindade, sendo a Primeira Pessoa da Trindade, não por ordem de

---

<sup>3</sup> HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática:** uma perspectiva pentecostal. Rio Janeiro: CPAD, 1997, p. 159.

hierarquia, mas por prioridade de relação ontológica.<sup>4</sup> Ele é o Deus eterno, que existe por si mesmo, sem princípio ou fim (Dt 33.27). Essa verdade é reafirmada por Jesus ao declarar: “Porque, como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo” (Jo 5.26). Significa que a vida divina não foi recebida nem derivada de algo exterior, mas é inerente e autoexistente, atributo exclusivo da divindade. Acerca da imutabilidade do Pai, a Bíblia declara: “de eternidade a eternidade, tu és Deus” (Sl 90.2). Esse atributo é ratificado em diversos outros textos: “Porque eu, o SENHOR, não mudo” (Ml 3.6); “em quem não há mudança, nem sombra de variação” (Tg 1.17). Essas passagens são essenciais à compreensão de Deus como fundamento absoluto de toda a realidade. Deus não sofre alteração, sendo sempre perfeito, constante e confiável. Em sua natureza espiritual, o Pai é descrito como aquEle que concede e sustenta a vida (Jó 33.4). Em vista disso, o Pai é a fonte não causada da Trindade: Ele gera eternamente o Filho e é o princípio de onde procede o Espírito (Hb 1.1-3). Agostinho, ensina que “o Pai é o princípio da divindade”.<sup>5</sup> Assim sendo, a ortodoxia cristã rejeita qualquer subordinação ontológica entre as Pessoas divinas. Como afirma Berkhof, “embora o Pai esteja em primeiro plano na obra da criação [...] a segunda e a terceira Pessoa não são poderes dependentes ou meros intermediários, mas, sim, Autores independentes, juntamente com o Pai”.<sup>6</sup> Portanto, reconhecer o Pai como fonte de toda divindade é submeter-se com reverência àquEle que não só criou o universo, mas que em amor gerou o Filho para nossa salvação e enviou o Espírito para nossa regeneração.

### 3. O Pai Age por meio do Filho e do Espírito

A paternidade divina é uma das principais chaves hermenêuticas para se compreender a teologia trinitária bíblica. Ao designar Deus

<sup>4</sup> A palavra ontologia vem do grego *ontos* (ser) + *logia* (estudo), significando o estudo do ser ou da natureza da existência. A relação ontológica, no contexto da doutrina da Trindade, não implica em diferença de natureza, mas refere-se à maneira como as Pessoas divinas se relacionam (ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 51).

<sup>5</sup> AGOSTINHO. **Patrística**: Santo Agostinho: A Trindade. São Paulo: Paulus, 1995, p. 184.

<sup>6</sup> BERKHOFF, Louis. **Teologia Sistemática**. 4. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 122.

como “Pai”, a Escritura não apenas identifica sua função dentro da Trindade, mas expressa a maneira como as três Pessoas operam inseparavelmente. Essa ação conjunta não sugere qualquer subordinação ou inferioridade, mas, sim, uma distinção funcional no plano da revelação e da salvação. A ação do Pai, portanto, é inseparável da do Filho e do Espírito. Como explica o apóstolo Paulo, “há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo [...] diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo [...] diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos” (1 Co 12.4-6). Nessa tripla estrutura trinitária que se repete em Efésios 4.4-6, Paulo expõe a unidade do Espírito, do Senhor (Cristo) e de Deus Pai. A atividade de Deus é única, mas mediada distintamente por cada Pessoa da Trindade.

A criação é um exemplo clássico dessa cooperação trinitária. O Pai proclamou as palavras criadoras (Sl 33.9), o Filho as executou (Jo 1.3) e o Espírito pairava sobre a face das águas, participando ativamente da criação (Gn 1.2). O Pai planejou a redenção (Tt 1.2), e o Filho as realizou (Jo 17.4). Após a ascensão do Filho, o Espírito Santo é enviado, conforme prometido (Jo 14.26). O envio do Espírito por parte do Pai e do Filho expressa a comunhão e a missão conjunta da Trindade na história da salvação. É importante salientar que, conforme o Credo de Atanásio, “nessa trindade, não existe primeiro nem último; maior nem menor. Mas as três Pessoas são coeternas, são iguais entre si mesmas”.<sup>7</sup> Esse princípio impede qualquer interpretação subordinacionista que comprometa a unidade e igualdade das Pessoas divinas. Portanto, afirmar que o Pai age por meio do Filho e do Espírito é reconhecer a perfeita harmonia da Trindade.

## II – O PAI REVELADO EM CRISTO

### 1. O Pai se Revela aos Humildes

A revelação de Deus, em especial a do Pai, é uma iniciativa graciosa e soberana, que não se submete aos critérios humanos de sabedoria ou mérito. Jesus exalta ao Pai acerca dessa profunda verdade ao afirmar:

<sup>7</sup> CGADB. *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, p. 214.

“ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos” (Mt 11.25). Esse versículo revela um princípio espiritual fundamental: Deus se oculta dos altivos e se manifesta aos humildes.

O termo traduzido por “sábios” (gr. *sophós*) refere-se àqueles que se consideram intelectualmente superiores ou que possuem uma formação elevada segundo os padrões humanos.<sup>8</sup> Já os “entendidos” (gr. *synetós*) designam os que se julgam capazes de discernir por si mesmos as verdades espirituais.<sup>9</sup> Esses termos caracterizam os fariseus e escribas da época de Jesus, cujo orgulho teológico os impedia de reconhecer a verdade revelada em Cristo (Jo 5.39-40). Eles se tornaram exemplos clássicos de cegueira espiritual: detinham as Escrituras, mas desconheciam o Deus das Escrituras. Isso demonstra que os mistérios do Reino de Deus não são desvelados aos soberbos, aos que se consideram sábios aos próprios olhos (Pv 3.7). O Pai se revela aos “pequeninos” (gr. *népios*), vocábulo que remete à simplicidade e dependência, àqueles que possuem a humildade das crianças (Mt 11.25).<sup>10</sup> A humildade, portanto, não é apenas uma virtude moral, mas uma condição espiritual necessária para se conhecer a Deus. Stott escreve que os humildes, e tão somente esses, recebem o Reino de Deus.<sup>11</sup> Teologicamente, essa verdade está associada à doutrina da revelação especial. Deus não é apreendido por especulação filosófica ou esforço humano, mas se dá a conhecer por meio de Cristo e do Espírito. Destaca-se que “por meio da revelação especial de Deus, a Bíblia Sagrada, que foi divinamente inspirada e nos foi transmitida de forma legível e sem erros, conhecemos a realidade de Deus como um Ser vivo”.<sup>12</sup>

## 2. O Pai se Faz Conhecer pelo Filho

Cristo afirma que o conhecimento do Pai é mediado exclusivamente por Ele: “ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a

<sup>8</sup> ROBINSON, Edward. **Léxico Grego do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2012, p. 843.

<sup>9</sup> ROBINSON, 2012, p. 843.

<sup>10</sup> RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário Bíblico do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 1, p. 78.

<sup>11</sup> STOTT, John. **A Mensagem do Sermão do Monte**. São Paulo: ABU Editora, 1981, p. 29.

<sup>12</sup> BAPTISTA, Douglas. **Teologia Sistemática 1**. Livro didático. Curitiba: FCC, 2021, p. 40.

quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11.27). Nesse versículo, evidencia-se a exclusividade do Filho como revelador do Pai. A revelação de Deus Pai não é acessível à razão humana natural, mas é mediada exclusivamente por Jesus Cristo, o Filho eterno.

Essa afirmação denota duas verdades fundamentais: (i) o Pai é uma Pessoa divina plenamente consciente e relacional (Sl 46.10; Is 46.9); (ii) o conhecimento verdadeiro de Deus é necessariamente cristoцêntrico (Jo 14.6). O Deus Pai é um ser pessoal que se dá a conhecer no tempo e na história, por meio da encarnação do Verbo (Jo 1.14,18). E, conforme Campos, “ninguém pode vir ao conhecimento de Cristo sem que seja por revelação divina, e sem que essa revelação seja o produto da vontade graciosa de Deus para com um pecador.<sup>13</sup>

Enfatizamos que o Pai deseja ser conhecido, e esse conhecimento é oferecido por meio do Filho: “E a vida eterna é esta: que conhecem a ti só por único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17.3). O Filho é o intérprete supremo do Pai, o único capaz de revelar sua natureza, vontade e amor (Hb 1.1). Esse princípio encontra fundamento na própria estrutura da Trindade. O Filho é gerado do Pai: “[Ele] é o resplendor da glória de Deus e a expressão exata do seu Ser” (Hb 1.3, NAA). Essa declaração significa que o Filho é idêntico ao Pai, possuindo a mesma natureza e atributos, sendo, por isso, o único plenamente qualificado para revelar Deus. A revelação que o Filho oferece do Pai é, portanto, fiel, pessoal e definitiva. Dessa forma, sem Cristo, qualquer tentativa de conhecer o Pai será incompleta ou distorcida e fadada ao erro e à idolatria (Jo 10.30; Cl 1.15; 2.8-9).

Por isso, Cristo é também o único mediador entre Deus e os homens (1 Tm 2.5). Não há outra ponte entre o humano e o divino. Todo conhecimento verdadeiro de Deus, bem como toda comunhão com Ele, acontece por meio do Filho (Jo 1.18). A exclusividade do Filho como mediador não apenas enfatiza sua divindade, mas evidencia a insuficiência de qualquer dogma que despreze a cristologia bíblica.

<sup>13</sup>CAMPOS, Heber Carlos de. **A Pessoa de Cristo**: as duas naturezas do Redentor. São Paulo: Cultura Cristã, 2014, p. 520.

### 3. Quem Vê o Filho Vê o Pai

A afirmação que Jesus fez a Filipe, “Quem me vê a mim vê o Pai” (Jo 14.9), expressa uma das mais profundas verdades teológicas: a revelação perfeita de Deus Pai por meio do Filho. Essa declaração está inserida no contexto da última Páscoa, momento de ensino íntimo entre Cristo e seus discípulos, e reafirma a unidade entre o Pai e o Filho, sem, contudo, confundir suas Pessoas. Trata-se de um claro testemunho da Trindade. Como já observado, essa verdade é amplamente confirmada em Hebreus, quando o escritor declara que o Filho é “a expressão exata do seu Ser” (Hb 1.3, NAA). A frase “expressão exata” (gr. *charaktér*) é usada para descrever a marca impressa de um selo, uma metáfora poderosa para indicar que o Filho manifesta com perfeição o caráter, os atributos e a essência do Pai.<sup>14</sup> O *Comentário Bíblico Beacon* afirma que “não é nada menos do que a revelação de forma concreta e visível do próprio Deus”.<sup>15</sup> A frase de Cristo “Eu e o Pai somos um” (Jo 10.30) também deve ser entendida em termos de unidade. O Filho não é apenas um representante do Pai, mas o Deus eterno encarnado, compartilhando a mesma natureza divina (Cl 2.9). Como observa o Credo de Atanásio, “a deidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo é toda uma só: a glória é igual e a majestade é coeterna. Tal como é o Pai, tal é o Filho e tal é o Espírito Santo”.<sup>16</sup> Assim, ver Jesus, em sua obra, palavras e caráter, é experimentar a revelação definitiva do Pai.

Além disso, Jesus ensina que suas palavras e obras não são independentes do Pai, mas procedem dEle (Jo 14.10-11). Isso expressa o princípio teológico de que o Pai está no Filho, e o Filho no Pai. Por conseguinte, qualquer tentativa de conhecer a Deus sem recorrer à pessoa de Cristo está condenada ao fracasso. A fé cristã, portanto, está centrada na revelação do Pai no Filho, sem a qual permanecermos em trevas (Jo 8.12). Assim, conhecer Jesus é desfrutar da presença e do amor do Pai. Jesus afirma que aquele que o ama será amado pelo Pai e que Ele e o

<sup>14</sup> KISTEMAKER, Simon. *Comentário do Novo Testamento*. Hebreus. São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p. 48.

<sup>15</sup> HARPER, A. F. (Ed.). *Comentário Bíblico Beacon*. vol. 10. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 26.

<sup>16</sup> CGADB. *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, p. 213.

Pai farão morada nesse crente (Jo 14.21,23). Essa promessa não se limita ao futuro, mas já se cumpre na vida de todo aquele que recebe a Cristo como Senhor e Salvador.

### III – A PESSOA DE DEUS PAI

#### 1. Atributos Incomunicáveis do Pai

Os atributos incomunicáveis de Deus são aqueles que pertencem exclusivamente à sua natureza divina e não podem ser compartilhados com as criaturas. Eles afirmam que Deus está acima de toda a criação em seu modo de ser, existência e atuação:

**(a) Autoexistência.** Deus existe por si mesmo, sem depender de qualquer ser ou causa externa (Jo 5.26). Tal atributo contrasta com a natureza contingente de toda a criação, que depende de Deus para existir. O nome “Eu Sou” revelado a Moisés na sarça ardente denota a plenitude do ser e a eternidade autossuficiente de Deus (Êx 3.14).

**(b) Eternidade.** Deus está fora das limitações do tempo. Ele não apenas existe desde a eternidade passada, mas transcende o tempo, Ele é atemporal (Sl 90.2). Ele não tem origem e nem fim (Is 57.15).

**(c) Imutabilidade.** Deus não muda em sua essência, natureza, vontade ou caráter. Ele é perfeitamente constante e confiável (Ml 3.6; Tg 1.17). Deus age no tempo, mas sem sofrer alteração em seu ser. Porém, Berkhof ensina que “imutabilidade divina não deve ser entendida no sentido de imobilidade”.<sup>17</sup>

**(d) Onipotência.** Deus tem poder ilimitado para realizar tudo o que quiser, de acordo com sua vontade e natureza. Ninguém pode impedir a realização dos seus desígnios (Jó 42.2; Lc 1.37). Porém, a onipotência divina nunca é exercida em oposição ao seu próprio caráter, mas é governada por sua própria perfeição moral (Hb 6.18).

**(e) Onisciência.** Deus conhece todas as coisas desde a eternidade. Seu conhecimento não é progressivo, mas eterno e imediato (Sl 139.1-2; Hb 4.13). Segundo Horton, “o conhecimento divino não se acha limita-

<sup>17</sup> BERKHOF, 2012, p. 52.

do por nosso modo de entender o futuro, pois Ele conhece o fim de um determinado acontecimento antes mesmo de ter início”.<sup>18</sup>

**(f) Onipresença.** Deus está presente em toda parte, ao mesmo tempo, com a totalidade do seu ser. Isso não significa que Deus está misturado à criação (panteísmo), mas que Ele a transcende e simultaneamente a permeia (Sl 139.7-8; Jr 23.24). Essa verdade consola o crente, pois Deus está presente em todo lugar e circunstância (Cl 1.17).

## 2. Atributos Comunicáveis do Pai

São aqueles que, embora pertençam de forma plena e perfeita à essência divina, são refletidos de maneira limitada no ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26-27). Tais atributos estão relacionados com o caráter moral, espiritual e relacional de Deus, sendo fundamentais para a ética e a santificação do crente. Erickson os define como “as qualidades de Deus, que, refletidos nos seres humanos, permitem a interação pessoal, adoração e trabalho”.<sup>19</sup> São chamados “comunicáveis” porque Deus os comunica ao homem por meio da criação, regeneração e da ação santificadora do Espírito (2 Co 3.18; Gl 5.22-23).

**(a) Santidade.** É tanto um atributo essencial quanto moral. Significa separação absoluta de tudo o que é impuro, corrupto ou pecaminoso. Deus é santo em sua essência e exige santidade de seu povo em resposta à sua natureza (Lv 19.2; 1 Pe 1.15-16). Implica sermos separados do pecado, refletindo seu caráter no mundo.

**(b) Amor.** É o atributo central do relacionamento de Deus com as criaturas. Não se trata apenas de um sentimento, mas de uma característica essencial do ser de Deus. O amor de Deus é eterno, incondicional e sacrificial (Mt 22.37-38; 1 Jo 4.8). Expressa-se no mandamento de amar a Deus e ao próximo, sendo o modelo para a vida cristã.

**(c) Fidelidade.** A fidelidade de Deus é a sua constância em cumprir tudo o que prometeu. Deus não falha nem mente. Sua fidelidade não depende da fidelidade humana: ela é expressão da sua imutabilidade.

<sup>18</sup> HORTON, 1996, p. 133.

<sup>19</sup> ERICKSON, 2015, p. 323.

do por nosso modo de entender o futuro, pois Ele conhece o fim de um determinado acontecimento antes mesmo de ter início”.<sup>18</sup>

**(f) Onipresença.** Deus está presente em toda parte, ao mesmo tempo, com a totalidade do seu ser. Isso não significa que Deus está misturado à criação (panteísmo), mas que Ele a transcende e simultaneamente a permeia (Sl 139.7-8; Jr 23.24). Essa verdade consola o crente, pois Deus está presente em todo lugar e circunstância (Cl 1.17).

## 2. Atributos Comunicáveis do Pai

São aqueles que, embora pertençam de forma plena e perfeita à essência divina, são refletidos de maneira limitada no ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26-27). Tais atributos estão relacionados com o caráter moral, espiritual e relacional de Deus, sendo fundamentais para a ética e a santificação do crente. Erickson os define como “as qualidades de Deus, que, refletidos nos seres humanos, permitem a interação pessoal, adoração e trabalho”.<sup>19</sup> São chamados “comunicáveis” porque Deus os comunica ao homem por meio da criação, regeneração e da ação santificadora do Espírito (2 Co 3.18; Gl 5.22-23).

**(a) Santidade.** É tanto um atributo essencial quanto moral. Significa separação absoluta de tudo o que é impuro, corrupto ou pecaminoso. Deus é santo em sua essência e exige santidade de seu povo em resposta à sua natureza (Lv 19.2; 1 Pe 1.15-16). Implica sermos separados do pecado, refletindo seu caráter no mundo.

**(b) Amor.** É o atributo central do relacionamento de Deus com as criaturas. Não se trata apenas de um sentimento, mas de uma característica essencial do ser de Deus. O amor de Deus é eterno, incondicional e sacrificial (Mt 22.37-38; 1 Jo 4.8). Expressa-se no mandamento de amar a Deus e ao próximo, sendo o modelo para a vida cristã.

**(c) Fidelidade.** A fidelidade de Deus é a sua constância em cumprir tudo o que prometeu. Deus não falha nem mente. Sua fidelidade não depende da fidelidade humana: ela é expressão da sua imutabilidade.

<sup>18</sup> HORTON, 1996, p. 133.

<sup>19</sup> ERICKSON, 2015, p. 323.

de (2 Tm 2.13). Esse atributo é comunicável porque o crente também é chamado a ser fiel a Deus e aos princípios espirituais e éticos da fé.

**(d) Bondade.** Refere-se à sua disposição constante de agir com benevolência, generosidade e misericórdia. Deus é bom por natureza, e tudo o que Ele faz é para o bem, seja a criação, seja a redenção ou o juízo (Sl 100.5; Gl 5.22). Esse atributo é comunicável porque os salvos são chamados a praticar a bondade como fruto do Espírito.

### 3. Os Nomes que Revelam o Pai

Os nomes de Deus não servem apenas como formas de identificação, mas são expressões que revelam seu caráter, atributos e relação com o mundo e com o seu povo. Cada nome de Deus nas Escrituras transmite uma dimensão específica da sua natureza, e o uso de múltiplos nomes reflete a riqueza e complexidade do Ser divino. No Antigo Testamento, o nome é inseparável da identidade e da missão de quem o porta (Êx 33.19). Aplicado a Deus, seu nome não é uma construção humana, mas uma autorrevelação divina. Para Ferguson, “os nomes divinos constituem a linguagem que Deus utiliza para se dar a conhecer àqueles a quem Ele se revela”<sup>20</sup>

**(a) Elohim (אֱלֹהִים).** O primeiro nome de Deus utilizado na Bíblia (Gn 1.1). Trata-se de um termo plural com significado singular, que expressa a grandeza, a soberania e o poder de Deus como Criador (Gn 1.1,26). Embora a fé israelita fosse monoteísta (Dt 6.4), o uso da forma plural é base conceitual para o desenvolvimento da doutrina da Trindade.<sup>21</sup>

**(b) El Shadday (אֵל שָׁדָי).** Traduzido como “Deus Todo-Poderoso”, aparece nos contextos patriarcais e em momentos de confirmação da aliança divina. O termo “Shadday” denota força e suficiência e é associado à sustentação, provisão e poder absoluto de Deus (Gn 17.1; 28.3). É sob esse nome que Deus estabelece o pacto com Abraão e reafirma sua fidelidade.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> FERGUSON, Sinclair B. **Deus Triúno**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. p. 70.

<sup>21</sup> GILBERTO, Antônio. et al. **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 79.

<sup>22</sup> Ibid., p. 81.

**c) *Adonai* (אֲדוֹנָי) e *(Kyrios)*.** *Adonai*, em hebraico, significa “Senhor” ou “Mestre”, utilizado para expressar a autoridade suprema e domínio absoluto de Deus sobre todas as coisas. Com frequência, na leitura judaica, é usado como substituto do Tetragrama YHWH. Na Septuaginta, sua tradução grega é *Kyrios*, também empregado na Nova Aliança para designar a soberania de Deus e de Cristo (Sl 8; At 2.36).<sup>23</sup>

**(d) *YHWH* (יְהֹוָה) “Eu Sou”.** O Tetragrama transliterado como “Yahweh” é o nome pessoal de Deus, revelado no episódio da sarça ardente (Êx 3.14). Esse nome comunica a autoexistência, imutabilidade e presença eterna de Deus. Yahweh não é apenas “aquele que existe”, mas “aquele que é por si mesmo”. Em sua forma verbal, está relacionado ao verbo *hayah* (“ser”), e indica um Deus que é, foi e sempre será.<sup>24</sup>

## CONCLUSÃO

A doutrina da Trindade é a revelação concreta da vida divina compartilhada entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Neste capítulo, vimos que Deus, o Pai, é o Deus verdadeiro, eterno e soberano, revelado plenamente em Cristo. Ele é o autor da criação, o planejador da redenção e o sustentador da vida. Conhecer o Pai por meio do Filho é a essência da vida eterna (Jo 17.3). Que essa verdade desperte em todo cristão um desejo ardente de conhecer, amar e obedecer ao Pai, que em Cristo os salvou como filhos (Jo 1.12; Rm 8.15).

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 82.

<sup>24</sup> Ibid., p. 83.

## Capítulo 3

# O Pai Enviou o Filho

O envio do Filho pelo Pai representa o ponto culminante do plano eterno da redenção, elaborado na eternidade e revelado nas Escrituras como expressão máxima do amor de Deus e da unidade da Trindade. Este capítulo destaca que a salvação não é fruto de um evento circunstancial, mas resultado do desígnio soberano do Pai, da obediência sacrificial do Filho Unigênito de Deus e da aplicação eficaz do Espírito.

Ao contemplarmos essa verdade, ratifica-se que o envio do Filho revela a suprema expressão do amor divino para com os pecadores mortos em delitos; a exatidão do cumprimento da encarnação do Filho na plenitude dos tempos; e a perfeita cooperação da Santíssima Trindade na história da salvação projetada de forma harmoniosa, desde antes da criação do mundo e de tudo que nele existe.

### I – O ENVIO DO FILHO E O AMOR DO PAI

#### 1. O Amor Incondicional do Pai

O envio de Jesus Cristo constitui a mais elevada e gloriosa expressão do amor divino por um mundo perdido (Jo 3.16). O termo grego nesse versículo é *egápēsen*, forma conjugada do aoristo, que significa “ele amou”. Indica o ato histórico e consumado do amor de Deus expresso no envio do Filho. Traduz o amor sacrificial e incondicional. Trata-se de um amor não motivado por mérito humano, mas que procede exclusivamente da iniciativa divina: “Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores” (Rm 5.8).

Na teologia cristã, essa verdade é essencial: Deus é amor, não apenas em suas ações, mas em sua própria natureza (1 Jo 4.8). O amor do Pai não é reativo, mas ativo; não é circunstancial, mas eterno. Ao se referir a Deus,

o amor *agápē* manifesta “um interesse profundo e constante de um Ser perfeito em prol do bem-estar de criaturas completamente indignas”.<sup>1</sup> Essa definição ressalta a imensidão do amor divino: Deus ama apesar de nós, não por causa de nós. Ele amou “o mundo”, expressão que, nas palavras de João, inclui a humanidade rebelde, caída, hostil à sua santidade e, em razão desse amor, enviou o seu Filho não para punir, mas para redimir: “porque Deus enviou o seu Filho ao mundo não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele” (Jo 3.17). Esse amor se reflete na entrega sacrificial de Jesus. Tal entrega voluntária revela a dimensão trinitária do amor divino para com os pecadores. Esse amor não é seletivo, mas universal em sua oferta; não é frágil, mas absoluto em seu propósito (Ef 2.4-5). O sacrifício de Cristo, portanto, é a epifania desse amor incondicional: o Filho se entrega por amor, e o Espírito Santo, enviado posteriormente, testemunha essa verdade ao coração dos crentes (Rm 5.5). Nesse mistério sublime, contemplamos o agir da Trindade: o Pai amando, o Filho se oferecendo, o Espírito aplicando, três Pessoas em um só propósito: revelar o amor eterno do Deus Triúno.

## 2. A Iniciativa Soberana de Deus

A doutrina da redenção não tem suas raízes no tempo, mas na eternidade. Antes da criação do mundo, antes mesmo da Queda, Deus, em sua soberania absoluta e em perfeita comunhão trinitária, decretou um plano redentor centrado em Cristo. A Escritura revela: “[...] nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor” (Ef 1.4). Essa eleição graciosa evidencia que o envio do Filho não foi uma resposta emergencial ao pecado humano, mas parte de um designio eterno fundamentado no amor e na presciênciia de Deus Pai.

Deus, como Ser infinito, perfeito e imutável, age de maneira prévia e deliberada. Sua decisão de enviar o Filho é um ato do seu eterno conselho, expressão da vontade divina estabelecida na comunhão trinitária. O apóstolo Pedro reforça que a obra de Cristo como Redentor não foi

<sup>1</sup>VINE, W. E. **Dicionário Vine**: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 395.

determinada por acontecimentos históricos, mas por um propósito eterno (1 Pe 1.19-20). Como observa Grudem, “a redenção em Cristo é parte do plano eterno de Deus e revela a sua soberania absoluta e a sua graça imerecida”.<sup>2</sup>

Assim, em sua soberania e em seu imensurável amor, Deus tomou a iniciativa de enviar o Salvador, cumprindo seu eterno propósito de redenção (Ef 1.9). Essa iniciativa é a expressão suprema do amor divino. João escreve: “Nisto está o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados” (1 Jo 4.10). Esse versículo declara que amor que motiva o envio do Filho é totalmente livre e incondicional (1 Jo 4.8). Tal amor encontra sua expressão histórica e redentora na encarnação e no sacrifício de Jesus Cristo. A palavra *propiciação* utilizada por João implica o desvio da ira justa de Deus por meio de um sacrifício substitutivo e perfeito. Conforme destaca a *Declaração de Fé*, essa ação apazigua a ira divina e satisfaz a santidade e a justiça de Deus — resultando no perdão dos pecados.<sup>3</sup> Cristo, sendo plenamente Deus e plenamente homem, é o único capaz de oferecer essa propiciação eficaz.

Ele foi enviado não apenas como exemplo moral, mas como o Cordeiro de Deus (Jo 1.29). A salvação não é fruto da iniciativa humana, mas da graça soberana de Deus: “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus” (Ef 2.8). Essa verdade deve produzir profunda adoração e confiança na fidelidade de Deus, que age por amor e segundo o beneplácito da sua vontade (Ef 1.5).

### 3. O Envio do Filho e a Trindade

O envio do Filho pelo Pai constitui uma das mais sublimes manifestações da unidade entre as Pessoas da Trindade. A Escritura declara: “Deus enviou o seu Filho ao mundo não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele” (Jo 3.17). Esse envio não é um ato isolado; antes, enfatizamos, faz parte de um de-

<sup>2</sup>GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 313.

<sup>3</sup>CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2.ed., p. 82.

sígnio eterno em que o Pai toma a iniciativa, o Filho cumpre a missão redentora, e o Espírito Santo efetua a salvação no coração humano.

João aprofunda essa verdade ao afirmar que “Deus enviou seu Filho unigênito ao mundo, para que por ele vivamos” (1 Jo 4.9). Aqui vemos que a Trindade está envolvida de forma cooperativa no ato redentor. Não se trata de três deuses distintos com ações desconexas, mas de um único Deus em três Pessoas coeternas e consubstanciais, agindo com perfeita unidade de propósito. O Pai é o autor da salvação, o Filho é o agente redentor, e o Espírito é o aplicador dessa obra nos eleitos.

Destaca-se que o envio do Filho não implica inferioridade de natureza ou essência. Ao contrário, conforme Jesus declara: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10.30). Isso significa que, embora haja distinção pessoal entre o Pai e o Filho, há plena unidade de essência na Divindade. Segundo Campos, “Não há diferença essencial alguma entre o Pai e o Filho”.<sup>4</sup> Essa distinção é evidenciada no plano da redenção, em que o Pai envia, e o Filho é enviado, mas ambos compartilham da mesma vontade e glória eterna.

Além disso, o Espírito Santo está plenamente ativo nesse plano trinitário. Paulo ensina que o Pai nos elegeu e nos predestinou “para filhos de adoção por Jesus Cristo”, e essa salvação é confirmada pelo Espírito Santo (Ef 1.4-5). É o Espírito quem convence do pecado (Jo 16.8), regenera o pecador (Tt 3.5), sela os redimidos (Ef 1.13) e os guia em santificação (2 Ts 2.13). Sua atuação é inseparável da obra do Filho, pois Ele foi enviado para testificar e glorificar a Cristo (Jo 15.26; 16.14).

Conforme a *Teologia Sistemática Pentecostal*, “cada uma das Pessoas da Trindade é autora do novo nascimento: o Pai (Jo 1.13), o Filho (1 Jo 2.29) e o Espírito Santo (Jo 3.5,6)”.<sup>5</sup> Cada Pessoa divina age em perfeita unidade e com propósito comum: reconciliar o pecador com Deus e restaurá-lo à comunhão eterna com seu Criador. O envio do Filho é, portanto, a expressão máxima do amor triúnfo, que resplandece em toda a história da salvação (Ef 1.3-14).

<sup>4</sup>CAMPOS, Heber Carlos de. **A Pessoa de Cristo**: As duas naturezas do Redentor. 2.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014, p. 31.

<sup>5</sup>GILBERTO, Antônio et al. **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 107.

## II – O FILHO E A PLENITUDE DOS TEMPOS

### 1. A Preparação Histórica e Religiosa

Reitera-se que, o envio de Jesus Cristo, não foi um evento aleatório, mas o cumprimento preciso de um designio estabelecido pela Trindade, e, realizado “na plenitude dos tempos” (Gl 4.4). A expressão “plenitude dos tempos” comunica que Deus Pai, em perfeita harmonia com o Filho e o Espírito, determinou soberanamente o momento exato para a encarnação do Verbo (Rm 5.6).

Nesse aspecto, o *Comentário Bíblico do Novo Testamento — Aplicação Pessoal* enfatiza que “guiados por um Deus soberano, os eventos históricos trabalharam em harmonia em preparação para o momento pré-definido da chegada de Jesus à terra”.<sup>6</sup> Assim, a cultura e a religião foram providencialmente coordenadas pelo Deus Triúno. O Império Romano, com suas estradas rápidas e seguras, facilitou a propagação do Evangelho. A língua grega, difundida pelo helenismo, permitiu uma comunicação clara da mensagem salvífica. O grego *koiné*, com o qual o Novo Testamento foi escrito, era compreendido em todo o Império.

O ambiente judaico da Palestina do primeiro século, embora espiritualmente deteriorado por práticas legalistas e por uma tradição farisíaca excessivamente ritualista, ainda preservava um núcleo de esperança escatológica centrada na vinda do Messias prometido. Mesmo em meio à formalidade religiosa e à rigidez das interpretações da Torá, havia corações sinceros que aguardavam com expectativa o cumprimento das promessas messiânicas (Lc 2.25; 37-38).

Nesse processo cuidadosamente conduzido pela providência divina, destaca-se o princípio bíblico de que Deus é Senhor da história e soberanamente dirige os acontecimentos humanos (At 17.26). Conforme descreve Ferguson: “Deus tem um plano para a história do universo e, em sua execução, governa e controla todas as realidades criadas por ele. Sem violar a natureza das coisas e a livre ação

<sup>6</sup> RIBAS, Degmar (Trad.). *Comentário Bíblico do Novo Testamento: aplicação pessoal*. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 284.

humana”.<sup>7</sup> Portanto, a preparação do ambiente para a encarnação de Cristo é uma clara demonstração do governo soberano de Deus sobre os movimentos da humanidade.

## 2. O Filho Nascido sob a Lei

A encarnação do Verbo é fundamental para a redenção. Paulo afirma que o Filho de Deus é “nascido de mulher, nascido sob a lei” (Gl 4.4b). A frase “nascido de mulher” destaca a plena humanidade de Cristo (Hb 2.14). O mistério da encarnação é revelado no cumprimento profético: “eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel” (Is 7.14; Mt 1.23). A Escritura diz que Ele “aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens” (Fp 2.7).

Ao nascer “sob a lei”, Jesus sujeitou-se voluntariamente ao regime legal do Antigo Testamento (Mt 5.17). Cristo viveu em perfeita obediência, sem jamais transgredir qualquer mandamento: “o qual não cometeu pecado, nem na sua boca se achou engano” (1 Pe 2.22). Essa vida sem pecado qualifica Jesus para ser o Cordeiro perfeito: “santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus” (Hb 7.26). Sua obediência ativa e passiva é essencial para a expiação dos pecadores.

Dessa forma, reitera-se que Cristo não se fez homem apenas em aparência, mas tornou-se verdadeiramente humano. Essa realidade aponta para a plena identificação de Cristo com a condição humana, sem, contudo, participar da natureza pecaminosa (Hb 4.15). O propósito final visava à redenção dos pecadores. Ele assumiu a carne humana não apenas para se solidarizar com os homens, mas para ser o substituto perfeito em lugar dos pecadores (Rm 5.18-19). A redenção exigia um Mediador que fosse plenamente Deus e plenamente homem (1 Tm 2.5-6; Hb 2.17). Como homem, Ele submeteu-se às ordenanças da Antiga Aliança. Cumpriu todos os preceitos legais que os homens jamais conseguiram obedecer (Mt 5.17). Assim, Ele se qualificou como

<sup>7</sup> FERGUSON, Sinclair B. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 293.

o único homem sem culpa, apto a oferecer-se como sacrifício substituto por aqueles que estavam condenados pela mesma Lei (Rm 8.3-4).

### 3. A Adoção de Filhos

Como já observado, o propósito da encarnação do Filho é claramente revelado: “para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos” (Gl 4.5). Conforme as Escrituras, Jesus é o único Filho de Deus por natureza (Jo 1.18). Entretanto, os que creem nEle, ainda que por adoção, também se tornam filhos: “Mas a todos quantos o receberam deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus” (Jo 1.12).

Paulo ratifica que Deus “nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo” (Ef 1.5). E enfatiza que foi do querer do Pai predestinar os eleitos a serem adotados, isto é, foi “segundo o beneplácito de sua vontade” (Ef 1.5b). A adoção era um conceito mais difundido no mundo greco-romano do que entre os judeus, e indicava plenos direitos, inclusive de herança. Assim, os crentes são feitos coerdeiros com Cristo (Rm 8.17).

Enfatizamos que a adoção civil era um ato voluntário que abrangia os privilégios da herança e obediência ao pai adotivo, por exemplo, “quando uma criança era adotada, o pai natural perdia toda a autoridade sobre ela, enquanto o pai adotivo adquiria controle total sobre o seu novo filho”.<sup>8</sup> No sentido espiritual, Paulo faz analogia ao filho adotado (cristão), que, sob a autoridade do pai adotivo (Deus Pai), recebe o direito de pertencer à família de Deus, bem como as “riquezas da glória da sua herança” (Ef 1.18).<sup>9</sup>

A evidência dessa filiação espiritual é o clamor íntimo do qual o crente desfruta ao rogar ao Pai: “e, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai” (Gl 4.6). A palavra aramaica “Aba” revela intimidade, confiança e reverência, sendo a mesma usada por Jesus na oração do Getsêmani (Mc 14.36). É o Espírito quem testemunha que agora o salvo é um filho de Deus (Rm

<sup>8</sup> PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 29.

<sup>9</sup> BAPTISTA, Douglas. **A Igreja Eleita**. Rio de Janeiro: CPAD, 2020, p. 47.

8.16), consolidando a ação conjunta do Pai, do Filho e do Espírito na concessão da salvação.

### III – A TRINDADE NO PLANO DA SALVAÇÃO

#### 1. A Vontade do Pai Realizada pelo Filho

A obra redentora de Cristo insere-se de forma harmoniosa no plano eterno da Trindade. Reiteramos que a salvação da humanidade não foi uma reação tardia à Queda, mas o desdobramento de um propósito eterno elaborado antes da fundação do mundo (Ef 1.4). Por conseguinte, a missão de Jesus é, antes de tudo, a execução da vontade eterna do Pai. Ele mesmo declara: “Porque eu desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou” (Jo 6.38).

Cristo revela que sua missão transcende qualquer interesse próprio. A vontade soberana do Pai é executada perfeitamente pelo Filho: “o Pai não me tem deixado só, porque eu faço sempre o que lhe agrada” (Jo 8.29). Esse versículo confirma que a obediência é plena e amorosa, expressando unidade entre Pai e Filho. No entanto, a obediência de Cristo não significa inferioridade. Essa submissão não diminui sua eternidade ou divindade, mas revela um relacionamento funcional dentro da Trindade.

Outrossim, a vontade soberana do Pai, executada pelo Filho, é preservar os que lhe foram entregues e garantir sua ressurreição final, para “que nenhum de todos aqueles que me deu se perca, mas que o ressuscite no último dia” (Jo 6.39). Essa declaração reforça o caráter intencional da obra salvífica, mostrando que Deus elegeu a Igreja desde a eternidade, segundo a sua presciênci, e o Filho veio para garantir a consumação desse plano (Ef 1.4; 2 Ts 2.13; 1 Pe 1.2).

A submissão de Cristo culmina no Calvário: “sendo obediente até à morte, e morte de cruz” (Fp 2.8). Por meio dessa obediência, a justiça de Deus é plenamente satisfeita (Rm 3.24-25). Assim, a humilhação de Cristo se dá em três níveis: *encarnação* — o Verbo eterno assumindo forma humana (Jo 1.14); *obediência extrema* — cumprindo a vontade do Pai durante todo o ministério terreno (Mt 26.39); e *morte vicária* — morrendo em lugar dos pecadores (Is 53.5).

Em vista disso, a cruz não foi apenas um gesto de amor, mas um ato de justiça. Por meio da morte de Cristo, a justiça de Deus foi satisfeita e a redenção se tornou eficaz (Rm 3.24-25). Cristo é o sacrifício expiatório que desvia a ira de Deus para si, cumprindo o plano eterno de salvação. Em Jesus vemos a expressão sublime da obediência do Filho ao cumprir o propósito eterno do Pai. Essa obra não é individual, mas fruto da cooperação da Santíssima Trindade.

## 2. A Mediação Exclusiva do Filho

Destaca-se que a salvação é cristocêntrica. Jesus é o único caminho de acesso ao Pai: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida. Ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14.6). Esse texto elimina qualquer possibilidade de múltiplas vias para a salvação. Cristo não apenas mostra o caminho; Ele é o caminho. A expressão “ninguém vem ao Pai” reforça a exclusividade de Cristo para a reconciliação entre Deus e os homens. Logo, não existe outro acesso ao Pai senão por meio do Filho, pois somente Ele tem a capacidade de revelar plenamente o Pai (Jo 1.18).

A eficácia da mediação de Cristo reside em sua dupla natureza. Somente o Filho eterno, sendo plenamente Deus e plenamente homem, pode mediar eficazmente entre o Deus santo e a humanidade pecadora. Como homem, Ele representa a humanidade caída; como Deus, Ele tem o poder de salvar. Significa que, unicamente o Filho pode reconciliar o homem com Deus. Essa verdade reflete a centralidade de Cristo no plano da salvação e a absoluta suficiência de sua obra redentora. Essa mediação é final e suficiente: “Porque há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem” (1 Tm 2.5).

Em vista disso, a exclusividade da mediação de Cristo é inegociável. Não há múltiplos mediadores ou intercessores salvíficos entre Deus e o ser humano. Essa verdade refuta qualquer prática religiosa que acrescente intermediários à obra redentora de Cristo, tais como a mediação de santos, anjos ou líderes humanos. Acrescentar outros mediadores é uma afronta à suficiência da obra de Cristo. Essa mediação única também significa que a salvação não pode ser obtida por méritos humanos. Ela é concedida exclusivamente pela graça, mediante a fé em Jesus Cristo (Ef 2.8-9).

A exclusividade da mediação de Cristo está profundamente enraizada na estrutura trinitária. O Pai enviou o Filho (Jo 3.16), e o Espírito Santo testifica do Filho (Jo 15.26). Assim, o caminho para o Pai passa necessariamente pela aceitação do Filho. Essa verdade deve gerar nos crentes profunda gratidão, adoração e compromisso com o evangelho puro e verdadeiro. A confiança plena na obra suficiente de Cristo deve levar todo cristão a proclamar que “em nenhum outro há salvação” (At 4.12).

### 3. A Aplicação da Salvação pelo Espírito

A obra redentora de Cristo é uma realidade presente e contínua, aplicada eficazmente pelo Espírito Santo, enviado pelo Pai e pelo Filho (Jo 14.26). O Espírito atua de maneira ativa na regeneração, santificação e preservação dos crentes (Jo 14.16-17; Tt 3.5). Reiteramos que o Espírito Santo convence o mundo “do pecado, e da justiça, e do juízo” (Jo 16.8). O Espírito ilumina o entendimento para crer na verdade (Jo 14.26; 2 Co 4.6). O Espírito age em cooperação plena com o Pai e o Filho (Jo 16.13-14).

Assim sendo, o Espírito Santo atua como o agente divino desde a experiência pessoal da conversão até a glorificação final do crente. Dentre as dimensões mais consoladoras da obra do Espírito Santo está a perseverança dos santos. Paulo escreve: “Tendo por certo isto mesmo: que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao Dia de Jesus Cristo” (Fp 1.6). Revela a ação contínua do Espírito Santo na vida do crente, garantindo que a salvação iniciada seja levada a bom termo. O Espírito não apenas inicia a regeneração, mas também sustenta e fortalece o crente na jornada espiritual.

Horton leciona que a perseverança não é fruto da força humana, mas resultado da obra constante do Espírito: “o Espírito Santo é o penhor que garante nossa futura herança em Cristo”,<sup>10</sup> fortalecendo o crente para resistir à tentação do pecado e perseverar na fé. O apóstolo Paulo, esclarece que a garantia da salvação não é apenas uma promessa futura, mas uma experiência presente, sustentada pela presença interior do Espírito (Ef 1.13-14). Outro aspecto fundamental na apli-

<sup>10</sup> HORTON, 1996, p. 215.

cação da salvação é o papel do Espírito Santo em testificar e glorificar o Filho (Jo 15.26; 16.13-14).

A missão do Espírito, portanto, é a de revelar Cristo ao coração humano, conduzindo os pecadores ao arrependimento e os crentes ao crescimento espiritual. O Espírito atua como o principal intérprete da revelação cristológica. Assim, toda verdadeira obra do Espírito resultará em exaltação de Cristo. Dessa forma, a missão do Espírito é intrinsecamente trinitária, refletindo a perfeita harmonia entre as três Pessoas divinas. Essa unidade significa que o crente deve viver em constante dependência do Espírito, reconhecendo que a salvação é uma experiência contínua, operada com poder pelo Espírito (Rm 8.14).

## **CONCLUSÃO**

O envio do Filho pelo Pai revela o amor eterno e soberano de Deus e destaca a perfeita unidade da Trindade na obra da salvação. Deus não apenas amou o mundo, mas agiu em favor dele, enviando Jesus no tempo certo, para redimir os pecadores. O Filho, em obediência plena, realizou a redenção; e o Espírito Santo, em sua atuação eficaz, aplica a salvação no coração dos crentes. Conhecer essa verdade fortalece nossa fé e nos convida a adorar com gratidão o Deus Triúno que nos salvou.

## Capítulo 4

# A Paternidade Divina

A doutrina da paternidade de Deus revela que Ele é a fonte eterna de toda vida. Deus não é apenas um Ser transcendente e soberano; Ele também é Pai em sua essência. Essa paternidade é revelada plenamente na história da salvação, manifestada no envio do Filho e na concessão do Espírito Santo, formando conosco uma relação íntima e transformadora. No presente capítulo, estudaremos como Ele revela sua paternidade por meio da Trindade, na redenção e na nossa identidade como filhos de Deus.

Veremos que essa paternidade é reconhecida na confissão de Cristo e aperfeiçoada em nós pelo amor, garantindo nossa comunhão com Ele, capacitando-nos a viver com fidelidade e expressão visível da nossa filiação diante do mundo. À luz das Escrituras, somos convidados a refletir sobre a obra de Deus Pai, que gera e ama seus filhos. Essa reflexão abordará três aspectos fundamentais: a revelação da paternidade, o reconhecimento de nossa filiação e a experiência do amor transformador do Pai.

### I – A REVELAÇÃO DA PATERNIDADE DO PAI

#### 1. Definição da Paternidade do Pai

A paternidade é atributo da primeira Pessoa da Trindade: “um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos, e em todos” (Ef 4.6). Acerca desse versículo, Beacon destaca que “Deus é sobre todos — é soberano e supremo. Ele é por todos — seu poder impregna a igreja inteira. Ele é em todos — seu Espírito habita na adoração diante do próprio trono eterno e, em Cristo, todos somos filhos

do mesmo Pai celestial”.<sup>1</sup> O Pai é a fonte eterna e absoluta de tudo quanto existe. Ele é o soberano Criador, o princípio sem princípio, a origem da vida, da ordem e da redenção: “todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem é tudo e para quem nós vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas, e nós por ele” (1 Co 8.6). O texto ressalta não apenas a unidade monoteísta, mas a distinção funcional entre as Pessoas da Trindade. O Pai não é gerado, Ele não procede de ninguém: “Deus nunca foi visto por alguém. O Filho unigênito, que está no seio do Pai, esse o fez conhecer” (Jo 1.18). Essa passagem não apenas destaca a mediação do Filho na revelação do Pai, mas indica que o Pai está em eterna relação com o Filho. O Pai é quem gera o Filho: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei” (Sl 2.7). A declaração não se refere a um nascimento temporal ou carnal, mas a uma geração eterna (Hb 1.5).

Portanto, ratifica-se que a geração do Filho pelo Pai é eterna, necessária e espiritual, não ocorrendo no tempo, mas na eternidade.<sup>2</sup> Quanto ao Espírito, Ele procede do Pai e do Filho (Jo 15.26). Stanley Horton observa que “as propriedades pessoais atribuídas a cada um dos membros da Trindade são assim entendidas: o Pai é ingênito; o Filho é gerado; e o Espírito Santo procede de Eles”.<sup>3</sup> Assim, a doutrina da paternidade do Pai inalterável e amorosa sustenta a nossa fé em tempos sombrios. O Pai é o Deus soberano que gera o Filho eternamente e concede o Espírito como testemunho e guia. Essa verdade oferece consolo e firmeza doutrinária para a vida cristã. Assim, podemos descansar na fidelidade do Pai das luzes, de quem procede toda boa dádiva e cuja paternidade é revelada plenamente na Trindade (Tg 1.17).

## 2. A Paternidade Eterna do Pai

Deus é Pai por toda a eternidade. Sua paternidade não teve início no tempo, mas é inerente ao seu ser. Deus Pai não se tornou Pai em um ponto da história, mas sempre foi Pai. Essa verdade rejeita qual-

<sup>1</sup>HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005, vol. 9, p. 159.

<sup>2</sup>BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. 4. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 85, 123.

<sup>3</sup>HORTON, Stanley M. **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1997, p. 177.

quer concepção temporal ou subordinacionista<sup>4</sup> da relação trinitária, afirmando que a relação entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo é eterna, essencial e ontológica.<sup>5</sup> Como afirma Agostinho, “o Pai é o princípio da divindade, melhor dizendo, da deidade”.<sup>6</sup>

Na oração sacerdotal Jesus disse: “E, agora, glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse” (Jo 17.5). Arrington anota que “este pedido alude à preexistência de Jesus [...] implica que a pessoa de Jesus (as naturezas divina e humana) e a obra expiatória eram uma conclusão passada na mente de Deus antes da criação”.<sup>7</sup> O texto ensina que o relacionamento entre o Pai e o Filho é anterior à criação, revelando que a identidade de Deus como Pai é eterna. Antes que o mundo existisse, já havia uma comunhão gloriosa entre o Pai e o Filho.

Essa verdade é ratificada no texto bíblico, que diz: “Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser” (Hb 1.3, ARA). O *Comentário Bíblico Beacon* explica que o Cristo como o esplendor da glória do Pai “revele de forma perfeita a majestade de Deus. Ele é a expressa imagem da sua pessoa ou, como a NVI traduz: a expressão exata do seu ser”.<sup>8</sup> Implica dizer que o Filho possui a mesma essência do Pai. Logo, a Paternidade do Pai é anterior e independente da criação e da encarnação. O Pai sempre foi Pai, o Filho sempre foi Filho e o Espírito sempre foi Espírito (Ef 1.3-4; Hb 1.2-3; 9.14).

<sup>4</sup> O subordinacionismo (ou subordcionismo) é um conceito teológico herético que afirma que, dentro da Trindade, o Filho e/ou o Espírito Santo são inferiores em essência ao Deus Pai. Essa ideia foi combatida e condenada nos primeiros séculos da Igreja, especialmente nos Concílios de Niceia (325) e Constantinopla (381), por negar a plena divindade das Pessoas da Trindade. (BRAY, G. L. Trindade. In: NASCIMENTO, A. R. (org.). **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011, p. 1170).

<sup>5</sup> Na teologia cristã, especialmente na doutrina da Trindade, o termo “relação ontológica” refere-se à relação essencial e eterna entre as Pessoas divinas — Pai, Filho e Espírito Santo — no próprio ser de Deus. Em outras palavras, é a maneira como cada Pessoa da Trindade se relaciona com as outras dentro da única essência divina, independentemente da criação ou da história da salvação. (RYRIE, Charles Caldwell. **Teologia Básica**: um guia sistemático popular para entender a verdade bíblica. Edição atualizada. São Paulo: Mundo Cristão, 2012, p. 33).

<sup>6</sup> AGOSTINHO. **A Trindade**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 184.

<sup>7</sup> ARRINGTON, French; STRONSTAD, Roger. **Comentário Bíblico Pentecostal**: Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 593.

<sup>8</sup> HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005, vol. 10, p. 27.

### 3. O Pai Gerou o Filho

A geração do Filho não implica criação; Ele sempre existiu com o Pai, com a mesma essência: “Porque, como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter vida em si mesmo” (Jo 5.26). Henry, leciona que “E como Deus, que dá vida a todas as coisas, é o dono de sua própria existência, da mesma forma Cristo, que dá vida, ressuscitou a si mesmo para a vida através do seu próprio poder” (Jo 10.18).<sup>9</sup> Isso significa que o Deus Pai é autoexistente. O Filho gerado pelo Pai também é autoexistente.

Implica dizer que o Filho não foi criado, mas eternamente gerado: “O SENHOR me disse: Tu és meu Filho; eu hoje te gerei” (Sl 2.7). A expressão “hoje te gerei” não se refere a um tempo cronológico, a um ato temporal ou criacional, mas a uma realidade eterna. Paulo aplica esse versículo a Cristo, referindo-se à sua filiação eterna e ontológica do Ser divino, e sua manifestação como Filho ressuscitado e entronizado (At 13.33).

Assim, o Filho e o Pai possuem vida em si mesmo, isto é, compartilham da mesma natureza divina (Jo 10.30). Como declarou o Concílio de Niceia (325 d.C.), o Filho de Deus é “gerado, não feito, de uma só substância (*homooúsios*) com o Pai”.<sup>10</sup> Significa que o Filho é igual ao Pai, igualmente eterno e igualmente Deus. A geração eterna é a forma como o Filho se distingue do Pai sem deixar de ser Deus. Trata-se de uma relação ontológica e não implica tempo, origem ou inferioridade (Jo 1.1).

O arianismo, defendido no século IV, afirmava que o Filho foi criado no tempo e, portanto, inferior ao Pai. O Credo Niceno rejeitou essa ideia e declarou: “Mas aqueles que dizem; ‘houve um tempo quando Ele não era’; e ‘Ele não era antes de ter nascido’ [...] ‘Ele é de outra substância’ ou ‘essência’, ou ‘O Filho de Deus é criado’ [...] eles são condenados pela igreja cristã e apostólica”.<sup>11</sup>

### 4. O Pai nos Concede o Espírito

Acerca da procedência do Espírito, Jesus declarou: “Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele

<sup>9</sup> HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico: Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, vol. 1, p. 814.

<sup>10</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, p. 210.

<sup>11</sup> Ibid., p. 210.

Espírito da verdade, que procede do Pai, testificará de mim” (Jo 15.26). Aqui o Espírito é “mentionado como uma Pessoa distinta, não uma qualidade ou propriedade”.<sup>12</sup> O texto estabelece duas verdades: O Espírito procede do Pai (gr. *ekporeuetai*, verbo usado para indicar origem); e Ele é enviado pelo Filho (*pempsei*, do verbo *pempō*, que indica missão).<sup>13</sup>

Cristo também explicou: “[...] se eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, se eu for, enviar-vo-lo-ei” (Jo 16.7). Essa declaração está expressa de maneira negativa: “se eu não for; o Consolador não virá”. E de maneira positiva: “Se eu for, enviar-vo-lo-ei”. Cristo parte aos céus com o propósito de enviar o Espírito Santo. Assim, a vinda do Paracleto depende da partida de Jesus.<sup>14</sup> O Credo Constantinopolitano (381 d.C.) professa crer “no Espírito Santo, o Senhor e Vivificador, o que procede do Pai e do Filho”.<sup>15</sup>

Agostinho, também reitera “pelo testemunho das santas Escrituras, que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho”.<sup>16</sup> Saber que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho é muito mais do que um detalhe teológico; é uma fonte poderosa de segurança para nossa vida cristã. O Espírito Santo é o próprio Deus (At 5.3-4), enviado para estar conosco para sempre (Jo 14.16-17). Ele nos aproxima do Pai (Ef 2.18), testemunha ao nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8.16) e nos guia em toda a verdade (Jo 16.13).

## II – RECONHECENDO A PATERNIDADE DO PAI

### 1. Confessar a Cristo como Filho

A confissão de que Jesus Cristo é o Filho de Deus não é apenas uma fórmula litúrgica ou declaração devocional. Trata-se de um ato espiritual com profunda implicação salvífica e trinitária: “Qualquer

<sup>12</sup> HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico: Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, vol. 1, p. 997.

<sup>13</sup> LUKASZEWSKI, Albert L.; DUBIS, Mark; BLAKLEY, J. Ted. **The Lexham Syntactic Greek New Testament, SBL Edition**: expansions and annotations. Bellingham, WA: Lexham Press, 2011.

<sup>14</sup> HENRY, 2008, vol. 1, p. 1000.

<sup>15</sup> CGADB, 2025, p. 211.

<sup>16</sup> AGOSTINHO. **A Trindade**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 551.

que confessar que Jesus é o Filho de Deus, Deus está nele e ele em Deus” (1 Jo 4.15). Em vista disso, reconhecer a filiação divina de Cristo é mais do que uma afirmação privada. É uma declaração pública de fé e sinaliza que Deus habita no coração do crente (Rm 10.9-10).

Essa confissão é uma ação do Espírito, não nasce da carne, nem da persuasão humana. Paulo assegura que “ninguém pode dizer que Jesus é o Senhor, senão pelo Espírito Santo” (1 Co 12.3). Essa confissão de fé em Jesus é, portanto, fruto da iluminação operada pelo Espírito Santo, e não apenas de convencimento intelectual ou tradição religiosa. Pearlman leciona que “que ninguém pode expressar a sincera convicção sobre a divindade de Jesus sem a iluminação do Espírito Santo”.<sup>17</sup>

Por conseguinte, a confissão de Cristo como Filho de Deus é condição para a salvação, essencial ao novo nascimento e à reconciliação com o Pai. Reconhecer a filiação divina de Jesus é a única forma legítima de acesso ao Pai (Jo 14.6). A filiação eterna de Jesus revela a paternidade divina. Somente em Cristo o Pai é plenamente revelado. Ver o Filho é ver o Pai, pois Ele é a expressão exata do seu Ser (Hb 1.3). O próprio Jesus disse: “Quem me vê a mim vê o Pai; [...] estou no Pai, e o Pai, em mim” (Jo 14.9-11).

Assim, reconhecer Jesus como Filho é reconhecer o Pai como Fonte da salvação. Não há comunhão com Deus fora da mediação do Filho (1 Tm 2.5). Essa dimensão pública da fé indica lealdade e pertencimento ao Reino de Deus. Negar essa confissão é negar o próprio Pai: “Qualquer que nega o Filho também não tem o Pai; e aquele que confessa o Filho tem também o Pai” (1 Jo 2.23). Que cada crente possa, com o coração cheio de fé e gratidão, proclamar com ousadia: “Senhor meu, e Deus meu!” (Jo 20.28). A partir dessa verdade, confessar a Cristo é viver em comunhão com o Pai. A presença de Deus se manifesta continuamente na vida do crente que confessa o Filho, pois “Deus está nele e ele em Deus” (1 Jo 4.15). Essa confissão não se limita à fala, mas é acompanhada de uma vida coerente, marcada por obediência, santidade e amor. O cristão é chamado a testemunhar publicamente sua fé,

<sup>17</sup> PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. São Paulo: Editora Vida, 2006, p. 249.

não apenas nos cultos, mas no dia a dia (Mt 10.32). O Espírito lhe foi dado para confessar que Jesus é o Filho de Deus (At 1.8).

## 2. A Perfeição do Amor do Pai

O amor faz parte da natureza do Pai: “E nós conhecemos e cremos no amor que Deus nos tem. Deus é amor e quem está em amor está em Deus, e Deus, nele” (1 Jo 4.16). O amor é um atributo divino eterno. É a essência do Pai revelada em sua ação redentora. Deus não apenas ama, “Deus é amor”. Esse amor é entendido como vivência relacional, poder transformador e motivação essencial do plano da salvação. Como afirma Horton “por definição, o amor é necessariamente compartilhado com outro, e o amor de Deus é um amor que fez que com Ele doasse a si mesmo”.<sup>18</sup>

Nesse aspecto, a maior demonstração do amor do Pai foi a entrega de seu Filho unigênito (Jo 3.16). Esse amor é sacrificial e redentor. Não é uma abstração sentimental, mas um ato histórico que culmina na cruz. Como destaca Pearlman, “o Espírito manteve diante dele [Cristo] as exigências inflexíveis de Deus e o inflamou de amor para com o homem e zelo para com Deus, para prosseguir, apesar dos impedimentos, da dor e das dificuldades, para efetuar a redenção do mundo”.<sup>19</sup> Essa entrega é o coração do evangelho, alimentando a experiência do novo nascimento e o batismo com o Espírito Santo, como resposta ao amor derramado (Rm 5.5).

O amor de Deus não espera ser merecido. Ele se manifesta de forma soberana, oferecendo salvação ao pecador. O amor do Pai também se revela na adoção de filhos: “Vede quão grande amor nos tem concedido o Pai: que fôssemos chamados filhos de Deus” (1 Jo 3.1). O salvo é acolhido não como servo, mas como filho legítimo com todos os direitos espirituais. Essa adoção é mais que jurídica, ela é relacional e afetiva. Como explica o pastor Antonio Gilberto, “fomos predestinados por Deus para adoção de filhos, antes da fundação do mundo; portanto,

<sup>18</sup> HORTON, Stanley M. **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1997, p. 96.

<sup>19</sup> PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. São Paulo: Editora Vida, 2006, p. 242.

antes da existência do homem. Isso exclui qualquer mérito humano e somente revela a graça infinita de Deus”<sup>20</sup>.

O amor do Pai é inquebrável; nenhum poder ou circunstância pode separar o crente desse amor (Rm 8.38-39). Mesmo em meio às lutas, o salvo é guardado na certeza do amor que não falha. O amor do Pai não é apenas geral, mas é individual, pessoal e íntimo, voltado para cada filho que crê (Jo 16.27). Essa realidade se expressa em comunhão constante com Deus em oração, jejum, adoração e experiências espirituais. O amor do Pai é a fonte da nova vida; a salvação brota da abundância do seu amor (Ef 2.4-5). A redenção é fruto desse amor que busca, alcança, regenera, sela e sustenta até o fim.

### 3. As Bênçãos da Filiação Divina

As Escrituras afirmam que o amor de Deus, lança fora todo o temor, especialmente o medo do juízo: “Nisto é perfeito o amor para conosco, para que no Dia do Juízo tenhamos confiança” (1 Jo 4.17). Essa declaração não apenas revela a natureza do amor de Deus, mas destaca sua função libertadora da condição do crente escravo para filho adotado. O medo punitivo que antes o dominava é substituído pela confiança filial, gerada pela presença do Espírito, que testifica a adoção: “Porque não recebestes o espírito de escravidão, para, outra vez, estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção” (Rm 8.15).

Ratifica-se que o texto bíblico esclarece que o Espírito Santo introduz o crente em uma relação de adoção, não de servidão.

Essa confiança estabelece a segurança da condição do salvo como filho de Deus. O crente não é mais um escravo ameaçado pelo castigo eterno, mas um filho livre e amado por Deus. Assim, o crente regenerado, embora consciente da realidade do juízo final (Hb 9.27), não vive sob terror, pois o amor aperfeiçoado pelo Espírito lança fora esse medo. Isso não significa que o crente não possa perder a salvação. Essa confiança, não anula a vigilância. O risco da apostasia é real (Ez 18.24; 1 Co 10.12).

Portanto, a segurança do crente não é licença para pecar, mas incentivo para permanecer no amor e na obediência (Jo 15.9-10). Paulo

---

<sup>20</sup> GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 362.

ensina que o selo do Espírito aponta para propriedade e segurança. O selo testemunha a filiação do crente e extingue o medo da condenação. Ele é a garantia de que a herança prometida será recebida (Ef 1.13,14). Assim, o verdadeiro amor, aperfeiçoado pelo Espírito, remove o medo punitivo, pois “no amor, não há temor; antes, o perfeito amor lança fora o temor” (1 Jo 4.18).

### III – A EXPERIÊNCIA DO AMOR DO PAI

#### 1. O Amor É Aperfeiçoado no Crente

O aperfeiçoamento do amor na vida do crente é obra do Espírito Santo. Guardar a Palavra é o meio pelo qual o amor divino é amadurecido: “Aquele, entretanto, que guarda a sua palavra, nele, verdadeiramente, tem sido aperfeiçoado o amor de Deus” (1 Jo 2.5, ARA). A obediência às Escrituras revela um amor genuíno e em maturação. Jesus afirma que o amor verdadeiro é demonstrado por obediência prática aos seus mandamentos: o crente que ama é amado pelo Pai e pelo Filho, cresce em obediência e guarda a Palavra (Jo 14.21).

A obediência, portanto, é a evidência externa de um amor interno e verdadeiro por Deus. Não há amor genuíno a Deus sem compromisso concreto com sua vontade revelada (1 Jo 2.3-4). A cada ato de obediência, o amor de Deus é fortalecido na vida do crente: “Quem é fiel no pouco também é fiel no muito; e quem é injusto no pouco também é injusto no muito” (Lc 16.10, ARA). Esse versículo aponta que a obediência revela o caráter de um cristão; além disso, mostra a condição moral e espiritual do homem interior, bem como é um indicador do grau de confiabilidade de alguém.<sup>21</sup>

João declara que “os seus mandamentos não são penosos” (1 Jo 5.3, ARA). Significa que o Espírito transforma o coração do salvo, de modo que a obediência se torna algo natural, e não um fardo (Gl 5.16-25). Em vista disso, o crescimento espiritual ocorre na medida que o crente amadurece. É a partir dos pequenos atos que acontece a grande consolidação do amor. Assim, reitera-se que o amor divino é amadure-

<sup>21</sup> HARPER, A. F. **Comentário bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005, vol. 6, p. 458.

cido e solidificado pela presença ativa e contínua do Espírito Santo na vida do crente (Rm 5.5). Assim sendo, o cristão deve viver de maneira tal que a prática aprofunde a realidade do amor de Deus: “E sede cumpridores da palavra e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos” (Tg 1.22). Esse versículo trata da fé diante das provações, das tentações e do ouvir da Palavra. Descreve a importância da obediência ativa e não apenas da escuta passiva da mensagem cristã. Refere-se a uma fé não aparente, mas autêntica.

Moody enfatiza que “o Cristianismo é uma religião de ação. Por mais importante que seja o ouvir, não se deve parar por aí. O fazer deve seguir-se ao ouvir. Ser apenas ouvinte é uma forma de engano próprio”.<sup>22</sup> Portanto, refletir Deus no mundo por meio da obediência da Palavra é ser aperfeiçoado no amor (Mt 22.37-40). Amar o mundo é incompatível com amar a Deus. Rejeitar o sistema mundano é evidência de amor aperfeiçoado e crescente compromisso com o Pai (1 Jo 2.15-17).

## 2. O Amor É a Marca dos Filhos de Deus

O amor é a identidade dos salvos. O mundo conhece a Deus por meio da manifestação do amor de seus filhos: “Ninguém jamais viu a Deus; se amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós, e o seu amor é, em nós, aperfeiçoado” (1 Jo 4.12, ARA). Nesse texto, o amor é evidência da presença de Deus. Deus é Espírito (Jo 4.24). Deus é invisível, mas seu amor é tornado visível à humanidade quando os cristãos vivem em amor mútuo. Jesus ensinou que os cristãos deveriam amar uns aos outros, e fazendo assim seriam conhecidos como seus discípulos (Jo 13.35). Esse mandamento do amor não era “novo” porque algo parecido já fora dito antes (Dt 6.5; Lv 19.18). Sua novidade está relacionada com o novo padrão de amar o próximo. Jesus ordenou que os cristãos amassem uns aos outros “como eu vos amei” (Jo 13.34). O padrão de amor foi redefinido. O amor de Cristo se torna a nova medida. Carson, leciona que “não somente o padrão é Cristo e seu amor; mais que isso, ele é um mandamento designado para refletir o relacionamento de amor que existe entre o Pai e o Filho (Jo 8.29;

---

<sup>22</sup> PFEIFFER, Charles F. **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Mundo Cristão, 1999, p. 3.403.

10.18; 12.49,50; 14.31; 15.10)".<sup>23</sup> Quem ama de fato revela que conhece a Deus. Logo, o amor torna real a presença de Deus àqueles que ainda não o conhecem. João apresenta um contraste moral e espiritual que divide a raça humana em dois grupos: "Nisto são manifestos os filhos de Deus e os filhos do diabo: qualquer que não pratica a justiça e não ama a seu irmão não é de Deus" (1 Jo 3.10). Biblicamente, o exercício do amor é o critério visível de quem realmente conhece a Deus. O amor entre irmãos é prova pública de filiação divina. O amor é a essência da regeneração de um pecador (1 Jo 4.7-8).

A unidade e o amor entre os discípulos cooperaram como sinal para os incrédulos: "para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu, em ti; que também eles sejam um em nós" (Jo 17.21). E acrescenta: "para que o mundo conheça que tu me enviaste a mim e que tens amado a eles como me tens amado a mim" (Jo 17.23). Essa oração de Jesus pela unidade dos discípulos serve como testemunho eficaz de que Ele foi enviado por Deus por amar os pecadores. A comunhão entre os irmãos prepara o coração do mundo para receber o evangelho.

Mercê disso tudo, os cristãos como filhos regenerados são chamados a refletir, por meio de suas atitudes, palavras e ações, o amor santo e redentor de Deus diante do mundo. A conduta visível do crente deve tornar realidade o Deus invisível. O amor de Deus se manifesta no mundo por meio do comportamento de seus filhos (1 Jo 4.12). Viver em amor, portanto, não é apenas um imperativo ético, mas uma evidência clara de que fomos transformados por Deus (1 Jo 3.14). Além disso, o amor fraterno é uma testemunha silenciosa e poderosa ao mundo (Mt 5.16).

### 3. Fomos Amados Primeiro

A essência da vida cristã está fundamentada no amor de Deus: "Nós o amamos porque Ele nos amou primeiro" (1 Jo 4.19). Significa que a vida cristã tem como alicerce o fato de que Deus amou os pecadores independentemente de qualquer obra humana. Revela que a salvação, a fé e a capacidade de amar são respostas à iniciativa incondicional

<sup>23</sup> CARSON, D. A. **O Comentário de João.** São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 485.

do amor divino (1 Jo 4.10). Não é uma recompensa meritória, mas um sacrifício motivado por amor.

Pecadores são amados por Deus antes de qualquer movimento pessoal em direção a Ele (Ef 2.4-5). O ser humano foi amado no pior estado possível — em pecado: “Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores” (Rm 5.8). Refere-se à substituição vicária: Cristo morreu em lugar de pecadores, assumindo o juízo que era devido aos transgressores (Is 53.5; 2 Co 5.21).

A morte de Cristo é tanto sacrifício redentor como prova do amor de Deus. Não obstante, somente pelo Espírito o crente consegue amar a Deus, ao próximo e ao Inimigo (Rm 5.5). Antes da redenção, houve uma cruz sangrenta preparada por amor (Jo 15.13). Desse modo, espera-se que a postura cristã seja uma resposta agradecida a esse amor imerecido (2 Co 5.14-15).

## CONCLUSÃO

A paternidade de Deus é revelada de forma plena na ação conjunta da Trindade. O Pai envia o Filho, concede o Espírito e estabelece conosco uma relação de amor inquebrantável. Confessamos a Cristo, amamos porque fomos amados primeiro e somos conduzidos pelo Espírito a viver em obediência e comunhão. A nossa identidade como filhos de Deus é firmada em sua iniciativa soberana e amorosa, garantindo-nos plena confiança para o dia da eternidade, e ajudando-nos a refletir o amor do Pai ao mundo.

## Capítulo 5

# O Deus Filho

Ratificamos que a Trindade nos revela um só Deus em três pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo. A concepção virginal de Jesus é fundamento essencial da cristologia e da Trindade, pois revela a encarnação do Filho gerado pelo Pai na eternidade, assumindo também a natureza humana sem pecado (Mt 1.18-23; Lc 1.34-35). Esse evento confirma que Jesus é o Filho de Deus, preserva sua santidade desde a concepção, afirma a intervenção sobrenatural de Deus na história da salvação e cumpre as profecias messiânicas (e.g., Is 7.14).

O episódio da transfiguração de Cristo (Mt 17.1-8) igualmente é um dos momentos marcantes da revelação da glória do Deus Filho. Nele, Jesus — a segunda Pessoa da Trindade — é exaltado diante de testemunhas oculares, com a aprovação explícita do Deus Pai. Ele não é apenas mais um líder espiritual, um profeta, um sábio ou um exemplo moral entre tantos da história. Embora tenha sido plenamente humano, Jesus transcende a humanidade, pois é Ele plenamente divino, o próprio Deus que se fez carne. Este capítulo nos conduz a contemplar sua divindade, centralidade e missão redentora.

### I – A DIVINDADE DO FILHO

#### 1. A Concepção Virginal de Jesus

A concepção virginal é um fato histórico, um ato divino e um princípio teológico que revela a encarnação única do Filho de Deus: “Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra” (Lc 1.35a). O texto afirma que Jesus seria concebido pela ação do Espírito Santo e pela sombra do poder de Deus. A

expressão “cobrir com sombra” (gr. *episkiázō*) é metáfora tomada a partir de uma nuvem que lança uma sombra.<sup>1</sup> Remete ao símbolo visível da presença de Deus com seu povo, principalmente ao Tabernáculo e ao Templo (Êx 13.21; 34.5; 40.34-38; 1 Rs 8.10).

Assim, o Espírito Santo está vinculado à sombra da “virtude” (gr. *dýnamis*)<sup>2</sup> ou seja, ao poder de Deus. Isso indica que a presença poderosa de Deus repousou sobre Maria, de modo que a criança concebida seria chamada “Filho de Deus” (Lc 1.35b). Dessa maneira, observa-se a manifestação da Trindade: o Altíssimo, o Filho de Deus e o Espírito Santo. O Pai apresenta-se como “Altíssimo”, autor do plano de salvação. O Espírito Santo atua como agente gerador, sua ação confirma a encarnação sem intervenção humana. O Filho, embora nascido de mulher, mantém sua filiação divina.

A concepção virginal ressalta a união hipostática: Jesus é plenamente Deus e plenamente homem, sem confusão de naturezas. Por sua geração única, Ele é o Filho “Unigênito” do Pai (Jo 1.14,18; 3.16,18). A expressão unigênito (gr. *monogenés*) é composta por dois vocábulos: *monos* (único, sozinho) e *genos* (tipo, espécie, classe). A junção desses termos significa “único em sua espécie”; “sem igual”; “singular” ou “exclusivo”.<sup>3</sup> Desse modo, Jesus é único do seu tipo, o Filho singular em sua espécie, não criado, mas eterno, de natureza divina e com uma relação exclusiva com o Deus Pai.

A concepção de Jesus inaugura uma nova criação. Paulo compara Adão com Jesus Cristo, chamando Adão de “o primeiro homem” e Jesus de “o último Adão” (1 Co 15.45). O texto se refere a Adão como sendo a origem da criação física, da humanidade caída, e da mortalidade. Cristo, porém, é a origem da nova criação, da humanidade redimida, e da vida eterna. Diferente de “segundo Adão” (que implicaria possibilidade de outro), “último Adão” (gr. *eschatos*) indica finalidade e

<sup>1</sup> VINCENT, Marvin Richardson. **Estudo no Vocabulário Grego do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2012, v. 1, p. 214.

<sup>2</sup> LUKASZEWSKI, Albert L.; DUBIS, Mark; BLAKLEY, J. Ted. **The Lexham Syntactic Greek New Testament, SBL Edition**: expansions and annotations. Bellingham, WA: Lexham Press, 2011. Lc 1.35

<sup>3</sup> VINE, W. E. et al. **Dicionário Vine**: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 1.045.

perfeição.<sup>4</sup> Enquanto o primeiro trouxe a morte, o último venceu a morte, Cristo é o doador da vida eterna. Ele não apenas reviveu, mas se tornou a fonte de vida para todos que creem (2 Co 5.17; Cl 3.10; Hb 2.14).

Em suma, a concepção virginal significa que Jesus Cristo foi concebido no ventre de Maria por obra do Espírito Santo, sem participação de um pai humano, ou seja, Maria era virgem quando ficou grávida de Jesus. Esse ato miraculoso convida o crente, por meio da fé, à adoração ao Deus Triúno, reconhecendo a ação sobrenatural da Trindade na história; a refletir sobre a novidade de vida e a esperança escatológica (Rm 6.4); e, ainda, a imitar a submissão de Maria, que diante do inexplicável respondeu “Eis aqui a serva do Senhor” (Lc 1.38), tornando-se modelo de obediência, fé e humildade.

## 2. A Deidade Absoluta do Filho

O Senhor Jesus é desde a eternidade, o único Filho de Deus e possui a mesma essência e substância (gr. homooúsios) do Pai. Ele é Deus encarnado, coessential com o Pai. Jesus respondeu aos judeus que queriam saber se Ele era o Cristo, afirmando: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10.30). No texto grego, o adjetivo “um” (hen) não é masculino (heis), que indicaria “uma pessoa”, mas neutro, indicando unidade de natureza. O plural do verbo “ser” (esmen) traduzido como “somos” indica que Jesus e o Pai são pessoas distintas, mas estão unidos em essência e propósito. Essa é uma afirmação clara da divindade de Jesus, tanto que os judeus imediatamente tentaram apedrejá-lo por blasfêmia, reconhecendo que Ele estava se fazendo igual a Deus (Jo 10.33).

Quando interpelado por Filipe, que dizia “Senhor, mostra-nos o Pai” (Jo 14.8), Jesus lhe respondeu: “Quem me vê a mim vê o Pai; e como dizes tu: Mostra-nos o Pai?” (Jo 14.9). Filipe pediu uma manifestação visível do Pai, e Jesus lhe disse que essa manifestação já tinha sido dada na pessoa dEle. Nessa declaração, a construção verbal é enfática: o verbo grego “ver” (horaō) aqui indica percepção espiritual, e não apenas visual. Mostra a unidade entre o Pai e o Filho, e a plena revelação de

<sup>4</sup>LUKASZEWSKI, Albert L.; DUBIS, Mark; BLAKLEY, J. Ted. **The Lexham Syntactic Greek New Testament, SBL Edition**: expansions and annotations. Bellingham, WA: Lexham Press, 2011. 1 Co 15.45

Deus em Jesus. Ele não é apenas um reflexo de Deus, Ele é Deus visível. Ele possui a mesma natureza divina do Pai. Ele é Deus encarnado, não apenas portador da presença divina. Os textos bíblicos sustentam essa afirmação, que tem impacto profundo para a cristologia (Hb 1.3; Cl 1.15). Antes de nascer em Belém, o Filho já existia eternamente com o Pai: “No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (Jo 1.1). Ele é a segunda pessoa da Trindade e foi enviado pelo Pai ao mundo (1 Jo 4.9). Ele se fez carne, sem deixar de ser Deus. A encarnação do Verbo de Deus não o esvaziou da divindade, mas assumiu a condição humana, possuindo duas naturezas unidas numa única pessoa (Jo 1.14; Fp 2.6-11). Ratifica-se, portanto, que essa união hipostática é sem confusão, sem mudança, sem divisão e sem separação (Calcedônia, 451 d.C.).<sup>5</sup> Ele é verdadeiro Deus e verdadeiro homem (Rm 1.3-4; 9.5). Sendo Deus e homem, Jesus é o único mediador entre Deus e a humanidade (1 Tm 2.5).

### 3. Os Atributos Divinos de Jesus

Como Segunda Pessoa da Trindade, Jesus manifesta todos os atributos essenciais de Deus. Reconhecer esses atributos assegura a plena divindade do Filho. Entre eles, citamos:

**Eternidade:** Jesus não teve começo, pois é eterno como o Pai. No Antigo Testamento, a profecia messiânica anuncia: “Porque um menino nos nasceu [...] e o seu nome será [...] Deus Forte, Pai da Eternidade” (Is 9.6). No Novo Testamento, Jesus declara: “antes que Abraão existisse, Eu Sou” (Jo 8.58); “Eu sou o Alfa e o Ômega, o Príncípio e o Fim” (Ap 1.8). Esses textos confirmam sua existência sem início e sem fim.

**Imutabilidade:** Cristo, sendo Deus, não muda em seu ser ou caráter. “Jesus Cristo é o mesmo ontem, e hoje, e eternamente” (Hb 13.8). Tiago reforça essa consistência: “[...] não há mudança, nem sombra de

---

<sup>5</sup> Convocado para, entre outros temas, tratar das heresias do Nestorianismo, que ensinava que Jesus era duas pessoas separadas — uma humana e uma divina —, e o Monofisismo, que ensinava que Jesus tinha apenas uma natureza, a divina, absorvendo a humana. William A.; KÄRKKÄINEN, Veli-Matti; MARTINEZ, Juan Carlos (orgs.). **Uma Obra de Referência para a Igreja em todo o Mundo:** dicionário global de teologia. São Paulo: Hagnos, 2017, p. 545.

variação” (Tg 1.17). Jesus é imutável, Ele não muda com as circunstâncias, mas garante fidelidade e confiança (Hb 1.12).

**Onipresença:** Jesus declarou sua presença universal, sem limitação espacial: “onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18.20). Aqui, o verbo no presente do indicativo (“estou”) denota a presença contínua e real de Cristo entre seus discípulos.

**Onisciência:** Jesus conhece todas as coisas, inclusive nossos pensamentos (Jo 21.17). No contexto da cura do paralítico em Cafarnaum, Jesus, conhecendo os pensamentos de desaprovação dos escribas, disse: “Por que pensais mal em vosso coração?” (Mt 9.4). Significa que Ele sabe o que está no coração e na mente das pessoas (cf. Jo 2.25).

**Onipotência:** nada é impossível para Ele (Ap 1.8). Como Deus Todo-poderoso, Jesus opera milagres e declara sua autoridade: “É-me dado todo o poder no céu e na terra” (Mt 28.18). Tudo é possível para aquEle que sustenta a criação (Hb 1.3).

Em suma, Jesus Cristo manifesta em si mesmo todos os atributos que são incomunicáveis, isto é, que pertencem exclusivamente a Deus. A aplicação desses atributos à pessoa de Cristo lhe confere a identidade de Deus verdadeiro, promovendo uma cristologia ortodoxa e sólida. A Trindade é confirmada, pois o mesmo conjunto de atributos pertence ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo. Crer em Jesus como Deus é vital para a fé cristã. Negar qualquer um desses atributos é negar a própria essência do evangelho (Jo 20.31).

## II – A CENTRALIDADE DO DEUS FILHO

### 1. A Glória Sobrenatural de Jesus

A narrativa da transfiguração de Jesus (Mt 17.1-2; Mc 9.2-3; Lc 9.28-29) é um dos eventos mais significativos na revelação da identidade e da glória do Filho de Deus. Pedro, Tiago e João, testemunhas oculares desse acontecimento, são conduzidos por Jesus até um “alto monte”. O *Comentário Bíblico Pentecostal* aponta que esse local é tradi-

cionalmente identificado como sendo o monte Tabor, porém o mais provável é um local ao sul de Cesareia de Filipe, talvez um dos picos do Hermom.<sup>6</sup> Não obstante, o “alto monte” simboliza um espaço de revelação divina e rememora Moisés recebendo a Lei (cf., Ex 19–20); nos Evangelhos, lembra as revelações e teofanias que ocorreram em montanhas (cf. Mt 5.1; 15.29).<sup>7</sup>

Nesse local, Jesus “transfigurou-se diante deles; e o seu rosto resplandeceu como o sol, e as suas vestes se tornaram brancas como a luz” (Mt 17.2). O verbo “transfigurar” é tradução do grego *metemorphóthē*,<sup>8</sup> do qual se originou o vocábulo metamorfose (transformação). Indica uma mudança profunda essencial e visível. Diferente de uma mera mudança externa, trata-se da revelação momentânea da glória inerente à natureza divina de Cristo. Não houve aquisição de uma glória alheia, mas a manifestação da glória que Ele sempre possuiu como o Verbo eterno (Jo 1.1,14). Trata-se de uma teofania cristológica, uma epifania da glória divina no Deus Filho encarnado.

Significa que, na ocasião, Jesus revelou temporariamente a glória da sua natureza divina, com aparência resplandecente. Um prólogo escatológico, um vislumbre do Cristo pós-ressurreto e glorificado (Ap 1.6). A transfiguração, portanto, é uma revelação antecipada da glória escatológica e um testemunho da identidade messiânica e divina de Jesus. Teologicamente, esse evento é também uma confirmação da união hipostática: homem e divino, duas naturezas em uma só pessoa (Jo 1.14; Cl 2.9). A glória manifestada não anula sua humanidade, mas revela a plenitude da divindade que habita corporalmente nEle. Uma confirmação da união hipostática: aqui, a divindade de Jesus foi revelada. Uma manifestação visível da glória de Deus no Filho encarnado (Fp 2.6-9).

Do ponto de vista doutrinário, a transfiguração reforça a cristologia elevada do Novo Testamento. Ela é um testemunho trinitário,

<sup>6</sup>STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, L. French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal: Novo Testamento.** Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 103, 104.

<sup>7</sup>Ibid., p. 103.

<sup>8</sup>LUKASZEWSKI, Albert L.; DUBIS, Mark; BLAKLEY, J. Ted. **The Lexham Syntactic Greek New Testament, SBL Edition:** expansions and annotations. Bellingham, WA: Lexham Press, 2011. Mt 17.2

pois o Pai fala do céu (Mt 17.5), o Filho é glorificado e o Espírito está implícito na nuvem de glória (Êx 40.34; Lc 9.34). A glória de Jesus é a própria glória de Deus revelada ao mundo (Jo 17.5; Hb 1.3). Assim, a transfiguração não é apenas uma experiência para os três discípulos; é um ponto de inflexão teológico na revelação do Messias. Ela chama a Igreja a contemplar a glória do Deus Filho, a centralidade de Cristo na redenção e a esperança escatológica de sermos transformados à sua imagem (2 Co 3.18; 1 Jo 3.2).

## 2. O Testemunho da Lei e dos Profetas

Estando no monte, “eis que lhes apareceram Moisés e Elias, falando com Ele” (Mt 17.3). Moisés aparece como representante da Lei (Torá), sendo o legislador por excelência (Êx 20; Dt 5). Sua presença é uma confirmação visível de que a Lei mosaica apontava para o Cristo. Jesus mesmo declara que não veio para revogar a Lei ou os Profetas; mas para cumprir (M 5.17). Esse cumprimento se dá em dois níveis: *Tipológico* (Moisés é um tipo de Cristo como mediador. Dt 18.15; Hb 3.1-6); e *Legal* (Jesus é o único que cumpriu perfeitamente a Lei. Gl 4.4-5; Rm 8.3-4). Moisés representa também a mediação da Antiga Aliança, selada com sangue (Êx 24.8), mas temporária e inferior à Nova Aliança, cuja mediação e sangue são de Cristo (Hb 8.6; Hb 9.13-14).

Elias representa os Profetas, como porta-voz por excelência da aliança e defensor do monoteísmo contra a apostasia de Israel (1 Rs 18). É também considerado o símbolo escatológico da restauração que precede o Messias: “Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia do SENHOR” (Ml 4.5, ARA).<sup>9</sup> João Batista cumpre essa profecia espiritualmente (Mt 11.14), mas a aparição literal de Elias na transfiguração aponta para a continuidade profética e o testemunho de que o tempo messiânico chegou. Assim, a presença de Elias confirma que todos os Profetas anunciam a vinda, os sofrimentos e a glória de Cristo (Is 9.6; 53; Zc 12.10; Lc 24.26-27).

---

<sup>9</sup> “Jesus reinterpreta o papel escatológico de Elias em termos de precursor, a quem Ele identifica explicitamente por João Batista” (cf. Mt 17.7-13 e Mt 11.12-14 com Mc 1.2; 9.13; Lc 7.24-35). STRONSTAD, 2003, p. 104-105.

Dessa forma, a aparição de Moisés e Elias não é uma consulta aos mortos (Dt 18.10-12; Mc 12.27; Lc 16.26), mas uma ação extraordinária de Deus para autenticar Jesus como o cumprimento da Lei e dos Profetas e a revelação final e plena de Deus (Jo 1.14; Hb 1.1-2; 12.24; Cl 1.15-20). Esses dois personagens testemunham que Jesus é o tema central e o cumprimento definitivo das Escrituras (Lc 24.27,44). Em contraste com a antiga mediação da Lei e dos Profetas, Deus declara que Jesus é o seu Filho amado, a quem os discípulos devem ouvir (Mt 17.5). A presença deles é uma prova visível da superioridade de Jesus (Hb 1.1-2). Ele é o Verbo encarnado, o Mediador da Nova Aliança, o cumprimento de toda a Escritura.

### 3. A Aprovação Divina do Pai

A transfiguração atinge seu clímax com a voz audível do próprio Pai: “[...] eis que uma nuvem luminosa os cobriu. E da nuvem saiu uma voz” (Mt 17.5a). A “nuvem luminosa” é um elemento teofânico, o símbolo recorrente da presença de Deus na revelação bíblica.<sup>10</sup> Por exemplo, o Senhor ia adiante de Israel numa nuvem (Êx 13.21), a nuvem e a glória do Senhor cobriu o Tabernáculo (Êx 40.34-35); no Templo, a nuvem representa a glória de Deus (1 Rs 8.10-11). No contexto da transfiguração, essa nuvem envolve Jesus, Moisés e Elias diante dos discípulos, indicando que o próprio Deus está presente e prestes a falar. A nuvem não é apenas um sinal simbólico, mas o ambiente da revelação que autentica a glória e a autoridade do Filho.

A voz vinda da nuvem ecoa as palavras já proferidas no batismo de Jesus: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Mt 3.17; 17.5b). Essa repetição é significativa. A expressão “Este é o meu Filho amado” confirma filiação divina indicando singularidade e exclusividade. Essa mensagem reflete duas passagens do Antigo Testamento: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei” (Sl 2.7), e “o meu Eleito, em quem se compraz a minha alma” (Is 42.1). Assim, o Pai ratifica que

<sup>10</sup> Uma teofania é uma manifestação perceptível de sua presença, muitas vezes com propósitos revelacionais, redentores ou pedagógicos. Tais manifestações podem incluir fogo, nuvens, voz audível, terremotos ou outras formas sobrenaturais. Exemplo: a Nuvem e o Fogo no deserto (Êx 13.21-22). NASCIMENTO, Alderi Souza do (org.). **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011, p. 960.

Jesus é o seu Filho eterno, não apenas em missão redentora, mas em natureza divina. Essa filiação não é apenas funcional (como Messias), mas ontológica: o Filho é da mesma substância do Pai, consubstancial (gr. *homoousios*), conforme ensina o Concílio de Niceia em 325 d.C.

A expressão “*em quem me comprazo*” (gr. *eudokēsa*) revela que o Filho é aquEle em quem o Pai se deleita e ao mesmo tempo evoca uma profecia messiânica (Is 42.1). A citação remete à figura do Servo Sofredor, unindo a glória da transfiguração ao caminho da cruz. Jesus é o Filho em quem o Pai tem prazer eterno, por sua obediência, humildade, e fidelidade ao plano redentor (Fp 2.6-11). A voz do Pai expressa aprovação e autoridade sobre o Filho, confirma a missão e a identidade de Cristo (Jo 12.28). Essa manifestação audível do Pai atesta publicamente que Jesus é o enviado legítimo. É uma afirmação da centralidade de Cristo (Jo 14.6). Sustenta a doutrina da Trindade, em que o Filho é Deus, gerado pelo Pai e consubstancial com Ele (Jo 14.9-10).

### III – A MISSÃO REDENTORA DO DEUS FILHO

#### 1. O Filho como Revelação Suprema

A Transfiguração é marcada, também, por uma ordem direta do Pai acerca do Filho: “a ele ouvi” (Mt 17.5c, ARA). Essa frase no imperativo (gr. *akouete autou*) direciona a atenção exclusiva a Cristo como o supremo revelador da vontade de Deus. Sugere uma ação contínua, ouvir e seguir constantemente a palavra de Cristo. A declaração reflete a profecia de Moisés: “O SENHOR, teu Deus, te despertará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, como eu; a ele ouvireis” (Dt 18.15). O Pai, ao dizer “a Ele ouvi”, faz eco direto dessa profecia, confirmando que Jesus é o Profeta definitivo, cujo ensino é a autoridade final (Mt 7.28-29; Jo 6.14; At 3.20-23; Hb 3.3-6). Assim, a lei foi dada por Moisés; a graça e a verdade foram por meio de Cristo (Jo 1.17).

Portanto, a instrução divina, “a Ele ouvi”, coloca o Filho em posição de supremacia sobre as revelações anteriores (Lc 16.16; Jo 1.17-18). Cristo substitui os antigos mediadores, Moisés e Elias não tinham

nada de novo para transmitir.<sup>11</sup> Ele é o intérprete da vontade divina, superior aos profetas e legisladores. Cristo é o Logos eterno (Jo 1.1), o único mediador entre Deus e os homens (1 Tm 2.5), o Senhor da revelação e da história (Cl 1.15-20). Desse modo, não é Moisés (*a Lei*) e nem Elias (*os Profetas*) que devem ser ouvidos, mas o Cristo (Hb 1.1-2). Sinaliza a transição entre a Antiga e a Nova Aliança, centrada na pessoa do Filho (Cl 2.17; Hb 10.1). Logo, negar a Cristo, ignorá-lo ou relativizar sua voz é rejeitar a autoridade de Deus (1 Jo 5.12).

Ouvir a Cristo vai além de estudar seus ensinos; é render-se a Ele como Senhor. Em meio a tantas vozes que tentam moldar a mente cristã, religiosas, ideológicas e filosóficas, o crente salvo é chamado a dar ouvidos, acima de tudo, à voz do Filho. A palavra de Cristo é o padrão absoluto da verdade, da ética e da moral cristã (Mt 5-7). A Igreja deve centrar sua pregação, liturgia, discipulado e missão em Cristo como revelação final de Deus. A fé, o serviço, a adoração e a missão da Igreja devem estar enraizados na certeza de que Cristo é a revelação perfeita de Deus. NEle, e somente nEle, a alma encontra direção segura e verdadeira paz.

## 2. A Exclusividade de Cristo na Redenção

Após a visão do Cristo transfigurado e a ordem recebida (“Levantai-vos e não tenhais medo”, Mt 17.7), os discípulos, erguendo os olhos, “ninguém viram, senão a Jesus” (Mt 17.8). A frase traz o advérbio grego *monon*, traduzido por “somente” e que significa “único e/ou sozinho”, denotando ênfase absoluta à exclusividade de Jesus. Essa expressão não é apenas narrativa, mas é teológica. Ela encerra uma verdade fundamental e resume a cristologia do evangelho: Cristo é absolutamente único e exclusivo na obra da redenção. A presença de Moisés e Elias cessou; restou apenas Cristo. Ele é o cumprimento da Lei e dos Profetas (Mt 5.17).

Jesus não apenas sucede a Moisés e Elias — Ele cumpre tudo o que ambos anunciaram. Toda a história da redenção, desde o Gênesis até Malaquias, converge para Ele. O próprio Cristo esclareceu aos dis-

<sup>11</sup> PFEIFFER, Charles F. **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Mundo Cristão, 1999, p. 85.

cípulos no caminho de Emaús: “começando por Moisés e por todos os profetas, explicou-lhes o que dele se achava em todas as Escrituras” (Lc 24.27). Por isso, Cristo não é meramente um Profeta; Ele é o Deus revelado (Jo 14.9) e o único Mediador da humanidade (At 4.12; 1 Tm 2.5). A presença gloriosa de Moisés e Elias era derivada e temporária. A glória de Cristo é própria da Trindade e é eterna. Ele é a revelação plena de Deus, o resplendor da sua glória e a expressão exata do seu Ser (Hb 1.3).

Desse modo, a obra redentora de Cristo dispensa complementos. Nenhuma cerimônia levítica, nenhum símbolo do passado pode somar-se ao seu sacrifício.<sup>12</sup> Seu sacrifício é plenamente suficiente para reconciliar o pecador com Deus (Cl 1.20-22). Diante de sua majestade, toda figura da Antiga aliança se desfaz — somente Jesus permanece. Ele é tudo em todos (Cl 3.11). Portanto, a exclusividade de Cristo pode ser assim resumida: (i) *Unicidade da mediação*. Cristo é o único caminho para Deus (Jo 14.6); (ii) *Suficiência da expiação*. Seu sangue é suficiente para redimir plenamente (1 Jo 1.7); (iii) *Revelação definitiva*. NEle Deus falou de forma final e conclusiva (Hb 1.1-2). Negar a exclusividade de Cristo é comprometer a própria base do evangelho. A fé cristã não é pluralista, mas é centrada na singularidade absoluta do Filho de Deus.

### 3. O Aprendizado pela Experiência

A transfiguração como revelação da glória do Cristo ressurreto foi também um evento pedagógico para os discípulos. A experiência os fortaleceu para o futuro sofrimento de Jesus. O evento sobrenatural serviu como experiência formativa, por meio da qual os discípulos aprenderam — não por palavras, mas por visão — sobre a identidade real de Cristo e sobre o destino que o aguardava. O monte da transfiguração os fez entender que a glória precede a cruz, e que a visão da majestade divina fortalece a fé para o sofrimento. Mais tarde, Pedro reconheceu o episódio como evidência incontestável dessa verdade: “[...] fomos testemunhas oculares da sua majestade [...] quando da

<sup>12</sup>O sacrifício de Jesus é a expressão suprema do amor de Deus (Jo 3.16; Rm 5.8). Ele é o fundamento da justificação, o centro da reconciliação e a garantia da salvação eterna. Ao oferecer-se como oferta perfeita, Jesus aboliu o sistema sacrificial levítico e inaugurou a Nova Aliança no seu sangue (Hb 9.11-14). CAMPOS, Heber Carlos de. **A Humilhação do Redentor**: Encarnação e Sofrimento. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 596.

suprema glória lhe foi dirigida a voz que disse: “Este é o meu filho amado” (2 Pe 1.16-17, NVI).

Essa experiência se tornou uma fundação doutrinária para afirmar a veracidade do evangelho e a autoridade apostólica. A respeito disso, o apóstolo afirmava não ensinar “fábulas engenhosamente inventadas” (2 Pe 1.16a, NVI). Eles presenciaram uma prova sensível e ocular do triunfo escatológico do Filho. A visão antecipava a ressurreição de Jesus e o Reino vindouro — um vislumbre do Cristo exaltado antes da humilhação da cruz (Hb 2.9). Assim, a Transfiguração é um prólogo do Reino de Deus. Jesus havia dito: “alguns dos que aqui se acham não experimentarão a morte antes de verem o Filho do homem vindo em seu Reino” (Mt 16.28, NVI). Essa experiência foi o cumprimento imediato dessa declaração, um prenúncio da glória futura (Mt 24.30).

O evento aponta para a entronização definitiva de Jesus, quando todo joelho se dobrará — uma realidade antecipada na Transfiguração (Fp 2.9-11). O Filho é o Rei eterno cujo trono permanece para sempre. Sua majestade é inegociável, seu domínio é soberano e sua vitória é certa (Hb 1.8-12). Diante dessa glória, somos chamados a contemplar e adorar a Cristo com fé e esperança (Hb 12.2). A confiança se fortalece quando o crente olha “firmemente para o Autor e Consumador da fé, Jesus” (Hb 12.2, NAA). Assim como os discípulos foram preparados para enfrentar a cruz vendo a glória de Cristo, os crentes também são capacitados a suportar o presente século mantendo os olhos fixos no Cristo exaltado.

## CONCLUSÃO

A doutrina do Deus Filho nos conduz à centralidade de Cristo na fé cristã. Sua divindade, glória e missão redentora revelam o coração do Pai e o agir do Espírito. Ele é o Verbo eterno feito carne, o único que pode reconciliar o homem com Deus. Por isso, devemos reconhecê-lo como Senhor absoluto, prostrar-nos em adoração, ouvi-lo e seguir-lo em obediência, reverênciá-lo e gratidão.

## Capítulo 6

# O Filho como o Verbo de Deus

O prólogo do Evangelho de João apresenta o Verbo eterno como Deus, Criador, Revelador e Sustentador (Jo 1.1-18). Ele se fez carne e revelou de forma plena e completa a glória do Pai. Trata-se de uma revelação clara e inconfundível da divindade do Filho. A glória que João testemunhou não é uma glória qualquer, mas a glória do Unigênito do Pai, cheia de graça e verdade, refletindo a essência de Deus.

Neste capítulo, veremos que essa revelação marca o clímax na encarnação do Verbo. Nesse ato, o Deus invisível tornou-se visível (Jo 1.18), o Eterno irrompeu no tempo (Gl 4.4), o mistério oculto foi revelado em Cristo (Cl 1.26-27), e aquele que é transcendente assumiu forma humana (Jo 1.14). Na encarnação, o insondável Deus se revelou de maneira acessível, pessoal e redentora, ofertando graça sobre graça (Jo 1.16).

### I – O VERBO COMO DEUS ETERNO

#### 1. O Verbo Preexistente

O prólogo de João (dezoito versículos iniciais) é chamado de “Hino Logos”. No versículo de abertura, o uso da frase “no princípio, era o Verbo” (Jo 1.1a) remete diretamente ao livro de Gênesis, “no princípio, criou Deus os céus e a terra” (Gn 1.1), identificando o Verbo com o Deus Criador. Aqui, o evangelista apresenta o Verbo como preexistente, eterno, coessential com o Pai. Essa é uma maneira de referir-se ao atributo da Eternidade que somente Deus possui. O Verbo

não teve um início; Ele sempre existiu. Isso é um atributo exclusivo de Deus (Sl 90.2; Is 43.10). O vocábulo “Verbo” (gr. *Logos*) vem de “*lego*”, uma expressão grega empregada para “palavra”, “fala”, “expressar uma opinião”. Para os gnósticos, o *Logos* é uma emanação intermediária entre o Deus supremo e o mundo material, associado ao Demiurgo, uma divindade inferior responsável pela criação imperfeita e corrupta do cosmos físico.<sup>1</sup> Conforme Richards, no pensamento filosófico grego, *logos* era usado em relação ao princípio racional ou à Mente que regia o universo. No hebraico, o termo “*memra*” era utilizado nos Targuns como referência à manifestação de Deus como o Anjo de Jeová, e a Sabedoria de Deus (Pv. 8.23).<sup>2</sup>

Enquanto os gregos pensavam em um princípio impessoal e os gnósticos num ser intermediário, João apresenta o *Logos* como o próprio Deus Eterno: Jesus Cristo, o Filho Unigênito do Pai (Jo 1.14; 3.16). A doutrina do *Logos* em João não é dependente dos filósofos especulativos e nem da doutrina do gnosticismo. Em João, o *Logos* é o Deus encarnado, a segunda Pessoa da Trindade (Jo 10.30; 20.28). Essa designação e identificação do *Logos* como sendo o Cristo aparece três vezes nos textos neotestamentários (Jo 1.1, 14; 1 Jo 1.1 e Ap 19.13).

Conforme Hendriksen, “Cristo é o Verbo (ou a Palavra) de Deus: Ele expressa ou reflete a mente de Deus e também revela Deus para os homens” (Jo 1.18; Mt 11.27; Hb 1.3).<sup>3</sup> Jesus não começou a existir em Belém; Ele é coexistente com o Pai desde o princípio. Antes de tudo o que existe, o Verbo já existia: “Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste” (Cl 1.17, NAA). Significa que “todas as leis pelas quais todo o mundo é uma ordem e não um caos são a expressão da mente do Filho [...] o Filho é o princípio e o fim da criação, e o poder que lhe dá consistência”.<sup>4</sup> Esse texto paulino reforça a pré-existência e a sustentação do cosmos pelo Filho.

<sup>1</sup> LAMELAS, Isidro. **Gnosticismo e Dualismo Anticósmico**: génesis remota de uma crise. Ephata, 4, n. 1, 2022, p. 39-78.

<sup>2</sup> RICHARDS, Lawrence O. **Comentário Histórico-Cultural do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 193.

<sup>3</sup> HENDRIKSEN, William. **O Evangelho de João**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 101.

<sup>4</sup> BARCLAY, William. **Epístola Colossenses**. Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985, p. 41-42.

## 2. O Verbo como Pessoa Distinta

Como observado, João apresenta o Verbo (*Logos*) como pré-existente, ativo na criação e totalmente divino. E na frase “estava com Deus” (Jo 1.1b), do grego “*en pros ton Theon*”, destaca tanto a distinção de Pessoas quanto a eterna e íntima comunhão dentro da Trindade (Dt 6.4; 1 Jo 5.7). A preposição “*pros*” (“com”) expressa face a face — uma convivência pessoal contínua — sustentando a ideia de que o *Logos* tem identidade distinta, enquanto permanece em unidade com Deus Pai. Esse “com” não é temporal, mas relacional e eterno. Hendriksen enfatiza que o *Logos* “existe desde toda a eternidade como uma Pessoa distinta e estava gozando da comunhão amorosa com o Pai.<sup>5</sup>

Barclay ratifica que “sempre existiu a relação mais íntima e mais próxima entre o Verbo e Deus [...] Jesus sempre esteve com Deus [...] Jesus mantém uma relação tão íntima com Deus que Deus não tem segredos para Ele”.<sup>6</sup> Assim, a expressão “o Verbo estava com Deus” (Jo 1.1b) ensina que “o Verbo não é uma parte do mundo que começou a existir no tempo; o Verbo é uma parte da eternidade e estava com Deus antes do tempo e antes do princípio do mundo”.<sup>7</sup> Desse modo, “se o Verbo estava com Deus antes de que começasse o tempo, se o Verbo de Deus é parte do esquema eterno das coisas, quer dizer que Deus sempre foi como Jesus”.<sup>8</sup> Essa doutrina refuta visões heréticas, tais como o modalismo, o unicismo sabelianista e moderno que ensina ser o Pai, o Filho e o Espírito Santo três modos sucessivos de aparecimento de uma mesma pessoa divina. No entanto, a Escritura diz que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são Pessoas coexistentes desde o princípio (Jo 1.2; 17.5). Refuta também o triteísmo, que afirma existir três deuses separados, pois a Bíblia revela a existência de um único Deus (Mc 12.32); e, ainda, nega o unitarismo, que afirma que somente o Pai é Deus, porém as Escrituras Sagradas ensinam a divindade do Filho e do Espírito Santo (At 5.3, 4).

<sup>5</sup> HENDRIKSEN, William. **O Evangelho de João.** São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 101.

<sup>6</sup> BARCLAY, William. **O Evangelho de João.** Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985, p. 46.

<sup>7</sup> Ibid., p. 44.

<sup>8</sup> Ibid., p. 45.

Portanto, o uso de “*en pros ton Theon*” sustenta a doutrina trinitária clássica: o Verbo é uma Pessoa distinta, não apenas uma manifestação transitória. Essa distinção não implica separação, mas reflete a comunhão eterna no seio divino. O Verbo não é uma força ou uma mera ideia divina, como pensavam os gregos, Ele é plenamente pessoal (1 Jo 1.1). Apesar de ser Deus, o Verbo estava “com Deus” mostrando tanto a distinção de pessoas quanto a unidade essencial entre o Pai e o Filho (Jo 14.9-11).

### 3. O Verbo É da mesma Essência do Pai

Na sequência do versículo de abertura, João revela “*o Verbo era Deus*” (Jo 1.1c). No grego, a ordem normal seria: “*ho Lόgos ēn Theόs*” (o Verbo era Deus). Porém, João usa “*Theόs ēn ho Lόgos*”<sup>9</sup>. O escritor faz uso dessa construção por razões doutrinárias e teológicas. Ao posicionar “*Theόs*” (Deus) antes do verbo, João dá ênfase à natureza divina do Verbo. Esse enunciado ratifica a deidade do Verbo eterno. Assim como Deus é eterno, o Verbo também é eterno (Ap. 1.8). Reafirma a plena divindade do Filho, não meramente um ser criado ou intermediário, mas verdadeiro Deus. Não obstante, como a palavra grega Deus (*Theόs*) aparece sem o artigo definido (*ho*), isso tem gerado discussões exegéticas acerca do *Logos*. No entanto, na estrutura grega, a ausência do artigo não implica indefinição ou inferioridade. Essa construção enfatiza a qualidade ou a natureza do sujeito. A omissão do artigo não significa “um deus”, como sustentam traduções heréticas, mas é um indicativo da natureza do Verbo.<sup>10</sup> Esclarece que o Verbo compartilha da mesma essência divina (Jo 10.30; 14.9). Assim, a interpretação correta indica que “*o Verbo era Deus*” em *essência/natureza*. Portanto, a ausência do artigo em *Theόs* não significa que o *Logos* fosse um “deus” qualquer, mas que o *Logos* possuía a mesma substância divina (gr. *homoousios*)

<sup>9</sup> DEUTSCHE BIBELGESELLSCHAFT. **Novum Testamentum Graece**. 28. ed. rev. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012, p. 292.

<sup>10</sup> A ausência do artigo em “*Theόs*” tem sido mal interpretada pelas Testemunhas de Jeová por meio da Tradução do Novo Mundo (TNM): “a Palavra era um deus” (Jo 1.1c). No entanto, segundo as regras do grego Koiné, um predicativo do sujeito precedendo o verbo muitas vezes não leva artigo para evitar confusão com o sujeito (DANA, H.E. & MANTEY, Julius R. **Manual de Gramática del Nuevo Testamento Griego**. Segundo año da versión castellana. Casa Bautista de Publicaciones, 1979, p. 148).

do Pai, isto é, Deus em sua totalidade (Cl 1.15; 2.9). Em vista disso, João apresenta o *Logos* como: *Eterno* (Jo 1.1a); *Distinto* do Pai (Jo 1.1b); e *Consubstancial* com o Pai (Jo 1.1c). Essa tríplice formulação expressa de modo conciso as verdades fundamentais da doutrina da Trindade: unidade de essência, distinção de pessoas e igualdade de divindade.

## II – O VERBO COMO CRIADOR

### 1. O Agente da Criação

O Evangelho de João também apresenta Jesus como Criador: “Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez” (Jo 1.3). A expressão “todas as coisas” (gr. *panta*), refere-se ao universo em sua totalidade, tanto visível quanto invisível (Cl 1.16). A construção verbal “foram feitas” (gr. *gínomai*) usado no aoristo, indica um evento consumado, a criação *ex nihilo*, um ato divino e não contínuo.<sup>11</sup> A frase “por meio dele” (gr. *diá autou*), revela a mediação ativa do Verbo na criação; Ele é o agente em cooperação com o Pai (Hb 1.2).

O versículo está dividido em duas cláusulas. João utiliza uma construção enfática, típica da literatura judaica (antítese afirmativa e negativa), para excluir qualquer possibilidade de que algo tenha existido independentemente do Verbo.<sup>12</sup> A primeira cláusula é afirmação positiva: “todas as coisas foram feitas por ele”, isto é, o Verbo é o agente criador. E a segunda afirmação é negativa: “sem Ele nada do que foi feito se fez”, que reforça a exclusividade e totalidade da ação criadora do Verbo. Assim, o texto ratifica a divindade do Verbo e sua pré-existência absoluta.

Essas afirmações remetem ao livro de Gênesis. A Escritura declara que a criação é uma prerrogativa exclusiva de Deus: “no princípio, criou Deus os céus e a terra” (Gn 1.1). O vocábulo “criou” traduz o verbo hebraico *bārā'*, termo reservado à atividade criadora de Deus e nunca usado para atividade humana<sup>13</sup> (Gn 1.21,27; 2.4; 5.1-2; 6.7). Significa que o universo foi criado por Deus a partir do nada — do latim *ex nihilo*

<sup>11</sup> CARSON, D. A.; et. al. **Comentário Bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 1249.

<sup>12</sup> SBB. **Dicionário Bíblico Strong**: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1379.

<sup>13</sup> ALIEN, Clifton (Ed.). **Comentário Bíblico Broadman**. Rio de Janeiro: JUERP, 1987, vol. 1, p. 174.

(Hb 11.3). A doutrina de Deus como Criador possui eco no Antigo Testamento: “Pela palavra do SENHOR foram feitos os céus [...] porque falou, e tudo se fez” (Sl 33.6,9); “Eu fiz a terra e criei nela o homem” (Is 45.12).

O texto joanino também está em harmonia com outras passagens do Novo Testamento que atribuem a obra da criação a Cristo: Ele é o originador, sustentador e o fim (gr. *telos*) da criação; Cristo não é uma criatura, mas o Criador eterno (Cl 1.16,17); o Filho é o mediador da revelação e da criação (Hb 1.2); a adoração no céu é baseada na obra criadora de Deus — o mesmo atributo que João aplica ao Verbo (Ap 4.11). Esses textos, dentre outros, evidenciam que a Palavra de Deus é o meio criador, conceito que João associa diretamente à pessoa do Verbo (*Logos*).

## 2. A Fonte da Vida

O versículo “Nele, estava a vida” (Jo 1.4a) refere-se diretamente ao Logos, o Verbo eterno (Jo 1.1-3). Percebe-se que o texto não diz “por meio dele”, mas “nele” estava a vida. Essa cláusula, “nele estava a vida”, aponta para a “Aseidade Divina”, uma das doutrinas centrais da teologia cristã, isto é, Cristo possui *vida em si mesmo* — Ele não depende de ninguém ou de nada para viver. Significa que, desde toda a eternidade, e ao longo de toda a antiga dispensação, a vida sempre residiu no Verbo.<sup>14</sup>

Essa declaração indica que a vida não vem de fora; ela está no Verbo por sua natureza, reafirmando a preexistência de Cristo e sua divindade da mesma essência do Pai (Hb 1.1-2). Esse enunciado revela que o Verbo é a fonte absoluta e originária de toda forma de vida, tanto física quanto espiritual, eterna e imortal (Jo 3.36; 1 Jo 5.11-12). O versículo confirma a unidade entre o Pai e o Filho, apontando para a doutrina da Trindade consubstancial. Assim sendo, o Verbo é aquEle em quem reside a vida — a causa de toda a existência. O *Comentário Bíblico Pentecostal* ratifica que “a Palavra divina, como Deus Pai, tem vida em si mesma, vida criada (ou seja, é a fonte da vida eterna). Essa vida revelou a pessoa e natureza de Deus para todas as pessoas”.<sup>15</sup> O Gênesis mostra que a

<sup>14</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento**: o Evangelho de João. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 102.

<sup>15</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 496.

vida humana foi soprada por Deus (Gn 2.7). Essa vida emana do Verbo autor da criação (Cl 1.16-17). Paulo confirma que “ele mesmo é quem a todos dá vida, a respiração e todas as coisas” (At 17.25), ratificando a autossuficiência do Verbo (At 17.25).

Assim, a curta declaração “Nelle, estava a vida” é densa de significado teológico. Afirma que Jesus Cristo, o Verbo eterno, é a fonte original, autossuficiente e absoluta de toda a vida. Ele compartilha da mesma substância divina: “Porque assim como o Pai tem vida em si mesmo, também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo” (Jo 5.26, NAA). Essa verdade ensina que a vida eterna e imutável que está no Pai está igualmente no Filho, apontando para a mesma essência entre as Pessoas da Trindade (Jo 10.30; 14.9; 17.5).

### 3. A Luz dos Homens

O texto bíblico assevera que “a vida era a luz dos homens; e a luz resplandece nas trevas, e as trevas não a compreenderam” (Jo 1.4b-5). A metáfora da luz é recorrente nas Escrituras, e simboliza o caráter de Deus, porque nEle não há trevas alguma (1 Jo 1.5). A luz também representa, desde o Antigo Testamento, a presença e a atuação salvífica de Deus. No primeiro dia da criação, como símbolo de ordem e vida, Deus disse: “Haja luz. E houve luz” (Gn 1.3). O Messias é anunciado como a “grande luz” que brilha para os que habitavam na sombra da morte (Is 9.2; Mt 4.16).

Em João, Jesus declara: “Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andará em trevas, mas terá a luz da vida” (Jo 8.12). Nesse contexto, Ele não apenas possui luz; Ele é a própria Luz. Desse modo, a expressão joanina “a vida era a luz dos homens” não apresenta Jesus como *uma luz*, mas como *a Luz* verdadeira que veio ao mundo (Jo 1.9). Segundo Vicente, “a expressão luz verdadeira denota a realização da ideia divina original da Luz, a Luz arquetípica, contrastada com todas as manifestações imperfeitas”.<sup>16</sup> Por conseguinte, Jesus é a fonte de iluminação moral e espiritual de toda a humanidade. F. F. Bruce ratifica que “a iluminação que o evangelista tem em mente é principalmente espiritual, que dissipa

<sup>16</sup> VINCENT, Marvin R. **Estudo no Vocabulário Grego do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, v. 2, p. 35.

pa as trevas do pecado e da descrença”.<sup>17</sup> Nesse sentido, João destaca que essa luz não apenas revela o pecado, mas ilumina os perdidos e os chama ao arrependimento (Jo 3.19-21). A luz de Cristo não é apenas iluminação intelectual, mas um convite à transformação espiritual. Assim sendo, Chafer lembra que “o homem, à parte da iluminação divina, é totalmente incapaz de receber ou entender a verdade a respeito de Deus”.<sup>18</sup> A declaração “as trevas não prevaleceram contra ela” (Jo 1.5, NAA) é traduzida por diferentes formas: “não a compreenderam” (ARC); “não a derrotaram” (NVI); “não a apreenderam” (BJ); “não a reteve” (HD). Isso porque o verbo grego *katalambánō* pode significar tanto “compreender” como também “dominar/apoderar-se” (Mc 9.18; Jo 12.35). Em vista disso, os estudiosos concordam que a ideia é dupla: os homens em trevas não entenderam a luz de Cristo e, ao mesmo tempo, as trevas não conseguiram detê-la. Assim, todas as versões expressam que as trevas do pecado não podem resistir à luz do Filho de Deus (Rm 13.12). A vitória da luz sobre as trevas antecipa a derrota final do mal (Ap 21.23-25).

### III – O VERBO COMO REVELAÇÃO DO PAI

#### 1. A Encarnação do Verbo

João apresenta o Verbo como o supremo meio de autorrevelação do Pai: “o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória” (Jo 1.14a). A declaração “o Verbo se fez carne” combate a heresia do docetismo — uma forma incipiente do gnosticismo — que negava a verdadeira humanidade de Cristo. Os docetas acreditavam que Jesus apenas parecia ser humano, mas não possuía um corpo real. Contra isso, João afirma que o Verbo “se fez carne”, não diz apenas que o Verbo se fez homem, mas carne, ou seja, tornou-se verdadeiramente humano, com um corpo físico, emocional e espiritual.

Essa afirmação ressalta a totalidade da natureza humana assumida pelo Filho e marca o ponto culminante da revelação divina: o Ver-

<sup>17</sup> BRUCE, F. F. **João**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1987, p. 41.

<sup>18</sup> CHAFFER, Lewis Sperry. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2003, v. 2, p. 65.

bo se tornou homem sem deixar de ser Deus (Fp 2.6-8). Na sequência, João enfatiza que o Verbo “habitou” entre nós. O termo grego correspondente é *eskēnōsen*, que tem como raiz a palavra “tenda” (gr. *skēnē*), e significa literalmente “armou sua tenda”. A expressão remete ao Tabernáculo do Antigo Testamento (Êx 25.8-9), onde a presença de Deus habitava no meio do povo de Israel. João emprega essa imagem para ensinar que, agora, o próprio Deus tabernaculou entre nós em Cristo. Henry ressalta que “uma vez que o Verbo eterno se fez carne, vestiu-se com um corpo, como nós, e habitou neste mundo, como nós”.<sup>19</sup> Dessa forma, o corpo de Cristo é comparado a esse Tabernáculo, onde Deus se revela e onde a glória de Deus se manifestou visível entre os homens: “e vimos a sua glória” (Jo 1.14). Essa manifestação da glória (gr. *dóxa*) foi reveladora do caráter de Deus e da divindade de Cristo: “Pois em Cristo habita corporalmente toda a plenitude da divindade” (Cl 2.9, NVI). A glória vista pelos discípulos em Jesus não foi um reflexo da glória mosaica, mas a revelação do amor, graça e verdade de Deus na Pessoa do Filho (Jo 1.17; Hb 1.3). Descreve também a união hipostática das duas naturezas do Filho: divina e humana. Ele é o Emmanuel, o Deus conosco (Mt 1.23) — a plena revelação do Pai (Hb 1.1).

## 2. A Plenitude da Graça e da Verdade

João, testemunha ocular de Cristo (1 Jo 1.1-2), faz uma revelação singular: o Verbo, que é Deus (Jo 1.1), encarnou-se plenamente (Jo 1.14), e essa encarnação revelou a “glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade” (Jo 1.14b). Na Septuaginta, o grego “*dóxa*” (glória) traduz o hebraico “*kavôd*”, muitas vezes associado à “*Shekinah*”, a presença visível da glória de Deus entre o seu povo (Êx 40.34-35; 2 Cr 5.13-14). Contudo, na Antiga Aliança, essa glória era limitada, temporal e mediada por símbolos (como o Tabernáculo). Em contraste, João afirma que, na pessoa de Jesus, essa glória é plena, pessoal e permanente (Jo 2.11; 17.1-5).

A frase empregada por João, “cheio de graça e de verdade”, revela o conteúdo dessa glória. Essa expressão remete ao livro do Êxodo, quan-

<sup>19</sup> HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento: Mateus a João.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 749.

do Deus se revela a Moisés como “Deus compassivo, clemente, longâmimo e grande em misericórdia e fidelidade” (Êx 34.6, ARA). A fórmula “graça e verdade”, utilizada por João, ecoa esse momento da autorreveleção divina. Carson sustenta que “a glória revelada a Moisés, quando o Senhor passou diante dele e ressoou seu nome, manifestando que a bondade divina se caracteriza por inefável graça e verdade, era exatamente a mesma glória que João e seus amigos viram na Palavra que se tornou carne”.<sup>20</sup> A graça refere-se à benevolência redentora de Deus, e a verdade à fidelidade à sua promessa e à realidade eterna que Ele revela. João, ao usar essa linguagem, indica que Cristo é o cumprimento pleno da autorreveleção de Deus no Sinai. Desse modo, diferente da lei dada por Moisés (Jo 1.17a), que revelava o pecado e apontava para a necessidade de redenção (Gl 3.24), Cristo encarnou a própria graça salvadora e a verdade eterna. Ele trouxe a realidade daquilo que a Lei prefigurava — o favor imerecido de Deus (graça) e a verdade revelada de forma plena.

Cristo não apenas ensina a verdade — Ele é a verdade (Jo 14.6). Ele não apenas oferece graça — Ele é a plenitude da graça de Deus, uma provisão contínua que se manifestou salvadora a todos os homens (Tt 2.11). Assim, Cristo não apenas possui ou transmite esses atributos — Ele é a própria personificação deles (Cl 2.3,9). Mercê dessa verdade, como receptor da plenitude da graça (Jo 1.16), o cristão é convidado a contemplar a glória do Verbo encarnado e a viver sob a influência da sua graça e verdade (2 Co 3.18; Jo 8.31-32).

### 3. O Revelador do Deus Invisível

No último versículo de seu prólogo, João afirma: “Ninguém jamais viu Deus; o Deus unigênito, que está junto do Pai, é quem o revelou” (Jo 1.18, NAA). Aqui, o apóstolo enfatiza que Deus é invisível e inacessível (1 Tm 1.17; 6.16). A primeira afirmação, “ninguém jamais viu Deus”, é um eco do Antigo Testamento, onde a santidade e transcendência de Deus tornam impossível à humanidade vê-lo em sua essência (Dt 4.12; Is 6.5). A teologia judaica estabelece que Deus habita em luz inacessível e que o ser humano, por si só, não pode contemplar sua glória total e viver (Êx 33.20).

---

<sup>20</sup> CARSON, D. A. **O Comentário de João**. São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 130.

No entanto, o Verbo o revelou de forma plena e perfeita. O Deus unigênito “quebrou a barreira que tornava impossível para seres humanos ver a Deus, e o tornou conhecido”.<sup>21</sup> Essa expressão, “Deus unigênito” (gr. *monogenēs Theos*), significa literalmente “o Deus único gerado”. Refere-se a Cristo — o Filho da mesma substância (gr. *homoousios*) do Pai — o único em sua categoria. Conforme Boor, “somente Ele podia verdadeiramente trazer notícia de Deus, porque Ele era esse — único sem igual”.<sup>22</sup> Essa leitura reforça a plena divindade e a eternidade de Cristo, enfatizando que o Verbo não apenas veio de Deus, mas Ele é Deus (Jo 1.1). Ratifica então que Cristo é a autorrevelação completa do Pai. Como disse Paulo, “Ele é a imagem do Deus invisível” (Cl 1.15, NAA). E também Cristo declarou: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14.9, NVI). Assim, o Verbo eterno torna o invisível, visível; o transcendente, imanente; e o insondável, revelado.

## CONCLUSÃO

Jesus Cristo é o Deus unigênito que revela o Pai. NEle, a glória, a graça e a verdade de Deus são plenamente manifestas. A encarnação do Verbo não é apenas uma doutrina essencial da fé cristã, mas também um chamado à adoração e proclamação daquEle que é a imagem visível do Deus invisível. O Senhor Jesus é a perfeita revelação do Pai à humanidade. Que cada crente reconheça que conhecer a Cristo é conhecer o próprio Deus, e que proclamar essa verdade é tornar a glória do Pai conhecida no mundo.

<sup>21</sup> CARSON, D. A. **O Comentário de João**. São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 135.

<sup>22</sup> BOOR, Werner de. **Evangelho de João**. Curitiba: Editora Esperança, 2002, p. 28.

## Capítulo 7

# A Obra do Filho

Jesus Cristo é o Filho eterno de Deus, que assumiu a forma humana, viveu uma vida sem pecado, morreu e ressuscitou vitoriosamente. Sua missão abrange não apenas o perdão dos pecados, mas a revelação do caráter do Pai e a restauração de toda a criação. A encarnação e a vida terrena de Jesus Cristo revelam o mistério profundo da humilhação voluntária do Filho de Deus. Ele renunciou ao exercício pleno de seus direitos divinos em favor da salvação dos pecadores.

Sua missão não terminou na manjedoura. O propósito da encarnação foi a redenção da humanidade por meio de sua morte substitutiva na cruz e sua ressurreição gloriosa (Lc 19.10; Hb 9.12). A cruz não foi o fim, mas o caminho para a glória. Sua humilhação foi seguida por sua exaltação suprema, como resposta do Pai à sua perfeita obediência e sacrifício expiatório (Fp 2.9-11). Sob tais premissas, este capítulo apresenta a obra do Filho em três dimensões: sua humilhação, sua redenção e sua exaltação.

### I – A HUMILHAÇÃO VOLUNTÁRIA DO FILHO

#### 1. A Submissão de Cristo

Aos Filipenses, Paulo exorta a Igreja à unidade e à humildade (Fp 2.1-4). O apóstolo adverte o cristão a ter a mente de Cristo: “De sorte que haja em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus” (Fp 2.5). Aqui, Paulo apresenta Cristo com o exemplo supremo de humildade, e modelo máximo de serviço abnegado, contrastando com a tendência do ser humano ao orgulho e à autopromoção (Gn 3.5; Is 14.13-14). O termo grego para “sentimento” é *phroneō*, que significa

mais do que uma emoção passageira — trata-se de um modo de pensar, uma disposição humilde que dirige e molda a mente por uma visão ética e espiritual.<sup>1</sup> Na sequência do texto, Paulo introduz o chamado “hino cristológico” (Fp 2.6-11), considerado uma das porções mais sublimes acerca da encarnação e da exaltação de Cristo. A perícope apresenta dois movimentos: (i) a humilhação voluntária do Filho (Fp 2.6-8); e (ii) a exaltação gloriosa de Cristo pelo Pai (Fp 2.9-11). Nessa perspectiva, Paulo convida os Filipenses a seguirem o exemplo deixado por Cristo e assumirem concretamente sua atitude de humildade e serviço voluntário. Isso demonstra que o crente deve, em todo tempo e de toda a maneira, imitar o mesmo modo de pensar e viver que foi demonstrado por Jesus Cristo (1 Jo 2.6). Essa conduta a ser assumida pelo cristão refere-se a uma consciência orientada pela humildade e pelo exercício do amor (Jo 13.15). Imitar a mente de Cristo significa o abandono de exclusividade e busca por prestígio, trata-se de um convite à cruz diária (Lc 9.23). A submissão voluntária de Cristo ao Pai (Jo 6.38; Mt 26.39) revela o caminho da obediência plena, que deve caracterizar todo cristão. Desse forma, o chamado é para pensar e agir como Cristo, o que envolve transformação da mente (Rm 12.2), vida de serviço (Mc 10.45) e a renúncia do próprio eu (Fp 2.3-4).

Implica, ainda, buscar o bem do próximo, e não se moldar ao espírito do presente século. Reporta-se a um viver diário prático e renovado (Rm 12.1-2). Essa renovação é operada pelo Espírito Santo por meio da Palavra (2 Co 3.18; Ef 4.23; Cl 3.10). Tal transformação habilita o crente a discernir e praticar a vontade de Deus, e essa vontade é sempre voltada para a glória do Pai em todas as esferas da existência — trabalho, família, relacionamentos e ministério (1 Co 10.31; Mt 5.16). Como cristãos, somos chamados não apenas a crer em Cristo, mas a pensar e agir como Ele (Mt 11.29).

## 2. O Esvaziamento de sua Glória

O apóstolo Paulo escreve que Jesus, “subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus” (Fp 2.6 ARA).

---

<sup>1</sup> STRONG, James. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1905.

Essa construção do texto grego é teologicamente profunda. O verbo “subsistindo” (gr. *hyparchō*) indica um estado contínuo e permanente, ou seja, Cristo sempre foi Deus, mesmo antes de sua encarnação (Jo 1.1; Cl 1.17). A expressão “forma de Deus” (gr. *morphe Theou*) aponta para a essência divina compartilhada com o Pai, não apenas uma apariência. Conforme leciona Barclay, “Jesus está de maneira inalterável na forma de Deus; sua essência e seu ser imutável são divinos”.<sup>2</sup>

Contudo, Cristo não considerou esse *status* divino como algo a ser usado em benefício próprio. A frase traduzida “como usurpação” (gr. *harpagmós*) pode ser entendida como “algo a ser retido a todo custo” ou “algo a ser explorado egoisticamente”. A versão brasileira (TB) traduz como “não julgou que o ser igual a Deus fosse coisa de que não devesse abrir mão”. Como escreve Hendriksen, “Ele não considerou o fato de ser igual a Deus como sendo algo que não devesse escapar de seu domínio”.<sup>3</sup> Ao contrário do primeiro Adão, que almejou ser “como Deus” (Gn 3.5), Cristo, o segundo Adão, sendo Deus, por amor preocupou-se com bem-estar dos outros (Fp 2.4b).

Sendo Ele igualmente Deus, compartilhando da mesma natureza do Pai (Jo 1.1), preferiu privar-se de seus direitos — não da sua divindade. Essa realidade é confirmada quando Jesus “fez a si mesmo de nenhuma reputação” (Fp 2.7a, ACF). Essa frase também pode ser traduzida como “a si mesmo se esvaziou” ou “aniquilou-se a si mesmo”. O termo “esvaziou-se/aniquilou-se” (gr. *ekenōsen*, de *kénosis*) refere-se à autoabnegação voluntária, assumindo a natureza humana (Fp 2.7b). Isso não significa a perda de sua divindade, mas a renúncia da glória que Ele possuía na eternidade com o Pai (Jo 17.5).<sup>4</sup>

Aqui é importante ratificar que, na encarnação, Jesus não perdeu seus atributos divinos. Cristo não deixou de ser Deus, mas abriu mão da manifestação externa da sua glória e dos privilégios celestiais (Jo 17.5). Stronstad corrobora com essa interpretação ao afirmar que a “divindade foi algo que Jesus se recusou a reconhecer como seu direito

<sup>2</sup> BARCLAY, William. **Filipenses**. Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985, p. 46.

<sup>3</sup> HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 475.

<sup>4</sup> CARSON, D. A.; et. al. **Comentário Bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 1523.

inalienável. Ele colocou de lado os seus direitos (não a sua divindade), e não os defendeu”.<sup>5</sup> Sim, Ele se humilhou, tornando-se servo (gr. *doulos*), com total identificação com os homens (Hb 2.14-17; 4.15).

### 3. Obediência Sacrificial até a Cruz

A obediência de Cristo foi plena, desde a encarnação até o Calvário: “na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte e morte de cruz” (Fp 2.8). Esse versículo descreve uma progressão descendente: da eternidade divina à condição humana, e da humanidade até a morte. A expressão “humilhou-se a si mesmo” (gr. *etapeinōsen heauton*) indica um ato voluntário e intencional de submissão. Ele não foi humilhado pelos homens apenas — Ele escolheu se humilhar (Jo 10.17-18).

Cristo desceu à condição mais humilde e morreu como servo (2 Co 8.9). Em obediência ao Pai, submeteu-se à humilhação da cruz (Hb 12.2). Beacon descreve que “a morte de cruz fala do clímax da humilhação própria de Cristo, pois era a maneira mais infame de morte conhecida nos dias de Paulo [...] associada à cruz estava a vergonha mais intensa”.<sup>6</sup> A frase “morte de cruz” era uma expressão carregada de horror e escândalo para os judeus (Dt 21.23; Gl 3.13) e vergonha para os gentios (1 Co 1.23). Mas Cristo, o Santo de Deus, submeteu-se a essa ignomínia por amor aos pecadores (Hb 12.2).

O termo “obediente” (gr. *hypēkoos*) carrega a ideia de submissão completa à autoridade. A obediência de Jesus não foi parcial, nem condicional, mas plena, ativa e contínua, desde a manjedoura até o Calvário. As Escrituras ensinam que pela desobediência, o primeiro Adão trouxe condenação pelo pecado; e Cristo, o segundo Adão, trouxe justiça por meio de sua perfeita obediência (Rm 5.19). Essa verdade ratifica que a obra redentora do Filho está fundamentada na obediência completa de Cristo ao Pai (Jo 6.38). Por sua obediência, Cristo “não só destruiu a morte, como trouxe à luz a vida e a imortalidade, mediante o evangelho” (2 Tm 1.10, ARA). A salvação dos pecadores é resultado dessa obediência, e não de méritos humanos (Ef 2.8-9).

<sup>5</sup>STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1492.

<sup>6</sup>HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 257.

Portanto, a morte de cruz não foi um acidente de percurso, mas o culminar do propósito redentor de Deus (At 2.23). Cristo obedeceu até o fim, por amor ao Pai e à humanidade. A obediência *ativa* de Cristo inclui toda a sua vida de conformidade com a vontade do Pai (Jo 4.34; Jo 6.38), e sua obediência *passiva* culmina na cruz (Jo 10.17-18). A justificação do salvo se fundamenta nessa perfeita obediência de Cristo, imputada por meio da fé (2 Co 5.21; Ef 2.8-9). A obediência de Cristo não é apenas substitutiva, mas serve de exemplo ao crente para obedecer à vontade do Pai (Rm 12.1; Mt 16.24).

## II – A OBRA REDENTORA DO FILHO

### 1. A Ineficácia do Sacerdócio Levítico

O sacerdócio levítico da Antiga Aliança tinha por função mediar entre Deus e os homens por meio de rituais prescritos na Lei (Êx 28-29). O ponto culminante desse ministério era o Dia da Exiação (*yôm Kippur*), quando o sumo sacerdote adentrava ao Santo dos Santos, uma vez ao ano, com o sangue de animais, para fazer expiação tanto por seus próprios pecados quanto pelos do povo (Lv 16.11-15). O autor aos Hebreus explica a limitação desse sistema levítico, cuja eficácia era temporária e simbólica, apontando para algo maior (Hb 9.7,25; 10.1-4). A repetição anual demonstrava sua incapacidade de purificar a consciência ou de oferecer redenção plena.<sup>7</sup>

Esse sacerdócio estava marcado pela transitoriedade. Seus ministros eram homens pecadores (Hb 7.27-28), o sumo sacerdote terreno era uma figura (tipo) de Cristo, que é o real e eterno Sumo Sacerdote (Hb 2.17). Seu santuário era terreno e provisório (Hb 8.5; 9.1). Seus sacrifícios eram apenas tipológicos, incapazes de remover definitivamente o pecado (Hb 10.4). A Lei levítica não conduziu à perfeição, pois foi dada como “sombra dos bens futuros” (Hb 10.1). Por ser imperfeito, o sacerdócio levítico foi substituído por um superior, o sacerdócio de Cristo (Hb 7.23-24).

A doutrina cristã entende que Cristo é o antítipo perfeito, o cumprimento do que o sistema levítico apenas prenunciava. Enquanto o

---

<sup>7</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1592.

sacerdote levítico oferecia sangue alheio (animal), Cristo ofereceu o seu próprio sangue (Hb 9.12). Enquanto o sumo sacerdote terreno voltava ano após ano, Jesus entrou no céu mesmo e de uma vez por todas, para interceder pelos pecadores diante do Pai (Hb 8.1-2). A entrada única de Cristo no santuário assegura uma eterna redenção (Hb 9.25-26).

Por conseguinte, no plano redentor de Deus, o sacerdócio levítico era pedagógico (Gl 3.24), revelando tanto a santidade de Deus quanto a gravidade do pecado. O sacerdócio levítico foi substituído por um sacerdócio superior — segundo a ordem de Melquisedeque (Hb 7.11-17) — cuja perfeição se encontra em Cristo. Ele é o sumo sacerdote eternamente (Hb 7.24-28), sem pecado (Hb 4.15) e capaz de salvar perfeitamente os que por Ele se chegam a Deus (Hb 7.25). Assim, o crente em Cristo já não precisa mais viver sob o peso de sacrifícios repetitivos ou de uma culpa não resolvida. Cristo ofereceu um único e definitivo sacrifício. O perdão não depende de esforço humano, mas da obra perfeita do Redentor.

## 2. O Sacrificio Único e Suficiente

Como já observado, na Antiga Aliança, ofereciam-se sacrifícios continuamente pelo pecado por causa da infecácia dessas ofertas. O sumo sacerdote repetia o mesmo rito muitas vezes (Hb 9.25). O advérbio multiplicativo “muitas vezes” (gr. *pollakis*) significa “*frequentemente*”.<sup>8</sup> Transmite a ideia de algo feito repetidamente, enfatizando a reiterada necessidade de sacrifícios no sistema levítico. Essa repetição constante evidencia a insuficiência dos sacrifícios antigos para tratar o pecado de forma definitiva, porque “nunca, pelos mesmos sacrifícios que continuamente se oferecem cada ano, pode aperfeiçoar os que a eles se chegam” (Hb 10.1). Diferente do sistema levítico, Cristo não se ofereceu sistematicamente, como o sumo sacerdote terreno fazia. A Escritura revela que Jesus “ao se cumprirem os tempos, se manifestou uma vez por todas, para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado” (Hb 9.26b, ARA). O termo “aniquilar” (gr. *athetesis*) também pode ser traduzido como abolir, remover

<sup>8</sup> STRONG, James. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1750.

ou anular completamente. O texto enfatiza que o pecado foi tratado de forma decisiva pela entrega voluntária de Cristo.<sup>9</sup>

Assim sendo, a morte de Jesus foi definitiva, completa e eficaz. Ele se ofereceu “uma vez para levar os pecados de muitos” (Hb 9.28a, ACF). A expressão “uma vez” (gr. *hápax*) significa literalmente “uma única vez para sempre”, e indica que não há necessidade de repetição, o que Ele fez é perfeito e eterno (Hb 10.10). Conforme anota Guthrie, “a frase expressa a completa suficiência do sacrifício de Cristo”.<sup>10</sup> A salvação não é progressiva por méritos ou rituais humanos, mas plena e gratuita, alcançada pela fé na obra consumada de Cristo (Jo 19.30). Cristo, ao morrer, rasgou o véu que separava o homem da presença de Deus (Mt 27.51). Não há outro meio de salvação, nenhuma outra oferta, nenhum outro nome (At 4.12). O Calvário é suficiente. Jesus é tudo!

### 3. A Substituição Vicária

A expressão “substituição vicária” é central para a compreensão do sacrifício de Cristo. A palavra “vicária” deriva do latim *vicarius*, que significa “aquele que age em lugar de outro” — conceito claramente expresso em textos bíblicos tanto na Antiga como na Nova Aliança (Is 53.4-6; Rm 8.32). A substituição vicária é inseparável da justiça divina (Rm 3.26). Conforme interpreta Pohl, “na morte de Jesus o Deus todo se revelou totalmente — inteiramente como juiz, inteiramente como redentor. Ele julgou com o máximo rigor, porém amou seus inimigos com amor supremo”.<sup>11</sup> No entanto, o pecado não podia ser ignorado, o pecado precisava ser punido (Rm 5.21).

Em virtude disso, Deus não poupou seu próprio Filho, mas o entregou para morrer em lugar dos pecadores, assumindo sobre si a penalidade destinada aos transgressores (Rm 8.32). A expressão “não poupou” (gr. *epheisato*) indica a recusa de evitar um sofrimento — evidenciando a determinação divina em punir o pecado não no pecador, mas no Substituto Perfeito. No sistema sacrificial da Lei, os animais oferecidos tipifica-

<sup>9</sup> STRONG, 2002, p. 1.266.

<sup>10</sup> GUTHRIE, Donald. **A Carta aos Hebreus**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 187.

<sup>11</sup> POHL, Adolf. **Carta aos Romanos**. Curitiba: Esperança, 1999, p. 43.

vam essa substituição, mas não removiam o pecado (Hb 10.4). Somente Cristo, o Cordeiro de Deus sem mácula, poderia cumprir cabalmente essa função substitutiva (Jo 1.29). Ele não apenas cobriu o pecado, como nos ritos do Antigo Testamento, mas o removeu definitivamente, assumindo sobre si a culpa da humanidade caída. Dessa forma, a substituição vicária é o cerne da doutrina da expiação, ela integra o plano eterno de redenção, revelado progressivamente nas Escrituras desde o Éden (Gn 3.21). Ratifica-se que a doutrina afirma que Cristo morreu em lugar do pecador, suportando a ira justa de Deus contra o pecado (Rm 3.25-26). A justiça divina exige punição, e o amor divino proveu um substituto: Jesus Cristo. Nesse entendimento, Horton ratifica que “Cristo suportou em nosso lugar a total penalidade que deveríamos pagar [...] Ele sofreu, não meramente para nosso benefício ou vantagem, mas em nosso lugar”.<sup>12</sup> Essa verdade da substituição vicária de Cristo deve produzir em todo crente salvo sentimento de gratidão reverente, adoração sincera e uma vida consagrada. Como diz Paulo: “Ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2 Co 5.15). Cristo morreu pelos pecadores, e isso muda tudo. A cruz não é apenas um símbolo religioso, mas o local onde a dívida da culpa foi paga, o pecado foi julgado e a salvação foi selada.

### III – A EXALTAÇÃO GLORIOSA DO FILHO

#### 1. Recebido à Destra do Pai

Após sua humilhação voluntária, o Filho foi entronizado nos céus com glória eterna: “Pelo que também Deus o exaltou soberanamente” (Fp 2.9a). O termo grego *hyperypsōsen*, traduzido como “exaltou soberanamente” ou “exaltou sobremaneira”, é um composto intensificado de *hypsoō* (elevar, exaltar), mais o prefixo *hyper*, que comunica que Deus o elevou de forma suprema, incomparável e singular, exaltando-o acima de toda criatura,<sup>13</sup> em virtude de sua obediência perfeita até a morte

<sup>12</sup> HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio Janeiro: CPAD, 1997, p. 187.

<sup>13</sup> STRONG, James. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1883.

(Fp 2.8). Henry corrobora com esse entendimento ao afirmar que a exaltação de Cristo “foi a recompensa da sua humilhação. Pelo fato de Ele se humilhar, Deus o exaltou; e o exaltou soberanamente a uma posição extraordinariamente elevada”.<sup>14</sup>

Cristo não apenas venceu a morte, mas foi exaltado à posição suprema no Universo: “depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade, nas alturas” (Hb 1.3). Estar “à destra do Pai” não é apenas uma referência espacial, mas uma metáfora rica em significados. Simboliza autoridade suprema, honra, glória e domínio (Sl 110.1; Mt 26.64). A destra é o lugar de honra reservado ao herdeiro real (1 Rs 2.19). Estar assentado expressa descanso depois do conflito (Ef 4.10; Hb 8.1). Deus exaltou a Jesus crucificado, não apenas o ressuscitando dos mortos, mas também o entronizando no céu.<sup>15</sup> Assim, o fato de Cristo estar assentado demonstra o reconhecimento divino da obra completa realizada pelo Filho (Jo 17.4-5).<sup>16</sup>

Nesse aspecto, a exaltação de Cristo é uma das fases da Cristologia, que contempla os estados de humilhação e exaltação de Jesus. A humilhação inclui sua encarnação, sofrimento, morte e sepultamento. A exaltação comprehende sua ressurreição, ascensão, assentamento à destra de Deus e ainda o seu retorno glorioso. Essa doutrina da exaltação de Cristo é confessada universalmente na fé cristã ortodoxa. O Credo dos Apóstolos afirma: “subiu ao céu, e está sentado à mão direita de Deus, o Pai Todo-Poderoso”.<sup>17</sup> Ele não apenas retornou para o céu; Ele assentou-se no trono (Ap 3.21). O Cristo exaltado é a nossa esperança viva, pois está entronizado e intercede por nós (Rm 8.34; Hb 7.25). João confirma essa esperança em sua visão apocalíptica: “Ao que vencer, lhe concederei que se assente comigo no meu trono, assim como eu venci e me assentei com meu Pai no seu trono” (Ap 3.21). Ele

<sup>14</sup> HENRY, Matthew. **Novo Testamento**: Atos a Apocalipse. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 618.

<sup>15</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 655.

<sup>16</sup> GUTHRIE, Donald. **A Carta aos Hebreus**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 46.

<sup>17</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2. Ed., p. 209.

não está ausente ou inativo, mas reina soberanamente, dirige a história, cuida de sua Igreja e prepara a consumação de todas as coisas.

## 2. Um Nome acima de todo Nome

Cristo recebeu de Deus Pai “um nome que é sobre todo o nome” (Fp 2.9b). A expressão grega para “nome” (gr. *ónoma*) vai muito além de um título ou identificação. No Antigo e Novo Testamentos, o “nome” representa a essência, o caráter, a autoridade e a reputação da pessoa (Sl 8.1; Pv 18.10; Mt 1.21). Ao dizer que Cristo recebeu um nome sobre-excelente, a Escritura afirma que nenhuma autoridade, visível ou invisível, se compara ao seu poder e posição (Ef 1.21a). Henry anota que se trata de “um título de dignidade acima de todas as criaturas, homens e anjos”.<sup>18</sup>

Isso significa que Cristo foi exaltado acima de toda eminência do bem e do mal e de todo título que se possa conferir nesta era e também no porvir (Ef 1.21b). Implica dizer que nenhuma força — seja humana, seja demoníaca, política ou espiritual — pode se comparar ou rivalizar com Cristo. Ele não apenas reina sobre todos; Ele é o Rei dos reis e Senhor dos senhores (Ap 19.16). Desse modo, a frase “nome acima de todo nome” reflete a soberania universal e messiânica de Jesus, como anunciado pelos profetas (Is 9.6-7; Dn 7.13-14) e confirmado pela ressurreição (Rm 1.4).

Conforme leciona Stronstad, Cristo foi entronizado como Senhor “acima de todo principado, e poder, e potestade, e domínio” (Ef 1.21); e nomeado como a autoridade suprema para a Igreja (Ef 1.22,23).<sup>19</sup> Essa declaração faz analogia com o texto messiânico em que todos os inimigos estariam sob o estrado dos pés de Cristo (Sl 110.1b). Nesse sentido, Stronstad ratifica que Cristo foi “nomeado como o soberano acima de todas as coisas, isto é, o chefe supremo da criação, a manifestação final do que nos espera no futuro (Ef. 1.10)”.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> HENRY, Matthew. **Novo Testamento**: Atos a Apocalipse. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 618.

<sup>19</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.211

<sup>20</sup> Ibid., p. 1.212.

Portanto, não existe poder algum que seja maior e nem mesmo igual ao poder de Cristo (1 Pe 3.22).<sup>21</sup> O nome de Jesus não é apenas um símbolo de fé, mas uma fonte real de autoridade. O Senhor delegou à Igreja o uso de seu nome, para curar, libertar, pregar e vencer as forças do mal (Mc 16.17-18). Contudo, o nome de Jesus não é uma fórmula mágica, mas representa sua presença e poder concedidos à Igreja. A expressão “nome de Jesus”; não se refere ao som da palavra, mas à autoridade de Jesus. Usar o nome de Jesus significa agir em sua missão, segundo sua vontade, sob seu senhorio e para sua glória.

### 3. Soberania Universal e Retorno Triunfal

A exaltação de Cristo culmina não apenas na sua entronização, mas também na plena manifestação de sua soberania sobre todo o universo, no presente e no futuro escatológico. A Bíblia declara que todo joelho se dobrará e toda língua confessará que Jesus Cristo é o Senhor (Fp 2.10-11). A expressão “*todo joelho se dobre*” (NVT) ecoa a profecia, onde o próprio Deus declara que toda criatura se curvará diante dEle (Is 45.23). Ao aplicar esse texto ao Filho, Paulo ratifica a divindade e o senhorio de Cristo. A estrutura tripartida “nos céus, na terra e debaixo da terra” (Fp 2.10b, NVT) indica o alcance universal e cósmico do domínio de Cristo. Hendriksen chama atenção para as três classes de seres: (i) no céu: os humanos redimidos e os seres celestiais; (ii) na terra: os seres humanos vivos; e (iii) debaixo da terra: os condenados no inferno, tanto humanos quanto anjos maus ou demônios.<sup>22</sup> Não haverá criatura que escape ao reconhecimento do senhorio de Jesus.

A confissão universal de que “Jesus Cristo é o Senhor” se dará de duas maneiras: *voluntária*, por aqueles que hoje confessam Jesus como Senhor e vivem sob seu senhorio (Rm 10.9-10); e *compulsória*, por aqueles que, mesmo tendo rejeitado a Cristo, um dia o reconhecerão, não para salvação, mas para condenação (Rm 14.11; Fp 2.11). Hendriksen explica que “os anjos e os seres humanos redimidos farão isso

<sup>21</sup> BAPTISTA, Douglas. **A Igreja Eleita:** redimida pelo sangue de Cristo e selada com o Espírito Santo da promessa. Rio de Janeiro: CPAD, 2020, p. 64.

<sup>22</sup> HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses.** São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 487.

com intenso regozijo; os condenados farão isso com profunda tristeza e profundo remorso”.<sup>23</sup>

Hebreus afirma que Ele voltará para levar para si os que o esperam (Hb 9.28). Esse retorno será em glória e majestade, poder e juízo (Mt 24.30). Sua glória será reconhecida por todos — para salvação ou para condenação. Ele voltará triunfante para buscar sua Noiva e para reinar eternamente (Jo 14.2-3; Ap 11.15). Diante da soberania de Jesus e da certeza do seu retorno triunfal, o cristão é convocado a dobrar seus joelhos em adoração e proclamar com ousadia: Maranata! Jesus Cristo é o Senhor!

## CONCLUSÃO

A obra do Filho é completa, suficiente e gloriosa — da humilhação à exaltação. Ele se humilhou para nos salvar, ofereceu-se em sacrifício vicário para nos redimir e foi exaltado para governar eternamente. Como Igreja, somos chamados a viver em comunhão com essa verdade, aguardando o retorno do nosso Senhor e Salvador. Vivamos como servos daquele que nos serviu com sua vida e nos salvou com seu sangue.

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 487.

## Capítulo 8

# O Deus Espírito Santo

O Espírito Santo é Deus, a terceira Pessoa da Trindade. Não se trata de um mero símbolo da presença divina ou uma força impessoal. Ele é Pessoa, com intelecto, vontade e emoções, capaz de falar (At 13.2), ensinar (Jo 14.26), interceder (Rm 8.26) e entristercer-se (Ef 4.30). Jesus o chama de “outro Consolador”, indicando que Ele possui a mesma natureza divina do Filho, sendo distinto em Pessoa, mas idêntico em essência. O presente capítulo tratará da Pneumatologia bíblica e teológica sob três eixos principais: (i) a Pessoa do Espírito Santo — evidências bíblicas de sua personalidade e relação trinitária e igualdade com o Pai e o Filho; (ii) a eterna divindade do Espírito — seus atributos divinos e símbolos representativos; e (iii) as obras do Espírito Santo — passando pela encarnação e ressurreição até a santificação e glorificação final dos santos.

### I – A PESSOA DO ESPÍRITO SANTO

#### 1. O Espírito Santo É uma Pessoa

Na teologia cristã, a Pessoa é compreendida como um sujeito com vontade, inteligência, emoção e ação própria. O Espírito Santo, como revelado nas Escrituras, age de modo consciente, relacional e autônomo, características que evidenciam sua personalidade. Ele age com autonomia, exercendo funções próprias de uma Pessoa.

Paulo ensina que o Espírito tem propósito, mente e consciência: “E aquele que examina os corações sabe qual é a intenção do Espírito; e é ele que segundo Deus intercede pelos santos” (Rm 8.27). O termo grego para “intenção” aqui é *phronēma*, que se refere a mentalidade, disposição,

pensamento.<sup>1</sup> O apóstolo atribui ao Espírito uma mente ativa e consciente, que intercede de forma compatível com a vontade de Deus. Isso confirma sua racionalidade e intenção volitiva, própria de uma Pessoa.

O Espírito Santo pode ser entristecido (Ef 4.30). Implica dizer que o Espírito tem emoções, mas não como emoções humanas voláteis, e sim sensibilidade moral e relacional, ou seja, Ele responde com pesar ao pecado e à quebra de comunhão. Ele ensina e faz lembrar (Jo 14.26), o que demonstra inteligência e comunicação consciente com propósito pedagógico. O Espírito Santo apresenta na memória do crente tudo o que Cristo falou, palavras que jamais podem ser esquecidas.<sup>2</sup>

Ele guia e orienta os crentes, função que exige entendimento e relacionamento, como de um mestre para o discípulo (Jo 16.13). Ele distribui os dons “como quer”, demonstrando vontade deliberada, pessoal e ativa (1 Co 12.11). Ele fala diretamente e com clareza, e designa tarefas missionárias, o que comprova seu papel ativo no plano divino (At 13.2). Negar a pessoalidade do Espírito Santo é reduzir o próprio Deus a uma força impessoal, algo completamente alheio à revelação bíblica.

## 2. Pessoa Distinta na Trindade

A doutrina da Trindade afirma que Deus é um só em essência, mas subsiste eternamente em três Pessoas. Pedro distingue as três Pessoas divinas, cada uma agindo em uma etapa do processo da salvação: “eleitos segundo a presciêncie de Deus Pai, em santificação do Espírito, para obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo” (1 Pe 1.2). Nesse versículo, em três orações separadas, o apóstolo descreve três atos do Deus Triúno: o Pai elege, o Espírito santifica e o Filho redime.<sup>3</sup> Contudo, essa distinção funcional não implica inferioridade, mas ordem trinitária. Embora o Espírito Santo compartilhe da mesma natureza divina do Pai e do Filho, sendo plenamente Deus, Ele é uma Pessoa distinta dentro da unidade da Trindade: “fomos salvos pelo poder regenerador e renovador do Espírito Santo” (Tt 3.5, BJ). O texto demonstra que o Espírito

<sup>1</sup> SBB. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1905.

<sup>2</sup> BARCLAY, William. **O Evangelho de João**. Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985, p. 460.

<sup>3</sup> KISTEMAKER, Simon J. **Epístolas de Pedro e Judas**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, p. 50.

tem um papel distinto de dar vida, dentro da função trinitária (Gn 2.7; Jo 6.63; Rm 8.11). Hendriksen leciona que “na Escritura é especialmente a terceira pessoa da Trindade a que é representada como quem outorga a vida; daí, ela também outorga a vida espiritual”.<sup>4</sup>

Essa distinção do Espírito Santo é essencial para refutar hererias, como o *modalismo* que ensina que Pai, Filho e Espírito são apenas “modos” sucessivos de uma única Pessoa divina. Sabélio (séc. III) foi o maior defensor desse pensamento. Ele argumentava que a natureza do Filho era apenas semelhante à do Pai; não era, portanto, idêntica à do Pai. Essa heresia foi condenada no Concílio de Antioquia (268 d.C.).<sup>5</sup> A distinção do Espírito também combate o *arianismo*, que negava a divindade do Filho. Ário ensinava que Deus Pai é o único Eterno, e que Cristo tinha sido criado, portanto, não Eterno. Ele foi excomungado por heresia no Concílio de Niceia (325 d.C.).<sup>6</sup>

Nessa esteira, a ortodoxia ratifica o papel distinto e a missão específica do Espírito Santo. Em João, essa distinção é facilmente percebida: “aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas” (Jo 14.26). A construção grega desse versículo é clara: cada sujeito tem ações próprias, o que descarta a ideia de que são apenas manifestações ou modos de uma única Pessoa. O texto destaca três sujeitos distintos atuando simultaneamente: o Pai envia; o Filho é a referência do envio (“em meu nome”); e o Espírito é o enviado com missão específica. Em suma, o Espírito Santo é distinto do Pai e do Filho, mas plenamente Deus (1 Co 2.10-11).

### 3. O Consolador Prometido

Jesus fez uma promessa aos discípulos: “[...] eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre” (Jo 14.16). O termo grego *paráklētos*, formado pela preposição “*para*” (ao lado de) e o verbo “*kalēō*” (chamar), significa “aquele chamado para

<sup>4</sup>HENDRIKSEN, William. **1 Timóteo, 2 Timóteo e Tito**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001, p. 477.

<sup>5</sup>HORTON, Stanley. Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal. In: MCROBERTS, Kerry. **A Santíssima Trindade**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 172.

<sup>6</sup>Ibid., p. 173-174.

estar ao lado”. Os campos semânticos do vocábulo permitem a tradução como “Consolador” — que ampara, encoraja e traz conforto em meio à dor (2 Co 1.3-4); “Ajudador” — que assiste, presta auxílio ativo e prático nas necessidades (Rm 8.26-27); e “Advogado” — defensor legal ou intercessor que pleiteia a causa de outro diante de um juiz (1 Jo 2.1).<sup>7</sup> Em João, a expressão *paráklētos* aparece cinco vezes, referindo-se ao Espírito Santo e também a Cristo. Observa a tabela abaixo:

### ***Paráklētos no Evangelho de João***

Referência	Sinopse do texto	Função do <i>Paráklētos</i>	Pessoa Referida
João 14.16	“E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador.”	Consolador. Ajudador. Presença contínua de Cristo com discípulos.	Espírito Santo como “outro” da mesma natureza.
João 14.26	“O Espírito Santo, vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar”.	Mestre. Instrutor. Ensinador e Recordador das palavras de Jesus.	Espírito Santo
João 15.26	“O Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, o Espírito da verdade, que procede do Pai, Ele testificará acerca de mim”.	Testemunha. Revelador da verdade sobre Cristo. Confirmador do testemunho apostólico.	Espírito Santo
João 16.7	“Se eu não for, o Consolador não virá para vós; mas, se eu for, o enviarei”.	A vinda do Espírito depende da obra redentora e da exaltação do Filho.	Espírito Santo (enviado pelo Filho)
1 João 2.1	“Se alguém pecar, temos um advogado junto ao Pai: Jesus Cristo, o justo”.	Advogado. Intercessor legal perante o Pai, com função judicial e remidora do pecado.	Jesus Cristo

“Outro Consolador” (gr. *állos paráklētos*) significa alguém da mesma natureza que Jesus. O uso do adjetivo *állos* (outro), e não *heteros* (dife-

<sup>7</sup> SBB. **Dicionário Bíblico Strong**: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1708.

rente), sinaliza que o Espírito Santo é divino, pessoal e eterno.<sup>8</sup> Esse versículo sustenta a Personalidade do Espírito Santo, que não é inferior ao Filho, mas assume o papel da presença permanente de Deus na vida dos crentes (Mt 28.19-20).

## II – A DIVINDADE DO ESPÍRITO SANTO

### 1. O Debate “Filioque”

Fundamentada nas Escrituras, a fé cristã ratificou a doutrina trinitária nos concílios ecumênicos. Em Niceia (325 d.C.), estabeleceu a divindade do Filho: “Cremos [...] em um só Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, o Unigênito do Pai, que é da substância do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito, de uma só substância [*homooúsios*] com o Pai”.<sup>9</sup>

Em Constantinopla (381 d.C.), no Credo niceno-constantinopolitano, após confirmar que o Pai, o Filho e o Espírito Santo possuem a mesma natureza, o concílio ratificou a divindade do Espírito: “Cremos [...] no Espírito Santo, o Senhor e Vivificador, o que procede do Pai e do Filho, o que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, que falou por meio dos profetas”.<sup>10</sup>

O debate da divindade de Jesus e do Espírito ocorreu durante o século IV, em virtude do arianismo negar a igualdade e eternidade do Filho com o Pai, e de forma indireta também do Espírito. Nesse período o grupo dos “pneumatómacos” de tendências semiarianas apesar de aceitarem que o Filho era divino, negavam que o Espírito Santo fosse Deus. Os primeiros concílios ecumênicos foram realizados para dirimir essas controvérsias.

A respeito do Espírito, em Constantinopla (381 d.C.) o credo grego declarou “*to ek tou Patros ekporeuomenon*” (que procede do Pai). Em Toledo (589 d.C.) a frase correspondente do credo latino acrescentou “*qui ex Patre Filioque procedit*” (que procede do Pai e do Filho). O termo “filioque”

<sup>8</sup> Ibid., p. 1280, 1498.

<sup>9</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2. ed., p. 210.

<sup>10</sup> Ibid., p. 211.

(e do Filho) foi inserido para salvaguardar a fé bíblica que o Espírito procede tanto do Pai como do Filho (Jo 15.26; 16.7).

Os textos-chaves são: “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador” (Jo 14.16); e, “quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele Espírito da verdade, que procede do Pai” (Jo 15.26). Os verbos “rogarei” (gr. *erōtāō*) e “proceder” (gr. *ekpoteuetai*) são cruciais para esse debate. O verbo *erōtāō* significa “pedir em termo de igualdade e, por isso, é sempre usado por Cristo em relação ao seu próprio pedido para o Pai, no conhecimento de sua igual dignidade”.<sup>11</sup>

O verbo “proceder” sinaliza que “o Espírito Santo é dado pelo Pai, em resposta à solicitação do Filho. Ele procede tanto do Pai como do Filho. O Pai o dá; o Filho o envia”.<sup>12</sup> O apóstolo Paulo usa preposições gregas como *ek* (“de”) para expressar a relação do Espírito com o Pai e o Filho compatíveis com a doutrina que o Espírito também procede do Filho, a saber: “[...] se alguém não tem o Espírito de Cristo” (Rm 8.9); e, “Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho” (Gl 4.6).

## 2. Os Atributos Divinos do Espírito

O reconhecimento da divindade do Espírito não se apoia apenas nas declarações dos concílios da Igreja, mas, sobretudo, no fato de que a Bíblia lhe atribui os mesmos atributos exclusivos de Deus. Esses atributos não são adquiridos ou conferidos, mas são inerentes à sua essência eterna, como Pessoa da Trindade. Desse modo, todos os atributos divinos do Pai e do Filho são igualmente relacionados com o Espírito Santo:

**Onipotência.** O Consolador tem pleno poder sobre todas as coisas. O nascimento virginal de Jesus é atribuído ao poder do Espírito, revelando que sua ação é ilimitada e criadora (Lc 1.35). O vocábulo “poder” (gr. *dynamis*) expressa capacidade absoluta de realizar tudo o que está de acordo com a vontade divina. Todos os milagres e obras podero-

<sup>11</sup> VINCENT, Marvin Richardson. **Estudo no Vocabulário Grego do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013. v. 2, p. 166.

<sup>12</sup> HENDRIKSEN, William. **O Evangelho de João**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 664.

sas no evangelho são realizados pela operação do Espírito (Rm 15.19). Somente Deus é onipotente (Sl 115.3), logo, se o Espírito Santo é dotado de onipotência, Ele é Deus.

**Onisciência.** Não existe nada além de seu conhecimento. Pedro identifica que o Espírito conhecia o que estava oculto no coração de Ananias (At 5.3-4). Paulo ensina que o Espírito possui conhecimento completo e direto, sem limitação alguma (1 Co 2.10-11). A onisciência pertence unicamente a Deus (Sl 147.5). Assim, o conhecimento pleno do Espírito é prova de sua divindade.

**Onipresença.** O Espírito possui conhecimento absoluto. O salmista reconhece que o Espírito está em todos os lugares (Sl 139.7-10). A presença simultânea em toda a criação é prerrogativa divina (Jr 23.24), portanto, o Espírito é plenamente Deus.

**Eternidade.** Existência sem princípio nem fim. O Espírito já atuava no momento da criação, pairando sobre as águas (Gn 1.1-2). O Espírito é eterno, Ele não passou a existir no Pentecostes, mas já estava ativo na inspiração profética e na história da salvação (Hb 9.14). A eternidade é atributo essencial de Deus (Sl 90.2); por conseguinte, o Espírito não é criatura, mas divino. Como observado, esses atributos absolutos são exclusivos da divindade. Tais virtudes são de modo inequívoco evidências da deidade do Espírito Santo. A terceira Pessoa da Trindade possui a mesma essência do Pai e do Filho.

### 3. Os Símbolos do Espírito

A expressão “símbolo” é uma combinação de duas palavras gregas “*syn*” (com) e “*ballein*” (lançar), que significa literalmente “comparar uma coisa com outra”. Não é o objeto real, mas serve como ponte para compreendê-lo ou expressá-lo. A *Declaração de Fé* é das Assembleias de Deus afirma que “os símbolos do Espírito Santo são reflexos das suas múltiplas operações, mas, de maneira alguma, comprometem a sua personalidade e divindade”.<sup>13</sup> Os principais símbolos representativos do Espírito são:

---

<sup>13</sup> CGADB. *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2. ed., p. 77.

**Fogo.** No relato do Pentecostes, o fogo aparece como línguas que pousam sobre os discípulos, simbolizando o batismo no Espírito Santo (At 2.3). O fogo é um símbolo bíblico multifacetado, associado à purificação (Ml 3.2-3), ao poder divino (Êx 3.2), à presença de Deus (Êx 19.18), à santificação, ao zelo e ao fervor espiritual (Rm 12.11).

**Água.** Simboliza o Espírito como fonte de vida, pureza e renovação espiritual. O Espírito flui da Palavra como “água viva” vivificante e refrescante que satisfaz a sede espiritual, refrigeria o crente e o reveste de poder (Jo 7.37-39; Ef 5.26).

**Vento.** Invisível e imprevisível, ilustra a natureza espiritual e livre do Espírito (Jo 3.8). No Pentecostes, o som do vento impetuoso anuncia a manifestação do Espírito de forma poderosa e transformadora (At 2.2). Simboliza o caráter soberano e ativo do Espírito Santo.

**Óleo.** Usado como símbolo de unção, consagração e capacitação para o ministério. Na antiguidade, o óleo também era usado para iluminação, indicando o Espírito como fonte de iluminação espiritual e entendimento das Escrituras (2 Co 1.21-22; 1 Jo 2.20,27). O Espírito capacita o crente a viver em santidade e exercer dons espirituais.

**Pomba.** Presente no batismo de Jesus, simboliza a mansidão, paz e pureza do Espírito (Mt 3.16). Esse pássaro, conhecido por sua natureza pacífica e inofensiva, expressa o caráter gentil e consolador do Espírito. Representa a presença serena e pacificadora do Espírito Santo que habita no crente. Assim, os símbolos são figuras humanas para compreender aspectos invisíveis do Espírito Santo, mas o Espírito não está limitado a esses símbolos. Cada figura revela um atributo divino ou uma ação específica do Espírito a fim de auxiliar na compreensão do caráter e da atuação do Espírito.

### III – AS OBRAS DO ESPÍRITO SANTO

#### 1. O Espírito Santo e a Encarnação

A encarnação do Filho de Deus revela o papel singular do Espírito como o agente divino na concepção de Jesus. Lucas registra que o anjo Gabriel declarou a Maria: “Descerá sobre ti o Espírito Santo [...] o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lc

1.35). O verbo “descerá” (gr. *eperchomai*) transmite a ideia de uma vinda intencional e eficaz, enfatizando que a ação do Espírito Santo é pessoal e direcionada.<sup>14</sup> Essa linguagem indica que a concepção de Jesus não foi resultado de ação humana, mas o Espírito Santo em união com o poder do Pai, atua de modo sobrenatural no ventre de Maria.

Mateus enfatiza a origem divina da concepção, ao revelar que Maria “se achou grávida pelo Espírito Santo” (Mt 1.18, NAA). O Evangelista reforça a informação: “porque o que nela foi gerado é do Espírito Santo” (Mt 1.20, NAA). Aqui o verbo “gerado” (gr. *gennáō*) confirma a obra misteriosa do Espírito Santo e ratifica a ausência de qualquer intervenção física. Essa verdade está em consonância com o livro dos começos. Barclay destaca que “no princípio o Espírito de Deus sobrevoava a face das águas, e o caos se converteu em cosmos (Gn 1.2). O Espírito é o criador do mundo e o doador da vida. De maneira que, em Jesus Cristo, ingressa no mundo o poder de Deus que dá vida e cria”.<sup>15</sup>

Embora Jesus tenha sido concebido pelo Espírito Santo, Ele é eternamente o Filho do Pai, gerado e não criado (Jo 1.1; Mq 5.2). A concepção virginal não cria o Filho, mas introduz a sua natureza humana na história. O Espírito Santo atua como agente da nova criação, formando no ventre de Maria o corpo santo do Salvador (Hb 10.5), sem a mácula do pecado, para que Ele pudesse ser o Cordeiro perfeito (1 Pe 1.19). Essa participação direta do Espírito confirma sua divindade, pois a concepção do Verbo encarnado é obra exclusiva de Deus.

A concepção virginal de Jesus é, em essência, uma obra trinitária. O Pai é a fonte e o autor do plano redentor. O Pai é quem envia o Filho: “vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho” (Gl 4.4, ARA). O Filho voluntariamente assume a natureza humana: “a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens” (Fp 2.7, ARA). O Espírito Santo executa o milagre da concepção, unindo a natureza divina do Verbo à natureza humana recebida de Maria, de forma santa e sem

<sup>14</sup>SBB. **Dicionário Bíblico Strong**: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1475.

<sup>15</sup>BARCLAY, William. **O Evangelho de Mateus**. Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985, p. 25.

a transmissão do pecado original (Mt 1.20; Hb 4.15). Essa cooperação revela a participação direta do Espírito na encarnação do Verbo, uma obra que somente Deus poderia realizar.<sup>16</sup>

## 2. O Espírito Santo e a Ressurreição

A ressurreição é uma demonstração incontestável da soberania divina sobre a morte. As Escrituras afirmam que apenas Deus possui o poder de dar vida e restaurá-la: “Pois assim como o Pai ressuscita os mortos e os vivifica, assim também o Filho vivifica aqueles que quer” (Jo 5.21). Desse modo, a ressurreição de Cristo é um ato conjunto e inseparável do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O Pai é apresentado como aquEle que ressuscitou Jesus dentre os mortos (At 2.24).

O Filho, por sua vez, declarou possuir autoridade para entregar a sua vida e retomá-la: “Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la” (Jo 10.18, ARA). O verbo “reaver” (gr. *lambánō*) que significa “pegar de volta”, aponta para a divindade de Jesus, pois a vida e a ressurreição são prerrogativas exclusivas de Deus (Jo 5.21; 11.25). Além disso, Jesus não apenas afirma que ressuscitará, mas se apresenta como a própria ressurreição: “Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, viverá” (Jo 11.25, ARA).

Nas Escrituras, também o Espírito Santo é revelado como o agente vivificador dessa obra. Paulo declara: “o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dos mortos [...] também dará vida aos vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós” (Rm 8.11, TB). Essa afirmação possui duas dimensões: (i) aponta para a ação direta do Espírito Santo na ressurreição de Cristo; e (ii) garante aos crentes que esse mesmo Espírito lhes concederá vida na ressurreição final (1 Co 15.51-54). Dessa forma, a ressurreição de Cristo é uma obra trinitária: Esse ato revela a unidade e a igualdade do Espírito Santo com o Pai e o Filho, afirmando que Ele é plenamente Deus e participante da obra salvífica desde a encarnação até a consumação final.

---

<sup>16</sup> HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. In: MCLEAN, Mark. **O Espírito Santo**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 383-402.

### 3. O Espírito Santo e a Santificação

A santificação é uma das obras essenciais do Espírito Santo na vida do crente. O próprio Cristo declarou que o Espírito viria para convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8). Sinaliza que o Espírito não apenas convence o homem do pecado, mas também promove sua transformação (2 Co 3.18). O plano eterno de Deus inclui a santidade do seu povo. Desde antes da fundação do mundo, o Pai elegeu os salvos em Cristo para serem santos e irrepreensíveis diante dEle (Ef 1.4). Essa escolha soberana é aplicada pelo Espírito, conforme Paulo ensina: “Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade” (2Ts 2.13, ARA).

A santificação possui duas dimensões complementares: uma *posicional*, que ocorre no momento da conversão, quando o pecador é separado para Deus e declarado justificado pela obra de Cristo: “Mas vocês foram lavados, foram santificados, foram justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus” (1 Co 6.11, NAA). A outra dimensão é *progressiva*, isto é, um processo contínuo de conformidade à imagem de Cristo, que dura por toda a vida do cristão.<sup>17</sup> O autor de Hebreus exorta: “Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14).

Conforme as Escrituras, o Espírito Santo habita no crente desde a regeneração até a glorificação, guiando-o no caminho da santidade. Contudo, esse processo envolve responsabilidade humana: “[...] andai no Espírito e jamais satisfareis à concupiscência da carne” (Gl 5.16, ARA). Ao mesmo tempo, o apóstolo adverte: “Não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual estais selados para o Dia da redenção” (Ef 4.30). Essa dinâmica mostra que a santificação não é fruto exclusivo do esforço humano, mas resultado de uma ação permanente e soberana do Espírito Santo (1 Pe 1.2).

Essa ação atesta a deidade do Espírito, pois somente Deus é capaz de transformar o coração humano, como já havia profetizado Ezequiel: “[...] vos darei um coração novo e porei dentro de vós um espírito

---

<sup>17</sup> GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, 2. ed., p. 364-365.

novo; e tirarei o coração de pedra da vossa carne e vos darei um coração de carne" (Ez 36.26). Assim, a santificação é, ao mesmo tempo, uma dádiva concedida pela graça e um chamado à cooperação diária com o Espírito. Ela comprova a divindade do Espírito Santo, pois apenas Deus pode regenerar e preservar um pecador frutificando por toda a vida até o dia de Cristo.

## **CONCLUSÃO**

Compreender a divindade do Espírito Santo fortalece nossa fé na Trindade. O Espírito é distinto do Pai e do Filho, mas coigual em essência, poder e glória. Como Consolador, Ele continua a obra de Cristo e habita na vida dos crentes. Sua presença é viva e transformadora, indispensável na edificação, ensino, e missão da Igreja. Que todos nós vivamos guiados pelo Espírito, até que Cristo volte.

## Capítulo 9

# Espírito Santo — O Regenerador

A regeneração é a obra inicial do Espírito Santo na aplicação da salvação, pela qual o pecador espiritualmente morto é vivificado e transformado em uma nova criatura. Não se trata de uma mera mudança exterior, mas de uma transformação operada internamente pelo Espírito, que purifica dos pecados e concede nova natureza, e que não depende de obras meritórias, mas da graça divina (Jo 1.12-13; Tt 3.5). O “nascer de novo” ou “nascer do alto” expressa essa nova criação de natureza espiritual (1 Pe 1.23).

A regeneração é obra invisível, mas real, como o vento que não se vê, mas que se sente e produz efeitos (Jo 3.8). Essa metáfora destaca tanto a soberania do Espírito, que atua livremente no coração humano, quanto a profundidade da mudança produzida na vida de um convertido. Esse capítulo apresenta o Espírito Santo operando no plano trinitário da salvação, como o agente da regeneração. Sua atuação revela o milagre divino que transforma a natureza humana decaída, concedendo nova vida em Cristo.

### I – REGENERAÇÃO: UMA OBRA TRINITÁRIA

#### 1. A Doutrina Bíblica da Regeneração

No encontro com o fariseu Nicodemos, Jesus disse ao principal dos judeus: “Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus” (Jo 3.3). A expressão “nas-

cer de novo” une dois vocábulos gregos: o verbo *gennáō* (“gerar”, “dar origem”) e o advérbio *anōthen* (“do alto”, “de cima”). O uso desse advérbio, especialmente em João, aponta para uma origem celestial (Jo 3.31; Tg 1.17), indicando que o novo nascimento não procede da vontade humana, nem da vontade da carne, mas de Deus (Jo 1.13).

Na conversa com Nicodemos, Jesus faz um contraste entre o nascimento físico “da carne” (gr. *ek sárξ*) e o nascimento espiritual “do Espírito” (gr. *ek pneúma*), revelando que a regeneração é uma obra sobrenatural (Jo 3.6). Jesus explica que o “nascer de novo” é algo espiritual (Jo 3.5) — uma segunda origem, não humana — um renascimento a partir do alto, isto é, de Deus. A *Teologia Sistemática Pentecostal* ensina que a expressão “de novo”, de acordo com o texto original, significa “nascer do alto, de cima, das alturas”.<sup>1</sup> Isso quer dizer que se trata de uma obra realizada pelo Espírito.

Nesse sentido, Paulo ensina que somos salvos “pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo” (Tt 3.5b). Aqui, “regeneração” (gr. *palingenesia*) significa “novo nascimento” e está intimamente ligada à conversão. Ratifica-se que se trata de renovação interior realizada pelo Espírito, ocasião em que a pessoa se torna uma nova criatura (2 Co 5.17). O pastor Antonio Gilberto afirma que “enquanto a regeneração enfatiza o nosso interior, a conversão, o nosso exterior. Quem diz ser nascido de novo deve demonstrar isso no seu dia-a-dia”.<sup>2</sup> Não é uma mera reforma moral, mas uma recriação plena do ser humano.

## 2. A Regeneração como Exigência de Jesus

Cristo declarou que “aquele que não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus” (Jo 3.3). F. F. Bruce explica que “nesse Evangelho, bem como nos outros, ‘ver o Reino de Deus’ nesse sentido é a mesma coisa que a ‘vida eterna’ [...] A ‘regeneração’ é outro sinônimo (Mt 19.28). Portém, Jesus fala de uma regeneração a ser experimentada aqui e agora”. A expressão “ver o Reino” é paralelo à frase “entrar no Reino” (Jo 3.5),

<sup>1</sup> GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, 2. ed., p. 186-187.

<sup>2</sup> Ibid., p. 186.

evidenciando que não há participação na salvação sem o novo nascimento. Equivale dizer que a regeneração é absolutamente necessária.<sup>3</sup>

Nos Sinópticos, Jesus reforça essa exigência ao declarar: “se não vos converterdes e não vos fizerdes como crianças, de modo algum entrareis no Reino dos céus” (Mt 18.3). Nesse sentido, Henry salienta que a conversão significa “ter uma outra mentalidade, em uma outra estrutura e sentimento; devem ter outros pensamentos, tanto de si mesmos como do Reino dos céus, antes de estarem aptos a ocupar um lugar nele”.<sup>4</sup> A regeneração/conversão é a porta de entrada no Reino, a obra inicial da graça que principia a transformação do pecador. A ideia é mudança radical de caráter e de total dependência de Deus (1 Co 6.9-11).

No milagre do novo nascimento, há fé e arrependimento (Mt 4.17). Implica o abandono da velha vida, do egoísmo e do controle da carne, pela adoção de um novo comportamento de santidade e obediência a Cristo.<sup>5</sup> O ser uma nova criatura é uma exigência absoluta, uma condição essencial para a salvação (Gl 6.15). Aponta para uma nova ordem de existência, criada por Deus, não apenas melhorada. Essa “nova criação” é a evidência visível de que houve regeneração. Por essa razão, a pregação apostólica priorizava o chamado ao arrependimento e à fé (Mc 6.15; At 20.21), colocando a regeneração no centro da proclamação.

### 3. O Pai como o Autor da Salvação

A regeneração, ou novo nascimento, tem sua origem no plano eterno e soberano de Deus Pai. Paulo faz uso de dois termos que revelam a soberana vontade divina: “como também nos elegeu [...] e nos predestinou” (Ef 1.4-5). A expressão eleição significa “escolha”, e predestinação tem o sentido de “determinar antes”. Esses vocábulos ligados entre si explicam que, pela presciência divina, Deus soube de antemão quem iria crer e perseverar em Cristo desde a eternidade e elegeu-os conforme a sua vontade e, para esses eleitos, determinou pro-

<sup>3</sup> HENRY, Matthew. **Novo Testamento**: Mateus a João. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, vol. 1, p. 775.

<sup>4</sup> Ibid., p. 227.

<sup>5</sup> RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento: Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 1, p. 33.

pósitos específicos (1 Pe 1.2).<sup>6</sup> Elucida que Deus elegeu a Igreja desde a eternidade, antes da fundação do mundo, segundo a sua presciênci.

Desse modo, a eleição “incluiria a previsão de Deus quanto àquilo que o homem irá fazer com a sua própria liberdade, mas depende, para sua realização, da graça soberana de Deus”.<sup>7</sup> Nesse sentido, não há nenhum conflito entre a soberania de Deus e a liberdade humana. A eleição torna-se uma realidade para cada pessoa consoante ao seu prévio arrependimento e fé (Ef 2.8; 3.17). Entretanto, esse meio não é meritório, e ninguém pode cumpri-lo sem a graça de Deus. Portanto, é Deus quem inicia a obra da redenção, movido por seu amor imensurável e por sua vontade de salvar os pecadores (Jo 3.16). O Pai deu o seu melhor, seu único e amado Filho (Rm 8.32).<sup>8</sup>

Nesse aspecto, ratifica-se que o Pai não responde ao mérito humano, mas age segundo a sua vontade de amar a humanidade perdida (Jo 1.13; Ef 1.5,9). Assim sendo, o amor divino é a fonte primária da salvação — não condicionado às obras dos homens, mas oferecido por graça divina, mediante a fé em Cristo (Ef 2.8-9). Essa verdade gloriosa exalta o Pai como a fonte de toda boa dádiva e o autor da nova vida concedida ao crente (Tg 1.17-18). Doutrinariamente, isso preserva o sinergismo da salvação. A regeneração é iniciativa de Deus, a fé e o arrependimento são frutos da graça preventiva que possibilita ao homem responder positivamente ao chamado divino (Fp 1.29; At 11.18).

#### 4. O Espírito como Agente da Regeneração

A Escritura ensina que a regeneração é um ato divino, executado “não pelas obras de justiça que houvessemos feito, mas, segundo a sua misericórdia” (Tt 3.5). É Deus o Pai que a decreta: “como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo” (Ef 1.4). O Filho a torna possível por sua morte e ressurreição: “Em quem temos a redenção pelo seu sangue” (Ef 1.7). E o Espírito a realiza no coração do pecador: “quando Ele vier, convencerá o mundo do pecado, e da justiça, e do juízo” (Jo 16.8).

<sup>6</sup> BAPTISTA, Douglas. **A Igreja Eleita**: redimida pelo sangue de Cristo e selada com o Espírito Santo da promessa. Rio de Janeiro: CPAD, 2020, p.39.

<sup>7</sup> SHANK, Robert. **Eleitos no Filho**: sobre a doutrina da eleição. São Paulo: Reflexão, 2015, p. 47.

<sup>8</sup> CARSON, D.A. **O Comentário de João**. São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 205.

Jesus explicou essa ação do Espírito ao dizer: “O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito” (Jo 3.6). O texto descreve o Espírito Santo como o executante da regeneração. Isso indica que, onde o Espírito opera, ocorre transformação interna e espiritual. O Espírito não apenas desperta, mas implanta vida (Jo 6.63). O resultado dessa nova vida é evidenciado pelo fruto do Espírito (Gl 5.22-23), que é o caráter de Cristo formado no crente (Rm 8.29). Essa obra é contínua, pois o mesmo Espírito que regenera, também santifica e preserva o crente até o final (Fp 1.6; Rm 8.11).

## II – A NATUREZA ESPIRITUAL DA REGENERAÇÃO

### 1. Uma Transformação Interior

Nicodemos revelou total incompreensão espiritual ao questionar Jesus: “Como pode um homem nascer, sendo velho?” (Jo 3.4). A pergunta reflete sua visão limitada ao plano natural. Sua interpretação naturalista revela que ele entendeu o “nascer de novo” literalmente como se fosse algo físico (da carne). Nicodemos, mesmo sendo mestre em Israel (Jo 3.10), não foi capaz de discernir a realidade do novo pacto prometido pelos profetas. Evidencia que a mente religiosa, espiritualmente morta, e presa à lógica humana é incapaz de compreender que a justiça de Deus não advém das obras da carne (Rm 10.3).

Stronstad anota que “o novo nascimento” na compreensão espiritual inepta de Nicodemos significava nascer “de novo” no sentido literal, mas Jesus lhe dizia que o sentido era “nascer de cima”, pelo Espírito.<sup>9</sup> Significa que a natureza humana não pode ser mudada da forma como pensou Nicodemos. Uma repetição do nascimento natural, estava fora de cogitação.<sup>10</sup> Jeremias usou uma *metáfora* para ilustrar que o ser humano, por si mesmo, não pode mudar sua natureza pecaminosa, sendo necessária a ação transformadora de Deus: “Pode o etíope mudar a sua pele ou o leopardo as suas manchas?” (Jr 13.23).

<sup>9</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1506.

<sup>10</sup> BRUCE, F. F. **João**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2002, p. 81.

Paulo ensina que “o homem natural não comprehende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura” (1 Co 2.14). Sinaliza que o “homem natural” (gr. *ánthrōpos psychikós*) não consegue assimilar as coisas do Espírito, pois estas se discernem espiritualmente. Implica dizer que “qualquer um que vive afastado do Espírito de Deus é incapaz de avaliar assuntos que estão no plano do Espírito”.<sup>11</sup> Nesse aspecto, aos Romanos, o apóstolo apresenta o correlato ético-religioso em que se alguém tentar “estabelecer a própria justiça” perderá a justiça de Deus (Rm 10.3).

Era dessa forma que pensava Nicodemos; ele estava apegado à ideia de mérito para entrar no Reino de Deus, mas Jesus lhe exigiu algo totalmente novo. Era imprescindível, não nascer “de novo”, mas nascer “do alto” (Jo 3.3). Não apenas um aperfeiçoamento de conduta, mas um novo nascimento, operado de dentro para fora, como ato do Espírito (Jo 3.5). Jesus não propõe aprimoramento da velha natureza, mas nova origem “do alto”, isto é, a purificação e vivificação prometida pelos profetas, realizada pelo Espírito Santo em virtude da obra do Filho, segundo o decreto do Pai. A regeneração, portanto, é interior, soberana, eficaz e transformadora — começa no coração e floresce na vida.

## 2. Uma Obra Soberana do Espírito

Jesus acrescenta a Nicodemos que, para entrar no Reino de Deus, é necessário nascer “da água e do Espírito” (Jo 3.5). A construção gramatical do texto grego (*ek hýdōr kai pneúma*) forma uma ideia unificada — indicando que “água” e “Espírito” não são dois nascimentos distintos, mas aspectos complementares de um mesmo ato regenerador.

Essa metáfora da água é recorrente nas Escrituras e aponta para limpeza e purificação do pecado (Ef 5.26; Hb 10.22). Água, sobretudo no Evangelho de João, é símbolo do Espírito (Jo 7.37-39). Jesus está retomando a linguagem profética de Ezequiel, em que Deus promete purificar Israel com água limpa e colocar neles um novo espírito (Ez 36.25-27). O Espírito Santo é o agente que concede essa nova vida, capacitando o homem a viver em comunhão com Deus (2 Co 3.6).

<sup>11</sup> STRONSTAD, 2003, p. 944.

Aqui, água e Espírito formam um par inseparável — purificação e vivificação — para descrever a regeneração.

Cristo também compara a ação do Espírito com o vento (gr. *pneuma*), termo que no hebraico (*ruach*) tem o mesmo campo semântico. Assim como o vento sopra onde quer (Jo 3.8), o Espírito age livremente, sem depender de controle humano ou de rituais externos (1 Co 2.11-12). Isso reforça e harmoniza a revelação bíblica: no Antigo Testamento, Deus prometeu tirar o “coração de pedra” e dar um “coração de carne” (Ez 36.26), colocando seu Espírito para capacitar à obediência. No Novo Testamento, Paulo descreve o mesmo processo como “lavagem da regeneração e renovação do Espírito Santo” (Tt 3.5).

Por conseguinte, “nascer da água e do Espírito” significa uma transformação espiritual completa: ser purificado dos pecados e receber renovação interior pelo poder do Espírito (Ef 3.16; 5.26). Essa mudança não pode ser produzida pela carne. É um ato soberano do Espírito que age de acordo com a vontade eterna do Pai (Ef 1.4-5). Somente a ação divina é capaz de renascer o homem espiritualmente. Aquele que nasce do Espírito torna-se nova criatura (2 Co 5.17), com uma natureza renovada (Cl 3.10) e um coração transformado (Ez 36.26-27). Passa a ter uma nova vida e uma nova identidade.

### 3. Uma Nova Vida e Nova Conduta

Como ensinou Jesus, aquele que nasce apenas da natureza humana permanece limitado àquilo que é da carne; mas quem nasce pela ação do Espírito Santo recebe uma nova natureza espiritual (Jo 3.6). Conforme F. F. Bruce, o ensino se refere a uma “antítese entre o campo de ação da carne e o do Espírito”.<sup>12</sup> A expressão “carne” (gr. *sárξ*) não diz respeito apenas ao “corpo”, mas indica a condição humana na sua limitação e incapacidade de comunhão com Deus (Jo 1.13; 6.63). O vocábulo “Espírito” (gr. *pneuma*) assinala nova origem e nova ordem de existência.

Essa distinção enfatiza que nada da carne pode produzir vida espiritual. As “obras da carne” descrevem a produção natural da velha natureza, tais como imoralidades, inimizades e heresias (Gl 5.19-21). A

---

<sup>12</sup> BRUCE, F. F. **João**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2002, p. 82.

carne gera concupiscência, escravidão e morte (Rm 8.6a). Aquele que é nascido da carne permanece dominado pela natureza pecaminosa. A Escritura revela que tanto a inclinação como o pensamento da carne são inimizade contra Deus (Rm 8.7). A tendência da carne é voltada para o pecado. E quem está “na carne” não pode agradar a Deus (Rm 8.8).

Não obstante, todo aquele que vive no Espírito já está sob nova jurisdição (Rm 8.6b). Ratifica-se que não se trata de uma mera reforma comportamental; mas de fato uma vida nova (Jo 3.5-8; Tt 3.5). A antiga identidade “em Adão” dá lugar à identidade “em Cristo” (1 Co 15.22; Rm 8.1). O domínio da carne é vencido pela vida cheia do Espírito (Gl 5.16). O pecado deixa de ser a prática dominante (1 Jo 3.9). O caráter de Cristo emerge em contraste com as obras da carne (Gl 5.22).

O Espírito gera nova vida com fruto espiritual (Gl 5.22). Ao nascer do Espírito, o crente passa a viver sob uma nova condição de ordem espiritual. O salvo passa a viver em novidade de vida (Rm 6.4), não uma continuidade melhorada, mas um novo modo de existir. Torna-se uma nova criatura, com uma nova mentalidade, novos desejos e nova direção de vida (Ef 4.22-24). Essa nova vida se evidencia na prática da justiça, no amor fraternal, no desejo pela Palavra e na obediência a Cristo — que são marcas da regeneração genuína (1 Jo 3.9).

### III – SINAIS DO NOVO NASCIMENTO EM CRISTO

#### 1. A Justificação pela Fé

A doutrina da justificação pela fé é a grande verdade que a Reforma Protestante restituiu à Igreja. Lutero vivia atormentado com o seguinte raciocínio: “Se Deus julga o homem de acordo com a sua estrita justiça, quem poderá ser salvo?”. Em certa ocasião, ele escreveu: “Eu era o homem mais miserável da terra. Dia e noite eram gritos e desespero, e ninguém podia ajudar-me”.<sup>13</sup> E, foi somente após compreender o texto “o justo viverá da fé” (Rm 1.17) que Lutero encontrou alívio para sua alma.

<sup>13</sup> SAUSSURE, A. de. **Lutero**: o grande reformador. São Paulo: Vida, 2003. p. 22, 25.

A doutrina da justificação pela fé ensina que o pecador é justificado (absolvido da condenação do pecado) unicamente pela fé na graça divina. Ratifica que as obras humanas não podem salvar, mas apenas a fé em Cristo por meio da recepção da graça de Deus (Ef 2.8-9). Ao descrever a ação divina para justificar pecadores, os termos usados na Bíblia apontam para o contexto judicial e forense. Em outras palavras, Deus torna livres os pecadores condenados e os declara plenamente justos e isentos de toda culpa, mediante a fé na obra de Cristo na cruz.

Quanto a essa verdade, o Novo Testamento jamais afirma que a justificação é “*dia pistin*” (“em troca da fé”), mas sempre “*dia pisteos*” (mediante a fé). Isso significa que a fé não é meritória, ou seja, a fé é o meio de se receber a justificação. Desse modo, a justificação pela fé está atrelada à graça divina. Lutero, ao receber a paz que vem mediante a fé, escreveu: “Finalmente comprehendi que a justiça de que fala o evangelho é aquela pela qual Deus, em sua graça, nos justifica. Imediatamente senti que renascia para uma nova vida”.<sup>14</sup>

Em síntese, pela fé em Cristo, o pecador é justificado, e recebe uma nova posição diante de Deus, não por mérito pessoal, mas pela obra redentora do Calvário (Rm 3.24,28). O crente não é apenas perdoado, mas é declarado justo diante de Deus, isto é, absolvido da culpa e da condenação do pecado (Rm 4.7-8). Essa dádiva é recebida somente por meio da fé, como resposta à graça de Deus revelada em Cristo (Rm 3.22). Os efeitos da justificação pela fé incluem a paz com Deus (Rm 5.1) e a adoção como filhos amados do Pai (Jo 1.12).

## 2. A Vida de Santificação

O *Novo Dicionário de Teologia* leciona que “santificação” é um termo técnico de ritual de culto. Apresenta a ideia tanto de limpeza (Êx 19.10,14) quanto de consagração e dedicação a Deus (Êx 19.22; Dt 15.19; 2 Sm 8.11; Is 13.3). A palavra hebraica “*qadash*”, traduzida por “santo”, possui o significado básico de separação do uso comum para

<sup>14</sup> Ibid., p. 25.

uso exclusivo ao serviço de Deus.<sup>15</sup> Contudo, o significado de santificação e santidade se estende além do ritual para a esfera moral.<sup>16</sup>

No Novo Testamento, o termo grego mais comum traduzido por “santo” é “*hagios*”. No singular, é usado com o adjetivo para descrever Deus e o seu o Espírito. No plural, é empregado como substantivo para referir-se ao povo de Deus.<sup>17</sup> O verbo “*hagiazo*” é utilizado no sentido ritual de separar algo dentre o que é comum para a utilização com propósitos sagrados (Mt 6.9; Jo 10.39; 1 Pe 3.15). A expressão “*hagnos*” se refere particularmente a pureza no sentido ético. Em termos gerais, “a obra da santificação é a separação de tudo que é contrário à pureza do Espírito”.<sup>18</sup>

A *Teologia Sistemática Pentecostal* define que santificar é “pôr à parte, separar, consagrar ou dedicar uma coisa ou alguém para uso estritamente pessoal”. Assim, “santo” é todo crente que vive no domínio exclusivo de Deus, separado do pecado e das práticas mundanas pecaminosas. É exatamente o contrário do crente que se mistura com as coisas tenebrosas do pecado.<sup>19</sup> Nesse entendimento, na obra da redenção, o pecador é imediatamente salvo, regenerado, justificado e adotado como filho de Deus (At 13.39; Jo 5.24; Rm 8.15).

A partir da regeneração/conversão, inaugura-se o processo contínuo de santificação, isto é, uma vida separada do pecado e consagrada à obediência, até a sua glorificação final no Dia de Cristo (2 Co 3.18). O crente passa a viver segundo o Espírito, e não mais como escravo da carne (1 Ts 4.3-4). Conforme abordado no capítulo anterior, a santificação apresenta aspectos posicionais e progressivos, à medida que o crente avança em maturidade espiritual e se torna mais semelhante a Cristo (1 Pe 1.15-16). Essa nova vida recebida na regeneração se ma-

<sup>15</sup>JENNEY, Timothy P. O Espírito Santo e a santificação. In: HORTON, S. (Ed.). **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 412.

<sup>16</sup>FERGUSON, Sinclair; WRIGHT David. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 892.

<sup>17</sup>JENNEY, 1996, p. 419.

<sup>18</sup>HENRY, Carl (org.). **Dicionário de Ética Cristã**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007, p. 537.

<sup>19</sup>GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 227.

nifesta pela renúncia ao pecado e pela prática contínua da justiça e santidade (Rm 6.11; Ef 4.24).

### 3. O Fruto do Espírito

O fruto do Espírito Santo se relaciona com o crescimento espiritual e o desenvolvimento do caráter do cristão. Refere-se à nova vida em Cristo, ao modo de andar e proceder daqueles que pertencem a Cristo e vivem no Espírito (Gl 5.16-18; Ef 5.18). Cristo ensinou que é pelo fruto que se conhece a árvore (Mt 12.33). Desse modo, o verdadeiro cristão é identificado pelo bom fruto que evidencia no seu caminhar diário. E que o contrário, o fruto mau — a prática das obras da carne (Gl 5.19-21) —, denuncia que a pessoa ainda não experimentou a genuína regeneração.

O *Comentário de Aplicação Pessoal* anota que “os crentes exibem o fruto do Espírito, não porque eles trabalham nele, mas simplesmente porque o Espírito controla as suas vidas”.<sup>20</sup> Paulo observa que “o melhor antídoto contra o veneno do pecado é andar no Espírito, estar em íntima sintonia com as coisas espirituais, dedicar-se às coisas da alma, que é a parte espiritual do homem”.<sup>21</sup> Nesse sentido, a ênfase é assim resumida: “Se vivemos no Espírito, andemos também no Espírito” (Gl 5.25). Biblicamente (Gl 5.22,23) as características do fruto do Espírito classificam-se em três categorias, a saber: (i) as três primeiras são interiores e só podem vir de Deus — amor, alegria e paz; (ii) as três seguintes dizem respeito ao relacionamento de cada crente com os demais — longanimidade, benignidade e bondade; e (iii) as três últimas apresentam traços mais gerais de caráter que devem guiar a vida de todo crente — fé, mansidão e temperança.<sup>22</sup>

Não se trata de dons espirituais, mas de virtudes que o Espírito Santo produz no caráter do regenerado, como expressão de sua nova vida (Ef 2.10). Antes, era dominado pelas paixões carnais, mas agora

<sup>20</sup> RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento**: aplicação pessoal. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 297.

<sup>21</sup> HENRY, Matthew. **Novo Testamento**: Romanos a Apocalipse. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, vol. 2, p. 568.

<sup>22</sup> RIBAS, 2012, vol. 2, p. 297.

manifesta a presença do Espírito em suas atitudes diárias (Rm 8.5). Portanto, o fruto do Espírito é a evidência prática da regeneração (Mt 7.16). Quem nasceu de novo passa a refletir, ainda que imperfeitamente, o caráter de Cristo em suas palavras, ações e reações (Lc 6.40). Tal postura não pode ser esporádica, e sim uma marca contínua da nova vida recebida em Cristo (Mt 5.16).

## **CONCLUSÃO**

A regeneração é uma obra trinitária operada pelo Espírito Santo. Não é um esforço humano, mas uma transformação espiritual profunda. Como regenerador, o Espírito concede nova vida, uma nova natureza e uma nova direção ao ser humano. É necessário nascer do alto para ver e entrar no Reino. Que cada crente se deixe conduzir pelo Espírito e reflita dia a dia a natureza divina recebida no novo nascimento.

## Capítulo 10

# Espírito Santo — O Capacitador

A promessa do derramamento do Espírito Santo teve seu cumprimento inaugural no Pentecostes. Essa promessa rompe os limites da Antiga Aliança, em que a unção do Espírito se restringia a líderes e executores da missão divina. Na Nova Aliança, a atuação do Espírito Santo permanece válida para todos os que creem e vai além da regeneração. Ele também é o capacitador do crente para o serviço no Reino de Deus. Neste capítulo, veremos que o Espírito distribui dons e conduz a Igreja com manifestações sobrenaturais, promovendo unidade, santidade e testemunho eficaz no mundo.

### I – A PROMESSA DO DERRAMAMENTO DO ESPÍRITO

#### 1. Uma Promessa de Abrangência Universal

Na Antiga Aliança, o Espírito atuava de modo pontual sobre pessoas específicas e para tarefas determinadas (1 Sm 19.20; 2 Cr 15.1; Ez 37.1). Porém, cerca de 800 anos antes de Cristo, Joel profetizou uma nova dispensação. O livro de Joel, escrito durante seu ministério profético em Judá (c. 835-825 a.C.), situa-se num cenário de crise nacional, simbolizada pelo juízo divino por meio da invasão de gafanhotos e de uma seca terrível que devastaram a nação (Jl 1.1-20). Essas calamidades levaram os judeus ao arrependimento profundo e ao clamor incessante por misericórdia divina (Jl 2.12-17).

Nesse contexto de conversão nacional, Deus faz o povo enxergar além da recuperação das pragas, mostrando que viriam bênçãos ainda maiores.<sup>1</sup> Surge então uma maravilhosa promessa: “E há de ser que, depois, derramarei o meu Espírito sobre toda a carne” (Jl 2.28a). O termo hebraico *básâr*, traduzido por “toda carne”, significa “todos os seres viventes”,<sup>2</sup> isto é, extensivo à totalidade da humanidade, sem nenhuma distinção de idade, sexo ou *status* social. Reitera-se, portanto, que a promessa aponta para a abrangência universal do Espírito. Não a todos de modo indiscriminado, mas a todo que invocar o nome do Senhor (Jl 2.32).

A profecia de Joel expressa o coração de Deus em derramar seu Espírito sobre todos os que creem — um novo tempo em que a graça e o poder divinos são acessíveis a homens e mulheres de todas as idades e condições. Sinaliza que a promessa democratiza a ação do Espírito, quebrando as exclusividades da Antiga Aliança. A promessa do Espírito é vigente para todos, e a Igreja hodierna é chamada a buscá-la e manifestá-la em dons e santidade. E, conforme o pastor Antonio Gilberto, “a plenitude da promessa pentecostal [...] aguarda um pleno cumprimento futuro [...]. E esse avivamento atingirá a igreja, em geral, e as suas instituições”.<sup>3</sup>

## 2. Uma Promessa com Ação Sobrenatural

Joel profetizou que o derramamento do Espírito viria acompanhado de manifestações visíveis e sobrenaturais: “vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, os vossos jovens terão visões. E também sobre os servos e sobre as servas, naqueles dias, derramarei o meu Espírito” (Jl 2.28b,29). Nessa ação do Espírito ocorre uma mudança de paradigma. Como já assinalado, a promessa de derramamento não exclui e nem discrimina grupos de pessoas, expressando a extensão plena da graça sobre todas as gerações e todas as classes de indivíduos. Nas dispensações anteriores, o Espírito de Deus esteve restrito a indivíduos específicos, escolhidos

<sup>1</sup>HUBBARD, David Allan. *Joel e Amós*: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1996, p. 78.

<sup>2</sup>SBB. *Dicionário Bíblico Strong*: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 188.

<sup>3</sup>GILBERTO, Antonio (Ed.). *Teologia Sistemática Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 221.

soberanamente para desempenharem funções determinadas no plano divino. Assim, líderes tais como Gideão (Jz 6.34), os primeiros reis, Saul e Davi (1 Sm 10.6; 16.13), e o profeta Miqueias (Mq 3.8) receberam o Espírito de modo particular e temporário.<sup>4</sup> Entretanto, com a promessa escatológica do derramamento, a capacitação do Espírito foi estendida a todo o povo de Deus, de modo que “cada um se tornaria profeta”, participante direto da ação e da revelação divina.

Dessa forma, as profecias (1 Co 14.3), sonhos (Mt 1.20) e visões (At 16.9) revelam a atuação do Deus vivo entre o seu povo. São experiências extraordinárias que servem de edificação espiritual (1 Co 14.26). Elas indicam que a vida cheia do Espírito é ativa, dinâmica e sensível à voz de Deus (Rm 8.14). Onde o Espírito Santo é bem-vindo, o agir de Deus se manifesta com propósito e poder (2 Co 3.17). Todo crente deve cultivar uma vida de comunhão e santidade, a fim de ser um canal sensível para as manifestações dos dons do Espírito (1 Co 12.4-7).

### 3. Uma Promessa para os Últimos Dias

A palavra profética de Joel direciona-se a um tempo escatológico específico: “naqueles dias, derramarei o meu Espírito” (Jl 2.29b). No vocabulário da Antiga Aliança, a expressão “naqueles dias” (hb. *yōme*) refere-se ao período messiânico e ao desenrolar dos acontecimentos finais relacionados ao plano redentivo de Deus (Is 2.2; Mq 4.1). O apóstolo Pedro identifica o Pentecostes como o cumprimento inicial desses “últimos dias” do derramamento do Espírito (At 2.17). Esses dias se inauguram com a encarnação, morte, ressurreição e exaltação do Mês-sias, que, junto com o Pai, enviou o Espírito Santo como Consolador e capacitador da Igreja (Jo 15.26). Nesse entendimento, a descida do Espírito no Pentecostes não foi um evento isolado à experiência histórica do primeiro século; ao contrário, marcou o princípio de uma nova dispensação. Segundo a *Teologia Pentecostal*, “com a ascensão de Cristo, inicia-se o processo de inauguração da Igreja, que culminou no dia de Pentecostes”.<sup>5</sup> Stronstad leciona que “a Igreja teve sua origem ou pelo

<sup>4</sup>HUBBARD, 1996, p. 79.

<sup>5</sup> GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 425.

menos foi publicamente reconhecida pela primeira vez no dia de Pentecostes”.<sup>6</sup> Ao citar *ekklēsia* (Igreja) pela primeira vez (Mt 16.18), Jesus falava de algo que iniciaria no futuro “edificarei” (gr. *oikodomēsō*).<sup>7</sup>

Nesse aspecto, nota-se que Lucas nunca emprega o termo *ekklēsia* em seu Evangelho, enquanto em Atos dos Apóstolos o termo aparece 24 vezes.<sup>8</sup> Essa leitura sugere que o cumprimento da promessa do Espírito (Lc 24.49; At 1.4-8) inaugura a vida da Igreja como realidade ecumênica, isto é, Lucas enfatiza a Igreja como fruto da obra do Cristo exaltado e da descida do Espírito Santo. O fato de Lucas reservar o uso de *ekklēsia* para Atos pode ser entendido teologicamente como a convicção de que a Igreja só se manifesta plenamente após a ressurreição e o Pentecostes, quando Cristo envia o Espírito Santo.

Não obstante, o duplo volume de Lucas (Evangelho e Atos) deve ser lido como uma obra única. Assim, a ausência do termo *ekklēsia* no Evangelho e sua abundância em Atos funcionam como recurso literário e teológico: o Evangelho apresenta a obra de Cristo, enquanto Atos apresenta a obra do Espírito na Igreja. Em termos gerais, a descida do Espírito inaugurou a Igreja, e prossegue sua atuação contínua na vida do crente até o arrebatamento dos salvos (Ef 1.13). A profecia de Joel não se esgotou no Pentecostes, ela permanece vigente durante toda a dispensação da graça. A promessa é válida a todos os que crerem em todos os tempos (At 2.39).

## II – O CUMPRIMENTO: PODER PARA TESTEMUNHAR

### 1. O Espírito Santo Veio com o Poder do Alto

A descida do Espírito Santo no Pentecostes constitui um marco histórico e teológico na revelação progressiva de Deus e na formação da

<sup>6</sup>STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 291.

<sup>7</sup>Ibid., p. 291.

<sup>8</sup>Referências bíblicas: At 2.47; 5.11; 8.1, 3; 9.31; 11.22, 26; 12.1, 5; 13.1; 14.23, 27; 15.3, 4, 22, 41; 16.5; 18.22; 19.32, 39, 41; 20.17, 28; 21.20. Ressalte-se que, em três dessas passagens (At 19.32, 39, 41), o vocábulo *ekklēsia* é empregado no sentido de “assembleia”, e não como referência à Igreja cristã.

Igreja. Antes de sua ascensão, Jesus assegurou aos discípulos que seriam revestidos de poder: “E eis que sobre vós envio a promessa de meu Pai; ficai, porém, na cidade de Jerusalém, até que do alto sejais revestidos de poder” (Lc 24.49). Essa promessa encontra seu cumprimento inicial no Dia do Pentecostes, quando o Espírito é derramado como ato de mediação do Cristo exaltado (Jo 15.26; At 2.33).

A expressão “revestidos” traduz o verbo grego *endýō*, usado para a ideia de “vestir-se de algo”, “entrar numa roupa”, “ser envolvido como por uma armadura” (cf. Rm 13.12; Cl 3.10; Ef 6.11). Aqui, denota a investidura sobrenatural do Espírito sobre os discípulos, preparando-os não apenas para resistir ao pecado, mas, sobretudo, ousadia para proclamar o evangelho (At 4.31). O termo grego *dýnamis* (poder) remete a uma energia ativa, operante, que procede do próprio Deus. Em Atos, esse poder é diretamente associado à missão: “serão minhas testemunhas [...] até os confins da terra” (At 1.8, NAA). Aponta para uma capacitação sobrenatural e indispensável para testemunhar de Cristo.

Assim sendo, o Espírito Santo veio com “poder do alto” para atuar em múltiplas dimensões: (i) na santificação, capacitando o crente a mortificar as obras da carne (Rm 8.13); (ii) no testemunho com ousadia, preparando os discípulos a pregar com intrepidez (At 4.31); (iii) nos dons espirituais, concedendo graça para realizar sinais e prodígios (1 Co 12.7-11); (iv) na edificação da Igreja, servindo para fortalecer e expandir o corpo de Cristo (Ef 4.11-13). Em suma, historicamente, inaugura a Igreja; doutrinariamente, autentica a promessa do Pai mediada pelo Filho; teologicamente, conduz à santificação, ao testemunho ousado, à manifestação dos dons e à edificação do povo de Deus.

## 2. Os Sinais da Descida do Espírito Santo

Atos registra dois sinais sobrenaturais que marcaram o advento do Espírito Santo: o “som, como de um vento veemente e impetuoso” (At 2.2) e as “línguas repartidas, como que de fogo” (At 2.3). O “vento” e o “fogo” enfatizam a grandeza da ocasião e são sinais audíveis e visíveis da chegada do Espírito. Richards anota que existe um paralelo fascinante — e um contraste — com a entrega da Lei a Moisés e a descida do Espírito no Pentecostes. No Sinai, ressoaram trovões e chamas ar-

diam no cume do monte. No Pentecostes, em uma casa em Jerusalém, também há som e chamas, mas agora como de um vento que sopra e de línguas repartidas.<sup>9</sup>

Vincent, descreve que a intensidade do som (gr. *ēchos*) era, literalmente, de um vento forte e contínuo.<sup>10</sup> A Bíblia de Jerusalém (BJ) traduz por “um ruído como o agitar-se de um vendaval” e a Bíblia King James (BKJ) como “uma rajada de vento impetuoso”. A frase traduzida “como que de fogo” (gr. *hōsēi pŷr*) significa “como se fosse”, isto é, “semelhante ao fogo”, mas não consistindo de fogo.<sup>11</sup> A Bíblia Literal do Texto Tradicional (LTT) traduz adequadamente “línguas como que (se fossem) de fogo”. Esses sinais são introdutórios e serviram somente para aquele evento. O som como de um vento simboliza a presença criadora de Deus (Ez 37.9). As línguas como que de fogo são sinal de purificação e consagração (Êx 19.18). O *Comentário Bíblico Pentecostal* destaca que “o som do vento poderoso significa que o Espírito Santo está com os discípulos, e as chamas de fogo em forma de língua que posam em cada um deles são manifestação da glória de Deus, acrescentando esplendor à ocasião”.<sup>12</sup>

### 3. A Evidência do Revestimento de Poder

O revestimento de poder veio com um sinal específico: “falar em outras línguas” (At 2.4). No Pentecostes, os discípulos começaram a falar com outras línguas (gr. *heterais glōssais*). A rigor significa um vocabulário diferente das suas línguas nativas.<sup>13</sup> “Em todo caso, o contexto identifica o termo *glossais* como idiomas desconhecidos pelos locutores. [...] esta é a primeira ocorrência do termo *glossolalia* na história bíblica”.<sup>14</sup> Portanto, a tradução literal é “outras línguas”, no sentido de idiomas diferentes. Contudo, algumas traduções mais antigas utilizam

<sup>9</sup> RICHARDS, Lawrence O. **Comentário Histórico-cultural do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, 3. ed., p. 253-254.

<sup>10</sup> VINCENT, Marvin Richardson. **Estudo no Vocabulário Grego do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013. v. 1, p. 366.

<sup>11</sup> Ibid., p. 367.

<sup>12</sup> STRONSTAD, 2003, p. 632.

<sup>13</sup> VINCENT, 2013. v. 1, p. 39, 367.

<sup>14</sup> STRONSTAD, 2003, p. 1041.

a expressão “línguas estranhas”, como a Almeida Revista e Corrigida (ARC – 1969), ou “*línguas desconhecidas*”, como a Almeida Corrigida Fiel (ACF) e Bíblia King James (BKJ – 1611). Isso ocorreu porque os tradutores buscavam ressaltar que as línguas eram desconhecidas para quem as falava, algo “estranho” ao falante natural. No entanto, a palavra “estranha” não existe no grego; é uma adição interpretativa feita pelos tradutores. Convém também destacar que no livro de Atos, o falar em línguas está explícito em três registros (At 2.1-4; 10.46; 19.6) e implícito em outras duas ocasiões (At 8.14-17; 9.17-18).

Dessa forma, bíblicamente, o falar em outras línguas é sempre a evidência física inicial do batismo no Espírito Santo. Essa evidência difere do dom espiritual de “variedades de línguas”. Esse último dom requer interpretação para a edificação da Igreja, porém o “falar línguas” como batismo ou renovação é compreendido como edificação pessoal, e nesse caso não requer interpretação, nem mesmo repreensão (1 Co 14.27-28).<sup>15</sup>

A *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* é enfática nessa questão: “o derramamento do Espírito veio com um sinal específico, o falar em línguas” (At 2.4).<sup>16</sup> A ortodoxia ensina que “os pentecostais usualmente sustentam que o falar em outras línguas é sempre a evidência física inicial dessa experiência especial”.<sup>17</sup> Desse modo, na experiência da salvação em Cristo, todo crente é “selado” com o Espírito (Ef 1.13-14), porém, no batismo no Espírito Santo, todo crente é “revestido” de poder (At 2.2-4).

### III – A CONTINUIDADE DO DERRAMAMENTO DO ESPÍRITO

#### 1. A Extensão da Promessa do Espírito

No sermão do Pentecostes, Pedro exorta a multidão a três passos fundamentais: arrependimento, batismo em nome de Jesus Cristo para

<sup>15</sup> HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática:** uma perspectiva pentecostal. Rio Janeiro: CPAD, 1997, p. 476.

<sup>16</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 2017, 1. ed., p. 167.

<sup>17</sup> HORTON, 1997, p. 447.

remissão dos pecados e, por conseguinte, o recebimento do “dom do Espírito Santo” (At 2.38). O *Dicionário Vine* leciona que o termo grego usado para “dom” é *dōreá*, que denota “presente grátis, acentuando o caráter gratuito; e sempre é usado no Novo Testamento acerca de um dom espiritual ou sobrenatural”.<sup>18</sup> Não se trata de algo conquistado por mérito humano, mas de uma concessão divina, resultado da obra redentora de Cristo e da ação soberana do Pai.

Esse versículo precisa ser entendido à luz do seu contexto. O “dom do Espírito” refere-se à experiência recém-vivida pelos discípulos, ou seja, o cumprimento da promessa de Jesus do revestimento de poder (Lc 24.24). A cláusula é explicativa, sendo o “dom” o próprio Espírito Santo (cf. At 10.45; 11.17).<sup>19</sup> O *Comentário Bíblico Pentecostal* assevera que “o trabalho inicial do Espírito segue o arrependimento e lança numa nova vida em Cristo. A promessa de Pedro se refere a um subsequente dom gratuito do Espírito e cumpre a promessa de Joel de poder carismático e pentecostal”.<sup>20</sup> Esse dom não ficou restrito ao evento histórico do Pentecostes, mas é estendido aos crentes de todas as épocas: “a vós, a vossos filhos e a todos os que estão longe: a tantos quantos Deus, nosso Senhor, chamar” (At 2.39). O batismo no Espírito é uma experiência potencialmente universal. A declaração de Pedro faz eco à profecia de Joel, em que o Espírito seria derramado “sobre toda a carne” (Jl 2.28). Não significa universalismo irrestrito, mas inclusão de todos os que, mediante a fé, invocarem o nome do Senhor (Jl 2.32; Rm 10.13). Assim, o apóstolo expande a compreensão dos judeus, mostrando que o batismo no Espírito não se limita a Israel, mas abrange todas as nações. Na perspectiva de Atos, esse batismo possui caráter subsequente à regeneração. O novo nascimento é obra do Espírito (Jo 3.5-6; Tt 3.5), mas o “revestimento de poder” (Lc 24.49; At 1.8) é uma experiência distinta. No relato apostólico, percebe-se a diversidade de momentos em que o Espírito Santo foi derramado: (i) na casa de Cornélio, o Espírito desceu simultaneamente à regeneração

<sup>18</sup> VINE, W. E. et al. **Dicionário Vine**: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 576.

<sup>19</sup> VINE, 2002, p. 576.

<sup>20</sup> STRONSTAD, 2003, p. 638.

(At 10.44-46); (ii) Em Samaria e Éfeso, os crentes receberam o Espírito mediante a imposição de mãos (At 8.15-17; 19.2,6). O revestimento de poder, portanto, é distinto do novo nascimento, e o falar em línguas é a evidência inicial dessa experiência (At 2.4; 10.46; 11.15-17; 19.6).

## 2. O Espírito Opera com Diversidade e Unidade

Paulo leciona que “há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo” (1 Co 12.4). O termo “diversidade” (gr. *diairesis*) significa “distribuição” ou “variedade ordenada”.<sup>21</sup> Paulo o utiliza para indicar que os dons espirituais não são uniformes, mas múltiplos e complementares. A diversidade não aponta para divisão, mas para a variedade de dons, operações e ministérios. A unidade do Espírito não anula a variedade, mas a organiza de modo que cada crente seja um instrumento singular no serviço do Reino.

O apóstolo descreve a atuação da Trindade: o Espírito Santo é quem distribui os dons (gr. *charismata*), capacitando os crentes para funções específicas (1 Co 12.4,11); o Filho é quem dirige os ministérios (gr. *diakoníai*), estabelecendo funções e serviços na Igreja (1 Co 12.5); e o Pai é quem opera os resultados (gr. *energémata*), produzindo frutos concretos (1 Co 12.6). Essa dinâmica é profundamente teológica: a origem, a direção e a eficácia da obra espiritual são frutos da ação inseparável do Deus triúno.

A doutrina dos dons espirituais, conforme a fé pentecostal, enfatiza três princípios doutrinários centrais: (i) Universalidade dos dons, em que todos os crentes, sem distinção, podem receber (At 2.39; 1 Co 12.7); (ii) Finalidade coletiva, em que os dons não têm caráter individualista, mas visam ao bem comum (1 Co 12.7; Ef 4.12); e, (iii) Harmonia trinitária, que ratifica os dons como obra do Espírito, dirigidos pelo Filho e realizados pelo Pai, demonstrando que a vida eclesial é reflexo da comunhão da própria Trindade. Assim sendo, essa pluralidade de dons indica a riqueza da Igreja. Os salvos recebem dons específicos visando à edificação e à união dos crentes (Rm 12.4-18). Desse modo, o falar em línguas é apenas a evidência inicial do batismo no Espírito. A evidência contínua

<sup>21</sup> STRONG, James. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1397.

é vista no “fruto do Espírito” (Gl 5.22) e nos dons espirituais (1 Co 12.8-10). Resulta em uma Igreja cheia de poder, unida e santa, em que Cristo é glorificado como a cabeça do Corpo (Ef 1.22-23).

Ressalta-se, ainda, que os dons e as manifestações do Espírito não cessaram no fim da era apostólica, mas são permanentes, válidos para toda a dispensação da graça. O pastor Antonio Gilberto afirma que “a igreja da atualidade precisa mais e mais conhecer, buscar, receber e exercitar a provisão divina imensurável que há nos dons espirituais, para o seu contínuo avanço, edificação, consolidação e vitória contra as hostes infernais, e, ao mesmo tempo, glorificar muito mais a Cristo”.<sup>22</sup>

### 3. O Espírito Distribui Dons com Propósito

A *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* professa categoricamente crer “na atualidade dos dons espirituais distribuídos pelo Espírito Santo à Igreja para sua edificação, conforme sua soberana vontade para o que for útil”.<sup>23</sup> Desse modo, de acordo com os textos do Novo Testamento (Rm 12; 1 Co 12-13; Ef 4), ratifica-se que os dons espirituais estão disponíveis à Igreja hodierna com propósitos peculiares. Nessa esteira, destaca-se que os dons não são para ostentação pessoal, mas para o serviço do Reino (1 Pe 4.10), edificação da Igreja (1 Co 14.12) e glorificação de Cristo (1 Co 12.3). O Espírito os distribui “para o que for útil” (1 Co 12.7); e, os reparte “a cada um como quer” (1 Co 12.11). Nesse sentido, a ortodoxia reconhece e crê que o Espírito Santo distribui dons de forma soberana, tendo sempre em vista um propósito comum. Paulo combate a tentação do exclusivismo espiritual em Corinto, onde alguns supervalorizavam determinados dons, como o falar em línguas (1 Co 14.1-5). Nesse aspecto, sustenta a teologia pentecostal que nenhum dom espiritual ou ministerial pode justificar a elevação de uma pessoa acima de outra. Pelo contrário, cada pessoa deve preferir e honrar as outras mais que a si mesma (Fp 2.3).<sup>24</sup>

<sup>22</sup> GILBERTO, 2013, p. 195.

<sup>23</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, 1. ed., p. 23.

<sup>24</sup> STRONSTAD, 2003, p. 158.

Os dons são “graças espirituais” concedidas e controladas pelo Espírito (Rm 12.6-8). A finalidade específica dos dons protege o salvo de dois perigos espirituais: a soberba, que transforma o dom em motivo de vanglória (Fp 2.3), e a negligência, que enterra o dom e impede seu uso (Mt 25.25). Portanto, cada crente é chamado a exercitar o dom que recebeu com humildade e disponibilidade para servir com amor, zelo e temor ao Senhor (Rm 12.3; Cl 3.23-24).

## **CONCLUSÃO**

O Espírito Santo é o capacitador divino prometido aos que crerem. Ele atua em cada geração com poder, dons espirituais e direção. Desde o Pentecostes, sua presença é real na vida de todo salvo, permanente e contínua. O crente pentecostal vive não apenas no Espírito, mas pelo Espírito, como testemunha viva do poder de Deus no mundo. Portanto, cada cristão regenerado é chamado a viver na plenitude do Espírito.

## Capítulo 11

# O Pai e o Espírito Santo

A ação do Espírito Santo na vida do crente é um dom do Pai e do Filho, refletindo a obra trinitária na redenção. O Espírito Santo não apenas liberta o ser humano do pecado, mas também testifica a filiação dos eleitos e assegura o acesso à herança eterna. Trata-se de uma transformação integral, pela qual o crente é conduzido do “espírito de escravidão” para o “espírito de adoção”, da condição de condenação para a comunhão com Deus e da concupiscência da carne para a participação na glória eterna.

No presente capítulo, apresentam-se elementos doutrinários fundamentais para compreender a transição do homem da antiga vida sob o pecado e sob a lei para a nova vida na condição de filho adotivo em Cristo. Serão abordadas, em particular, as formas pelas quais o Pai e o Espírito Santo atuam em conjunto para garantir a adoção dos pecadores como filhos e coerdeiros da promessa divina, evidenciando a profundidade e a coerência da obra redentora trinitária.

### I – O ESPÍRITO E AS DÁDIVAS DO PAI

#### 1. Da Escravidão à Filiação

A Escritura revela que o salvo em Cristo não vive mais sob o domínio do “espírito de escravidão” (Rm 8.15a). Essa expressão (gr. *pneuma douleia*) indica uma disposição interior marcada pelo medo da punição e pelo estado de servidão às obras da carne (Gl 3.10; 4.3). Tal situação se relaciona com a incapacidade da lei em libertar o pecador (Rm 7.12-14). Embora santa, a lei apenas revela o pecado, mas não concede poder para vencê-lo (Rm 3.20). Tiago apresenta a anatomia dessa

escravidão em três etapas: desejo — pecado — morte. O desejo ilícito concebido gera o pecado; e o pecado consumado gera a morte (Tg 1.15). A escravidão aqui não se refere apenas à prática pecaminosa, mas também ao temor da morte (Rm 6.23; Hb 2.15).

Paulo expõe que “o salário do pecado é a morte” (Rm 6.23a). O “salário” (gr. *opsónion*) era um termo militar que designava o pagamento dos serviços de um soldado. O resultado dessa servidão é a morte. Por sua vez, o “pecado” (gr. *hamartía*) não é apenas um ato isolado, mas um mal que escraviza (Rm 6.12-14). E a morte (gr. *thánatos*) tem um sentido abrangente: (i) morte espiritual (Ef 2.1); (ii) morte física (Gn 3.19; Hb 9.27); e (iii) morte eterna (Ap 20.14).

Em contrapartida, o apóstolo apresenta a antítese “mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna” (Rm 6.23b). O “dom gratuito” (gr. *chárisma*) refere-se a um presente imerecido. A “vida eterna” (gr. *zōé aiónios*) não é apenas duração sem fim, mas comunhão ininterrupta com Deus (Jo 17.3). A dimensão desse ensino mostra que o ser humano, escravizado pela carne, está destinado à morte, não como consequência natural, mas como uma retribuição justa. Porém, a salvação não é “pagamento” nem “mérito”, mas dom gracioso. Desse modo, sob a graça divina, o crente recebe o “espírito de adoção” (Rm 8.15b). Essa frase (gr. *pneúma huióthesía*) aponta para a nova identidade em Cristo, um vínculo de afeto, perdão e inclusão na família de Deus (Gl 4.4-5; Ef 2.19). O termo “adoção” indica o ato jurídico de conceder a alguém o *status* pleno de filho legítimo, com todos os direitos de herança. Assim, o salvo deixa de ser escravo, não apenas é aceito como filho, mas também se torna herdeiro (Rm 8.17). Essa filiação livra do medo e do poder do pecado e da morte, e convida os filhos à comunhão com o Pai (Gl 5.1; 1 Jo 5.18).

## 2. Da Rebeldia à Filho Legítimo

Antes da regeneração, todo pecador era espiritualmente idólatra e rebelde (1 Co 12.2). Henry descreve como “impelidos à mais grosseira idolatria [...] pela força de uma vã imaginação [...] Desgraça miserável da mente [...] Estado sombrio do paganismo”.<sup>1</sup> Ferguson discorre que

<sup>1</sup>HENRY, Matthew. **Novo Testamento**: Atos a Apocalipse. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 479.

o principal agente da rebeldia é o Diabo ou Satanás, “cuja atividade começa com ações oponentes, consideradas próprias dele (Zc 3.1; Jd 9; Ap 12.10), mas logo se estende a atos, mais amplos, de assédio e tentação (1 Pe 5.8)”.<sup>2</sup>

Nessa condição de rebeldia e consequente queda, todas as áreas do ser humano foram afetadas. Segundo Armínio, “neste estado [caído], o livre-arbítrio do homem para o que é bom não somente está ferido, aleijado, enfermo, distorcido e enfraquecido; ele também está aprisionado, destruído e perdido”.<sup>3</sup> Todavia, por meio da graça, Deus capacita o homem para que responda com fé ao chamado do evangelho. Dessa forma, os seres humanos, influenciados pela graça que habilita a livre escolha, tornam-se livres para escolher. Deus proveu a salvação, mas ela se aplica somente àquele que crer (Rm 3.22).<sup>4</sup> Assim sendo, por meio da graça, o pecador é transformado pelos méritos de Cristo, e o Espírito “testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (Rm 8.16). O verbo “testificar” (gr. *symmartyreis*) indica um testemunho conjunto, não paralelo ou independente. O Espírito corrobora a certeza que brota da Palavra crida e da fé viva. Não é mera sugestão psicológica; é ato divino de confirmação que se dá no íntimo do crente (Rm 5.5). O termo “filhos” (gr. *tekna*) ressalta a filiação por geração espiritual (novo nascimento).

Refere-se a uma nova posição espiritual e jurídica (Jo 1.12; Rm 8.15). O Espírito opera a adoção, e confirma a nova realidade, atestando essa verdade diretamente ao coração do crente (2 Co 1.22). Os privilégios dessa dádiva incluem o direito de chamar a Deus de Pai — “pelo qual clamamos: Aba, Pai” (Rm 8.15c), onde o aramaico “*Abbā*” é a forma carinhosa para “papai”, e indica que em Cristo o crente tem íntimo e livre acesso ao Deus Todo-Poderoso (Ef 2.18). Outro benefício do filho tornado legítimo é que ele se torna herdeiro de toda a riqueza do seu Pai adotivo (Ef 1.11).

<sup>2</sup> FERGUSON, Sinclair B. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 66.

<sup>3</sup> ARMÍNIO, Jacó. **As Obras de Armínio**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, vol. 1, p. 473.

<sup>4</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, 1. ed., p. 109.

### 3. Das Trevas à Plenitude do Espírito

A Escritura emprega a metáfora das “trevas” para descrever a condição de alienação do homem em relação ao Criador, marcada pelo pecado, ignorância e escravidão. Aos Efésios Paulo recorda: “noutro tempo, éreis trevas, mas, agora, sois luz no Senhor; andai como filhos da luz” (Ef 5.8). A expressão “éreis trevas” (gr. *en skótos*) não indica apenas que o homem estava em trevas, mas que sua natureza era trevas em si mesma, afastado de Deus (2 Co 4.4,6), depravado (At 26.18) e desesperado (Is 9.1,2).<sup>5</sup> Contudo, o apóstolo acrescenta: “agora, sois luz no Senhor” (gr. *nýn phós en kýrios*). A frase mostra a transformação operada por um ato gracioso do Pai (1 Pe 2.9). Essa transição é descrita como uma transferência “do império das trevas [...] para o reino do Filho do seu amor” (Cl 1.13, ARA). Contrastando com a escuridão, os filhos do Reino agora são luz, eles possuem conhecimento de Deus (Sl 36.9), justiça e santidade (Ef 4.24), e a felicidade (Sl 97.11; Is 9.1-7). Além disso, se tornaram também refletores dessa luz (Mt 5.14; Jo 8.12).<sup>6</sup>

O sinal dessa nova vida é a presença do Espírito: “E, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai” (Gl 4.6). O envio do Espírito é a prova da adoção do crente como filho legítimo (Rm 8.9,14-16). Stronstad afirma que “embora os gentios não fossem filhos naturais de Deus (isto é, os judeus), por causa de Cristo foram completamente adotados em sua família e lhes foi dado o direito de receberem a herança do povo da aliança de Deus”.<sup>7</sup>

A expressão “Espírito de seu Filho” é singular, indicando a continuidade da obra de Cristo por meio do Espírito (Jo 15.26; 16.14; Fp 1.19). E, assim como Jesus orava “Aba, Pai” (Mc 14.36), o crente é capacitado a ter comunhão íntima com Deus. Aquele que andava em trevas e cegueira espiritual, agora vive em plena luz, guiado pelo Espírito (Rm 8.14). Por meio do Pai e do Filho, o Espírito liberta o pecador da escravidão, confirma sua filiação e o retira da escuridão para viver como filho de Deus.

<sup>5</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: Efésios e Filipenses**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 275.

<sup>6</sup> Ibid., p. 275.

<sup>7</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1165.

## II – O ESPÍRITO NOS GUIA NA VONTADE DO PAI

### 1. Os Filhos São Guiados pelo Espírito

Paulo explica que a marca de um filho de Deus não é a filiação nominal, mas a vida conduzida pelo Espírito: “Porque todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus” (Rm 8.14). O verbo “guiados” (gr. “*ágontai*”) está no tempo presente passivo, reflete ação contínua e não coercitiva, indica que os crentes são ininterruptamente orientados pelo Espírito, como alguém que é levado pela mão (1 Jo 2.27). Pohl enfatiza que “o Espírito guia, assim como um pastor conduz as suas ovelhas, e elas o seguem (Jo 10.3), ou como Deus conduziu o povo pelo deserto por meio de Moisés (Sl 136.16), ou como Jesus naquele tempo ia adiante dos seus discípulos (Mc 10.32)”.<sup>8</sup> Portanto, “ser guiado” não é primariamente direção para decisões circunstanciais, mas ser conduzido pelo Espírito em mortificação do pecado e vida santa, o sinal identitário dos adotados (cf. Rm 8.13). Significa que os filhos de Deus são instruídos pelo Espírito, no caminho do Pai, em todo o curso da vida (Jo 16.13). Na Igreja Primitiva, sempre em conformidade com a Palavra, o Espírito orientou missões e deu pareceres (At 13.2; 15.28; 16.6-7).

O Espírito também ilumina o entendimento para discernir e compreender a vontade do Pai (1 Co 2.12-16; Jo 16.13). O Espírito não contradiz à Escritura que Ele mesmo inspirou (2 Tm 3.16-17). Essa direção do Espírito se opõe à inclinação da carne e produz o fruto que forja o caráter cristão (Gl 5.16-18,22-23). Ele aplica a vontade do Pai na distribuição de dons espirituais, ministeriais e de serviço (1 Co 12; Ef 2.10). Tal orientação é resultado da “habitação” do Espírito Santo no coração regenerado (Rm 8.9). Aqui, o verbo “habitar” (gr. *oikei*) aponta para uma residência permanente, e não transitória. Diferente da antiga aliança, em que o Espírito repousava sobre os servos de Deus para tarefas específicas (Jz 14.6; 1 Sm 16.13), agora, em Cristo, Ele faz morada constante no crente. Não apenas junto, mas habitando *dentro* de cada crente regenerado (Jo 14.16-17). Allen enfatiza que “antes era o pecado que habitava, mas agora é o Espírito que habita e governa. A posse do Espírito é coisa essencial, e não acessória para o crente. Ninguém pertence a Cristo

<sup>8</sup> POHL, Adolf. **Carta aos Romanos**. Curitiba: Editora Esperança, 1999, 1. ed., p. 77.

se não tem o Espírito de Cristo (cf. Jd 19)".<sup>9</sup> Essa habitação é a marca da regeneração, pois somente aqueles que nasceram de novo (Jo 3.5-6) podem experimentar a vida do Espírito. Como filhos, os crentes não são deixados órfãos (Jo 14.18); o Espírito aponta a direção e anda com os salvos pelo caminho (1 Co 6.19).

## 2. O Espírito Opera a Mortificação da Carne

A Bíblia apresenta a mortificação da carne como um princípio da vida cristã: “se viverdes segundo a carne, morrereis; mas, se pelo espírito mortificardes as obras do corpo, vivereis” (Rm 8.13). Nesse versículo, Paulo contrapõe dois regimes existenciais: “segundo a carne” (gr. *kata sarka*) e “segundo o espírito” (gr. *kata pneuma*). O termo “mortificardes” (gr. *thanatōō*) exprime a ideia de fazer morrer continuamente, sufocar algo até que perca sua força; trata-se de um processo, não de um ato isolado. Se isso não ocorrer, os que estão vivendo segundo o padrão da carne estão condenados à morte.

Dessa forma, a boa notícia está na segunda parte do texto: “se pelo espírito mortificardes as obras do corpo, vivereis” (Rm 8.13b). A construção “pelo espírito” (gr. *pneumati*) é um dativo de meio, isto é, o Espírito é o agente e o instrumento dessa morte contínua do pecado. A expressão “obras do corpo” (gr. *praxeis tou sōmatos*) indica que Paulo não demoniza o corpo (que será vivificado, Rm 8.11), mas visa às práticas pecaminosas que se servem dele como palco de expressão. A cláusula condicional culmina em uma promessa, “vivereis” (gr. *zēsesthe*), o que implica vida presente e escatológica. Por conseguinte, o texto diz respeito à necessidade de o crente subjugar os desejos pecaminosos. E ratifica que é “pelo Espírito” que os filhos de Deus devem destruir os desditos feitos do corpo.<sup>10</sup> Ele é o agente divino que capacita o salvo a vencer a carne. Porém, o papel do crente não é ser passivo. A iniciativa e o poder são do Espírito; a resposta diligente é do crente (sinergismo). O cristão deve andar em Espírito (Gl 5.16), despir-se do velho homem (Ef 4.22), crucificar a carne

<sup>9</sup> ALLEN, Clifton J. (ed.). **Comentário Bíblico Broadman**. Rio de Janeiro: JUERP, 1994. v. 10, p. 254.

<sup>10</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: Romanos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p. 337.

(Gl 5.24) e santificar-se diariamente (Cl 3.5; 1 Ts 4.3). A ação do Espírito não apenas mostra o erro, mas transforma a vontade e fortalece o crente para que o pecado perca o domínio (Rm 6.14).

### 3. O Espírito Age conforme o Plano do Pai

O plano da redenção é uma obra essencialmente trinitária: “vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho [...] para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos. [...] Deus enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho” (Gl 4.4-6). A frase “plenitude dos tempos” (gr. *plérōma toú chrónou*) marca o fim do período de tutela da lei. Stronstad ensina que “o plano pré-ordenado de Deus era que a lei ditassem o fundamento da moralidade até a vinda de Cristo. Jesus é o ponto focal da história mundial; Ele é o sustentáculo do qual depende a virada dos tempos”.<sup>11</sup>

O texto é teologicamente rico, pois evidencia que cada Pessoa da Trindade tem uma função específica e harmoniosa no plano eterno de Deus. O Pai enviou o Filho: a encarnação de Cristo ocorreu no tempo previamente estabelecido pelo Pai, dentro de sua soberania e sabedoria eterna (At 17.26). O Pai não apenas idealizou, mas também determinou o momento e as circunstâncias para que o plano redentivo se realizasse. Ele é o autor da salvação, pois, como declara o apóstolo João, “nós temos visto e testemunhamos que o Pai enviou o seu Filho como Salvador do mundo” (1 Jo 4.14, ARA).

O Filho executou a redenção: Cristo foi enviado “para remir” os pecadores (Gl 4.5). O verbo grego *exagorázō* (remir, resgatar) significa comprar de volta mediante pagamento. Segundo Wycliffe, “na antiga nação de Israel, a remissão era um instrumento para controlar a escravidão e a dívida pessoal (Dt 15.1-3,9; 31.10)”.<sup>12</sup> O termo aponta para a redenção realizada pelo sacrifício de Cristo (Hb 9.12). Enfatiza que o preço foi oferecido a Deus, como satisfação de sua justiça (Ef 5.2). O Filho, portanto, é o executor do plano divino. Ele veio ao mundo “buscar e salvar o que se havia perdido” (Lc 19.10). O Espírito aplicou a

<sup>11</sup> STRONSTAD, 2003, p. 1165.

<sup>12</sup> PFEIFFER, 2006. p. 1665.

adoção: após a obra redentora do Filho, o Espírito Santo é enviado pelo Pai e pelo Filho para tornar eficaz a salvação no coração do crente (Rm 8.16). O Espírito não apenas confirma a adoção, mas introduz o salvo à comunhão filial com o Pai (Gl 4.6; Rm 8.15). Essa verdade revela que o Espírito não atua de forma autônoma ou independente, mas em perfeita harmonia com o plano do Pai e a obra do Filho (Jo 16.7-8). Em vista disso, reitera-se que o plano da redenção é obra do Pai que planeja, do Filho que executa e do Espírito que aplica. Essa verdade revela que a salvação é uma ação soberana do Deus Triúno.

### III – A TRINDADE CONDUZ À HERANÇA ETERNA

#### 1. Herdeiros de Deus por Adoção

A doutrina da herança é inseparável da adoção (gr. *huióthesia*) que tem o sentido de “receber como filho”.<sup>13</sup> Reitera-se que a adoção confere ao crente o *status* jurídico e espiritual de filho legítimo. Paulo apresenta um dos benefícios dessa filiação: “se nós somos filhos, somos, logo, herdeiros também, herdeiros de Deus” (Rm 8.17a). O termo “herdeiro” (gr. *klēronómōs*) é expressão jurídica aplicada no mundo greco-romano para designar aquele que, por direito legal, recebe a posse da herança de seu pai. Na teologia paulina, ser herdeiro não decorre de mérito humano, mas de uma adoção graciosa em Cristo: “segundo o beneplácito de sua vontade” (Ef 1.5). Assim, a herança não é um prêmio por esforço humano, mas resultado do imensurável amor de Deus.

A herança do salvo é uma obra trinitária perfeita, tanto em sua origem como na sua aplicação: (i) o Pai é o arquiteto da herança, que “faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade” (Ef 1.11), e assegura aos filhos adotivos sua participação em todas as bênçãos divinas; (ii) o Filho conquista a herança mediante sua obra redentora na cruz, por meio do “precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado e incontaminado” (1 Pe 1.19). Ele é o Primogênito, e os crentes tornam-se coerdeiros com Ele; e (iii) o Espírito Santo é a garantia dessa herança, “o qual é o penhor da nossa herança, para redenção da possessão de Deus”

<sup>13</sup> SBB. **Dicionário Bíblico Strong:** Léxico Hebraico, Aramaico e Grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1877.

(Ef 1.14). Sua presença garante a certeza da posse no presente e no futuro. Essa herança dos filhos de Deus possui dimensões escatológicas do “já” e “ainda não” — uma referência às promessas desfrutadas no presente e as que se cumprirão no futuro.<sup>14</sup> Dessa forma, o crente salvo vive o “já” no poder do Espírito, mas espera o “ainda não” tendo as primícias do Espírito.<sup>15</sup> No presente, a herança inclui as bênçãos já recebidas, entre elas, a salvação e a justificação (Rm 5.1; Ef 2.8), o batismo no Espírito Santo, os dons, os milagres e a cura divina (Mc 16.17-18; At 2.1-4; 1 Co 12.4-11). Quanto à herança futura, entre outras, o salvo aguarda as promessas de vida eterna e glorificação (Rm 6.23; 8.30). Portanto, a herança abrange tanto as bênçãos já usufruídas no presente quanto as promessas escatológicas reservadas aos filhos de Deus.

## 2. Coerdeiros de Cristo por Filiação

A filiação divina não apenas insere o cristão na família de Deus, mas também o associa ao Filho Primogênito (Rm 8.29), estabelecendo uma união vital com Ele como “coerdeiros de Cristo” (Rm 8.17b). A expressão “coerdeiro” (gr. *synklēronomoi*) significa “alguém que, juntamente com outros, obtém uma parte do todo”.<sup>16</sup> Paulo utiliza essa linguagem jurídica para revelar uma realidade espiritual. Assim como Cristo recebeu do Pai toda autoridade, glória e domínio (Mt 28.18; Hb 1.2; Ap 3.21), Ele reparte com os seus redimidos essa herança eterna. Logo, ser coerdeiro significa compartilhar não de bens terrenos e corruptíveis, mas da herança incorruptível, incontaminável e imarcescível, reservada nos céus (1 Pe 1.4), a qual consiste na comunhão plena e eterna com Cristo (Jo 17.24). Porém, ser coerdeiro de Cristo não é apenas desfrutar da glória, mas também um chamado para participar de seus sofrimentos. Paulo enfatiza que

<sup>14</sup> A formulação da expressão “já e ainda não” surgiu no século XX com o teólogo George Eldon Ladd (1911-1982), professor no *Fuller Theological Seminary* (EUA). Ele chamou essa visão de “escatologia inaugurada”. Para Ladd, Jesus inaugurou o Reino em sua primeira vinda (“já”), mas o Reino só será consumado em sua segunda vinda (“ainda não”). Foi uma reação ao liberalismo teológico, que dizia que o Reino era apenas ético e presente, e ao futurismo extremo, que só via o Reino e suas promessas como algo futuro (LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2003).

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Ivan. **Escatologia Pentecostal**: o Espírito, o reino e o porvir. Rio de Janeiro: Editora RUJA, 2021, p. 9-11.

<sup>16</sup> SBB. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1591.

somos coerdeiros, e “se é certo que com Ele padecemos, para que também com Ele vejamos glorificados” (Rm 8.17c). O *Comentário Broadman* elucida que os “co-herdeiros com Cristo, todavia, precisam participar dos seus sofrimentos, se desejam participar de sua glória. Ambas as experiências pertencem à filiação (cf. Fp 1.29; 3.10; Cl 1.24)”.<sup>17</sup> O apóstolo lembra que “se sofrermos, também com ele reinaremos” (2 Tm 2.12). Isso confirma que a vida cristã não é isenta de dores, mas é marcada pela tensão entre aflição presente e esperança futura. Porém, essas aflições não se compararam com a glória a ser revelada (Rm 8.18). Em linhas gerais, ser coerdeiro de Cristo não se reduz a uma expectativa escatológica; envolve um processo formativo no presente. A filiação implica ser conformado à imagem do Filho (Rm 8.29). Essa conformidade passa pelo caminho da cruz (Gl 6.17). Contudo, a cruz não é apenas um símbolo de sofrimento, mas de transformação e de identificação com Cristo. O sofrimento, longe de ser acidental, é pedagógico. Ele purifica, fortalece e direciona o cristão para a esperança eterna (Rm 5.3-5). A glória futura é certa, mas a cruz precede a coroa. Assim, ser coerdeiro de Cristo é um chamado sublime que une sofrimento e glória, cruz e coroa, presente e futuro.

### 3. O Pai Administra o Tempo da Herança

Paulo descreve a condição espiritual do homem antes da plena revelação de Cristo: “todo o tempo em que o herdeiro é menino [...] está debaixo de tutores e curadores até ao tempo determinado pelo pai” (Gl 4.1-2). Essa metáfora ilustra claramente a experiência de Israel sob a Antiga Aliança. Apesar de possuir a promessa divina, o povo ainda não usufruía da herança plena, permanecendo sob a tutela da lei e das estruturas temporais (Gl 4.3). O ponto central é que o acesso e posse à herança não é automático; depende da administração soberana do Pai (Gl 4.4). Guthrie destaca que “o pai está no controle da situação, fazendo os melhores arranjos para seu filho, e isto serve de ilustração admirável da provisão de Deus para seu povo”.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> ALLEN, Clifton J. (ed.). **Comentário Bíblico Broadman**. Rio de Janeiro: JUERP, 1994. v. 10, p. 256.

<sup>18</sup> GUTHRIE, Donald. **Gálatas**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 14.

O apóstolo enfatiza que o Pai “determina o tempo” (gr. *prothésmios*) para a plena manifestação da herança (Gl 4.2). O termo significa “colocado de antemão, apontado ou determinado anteriormente”.<sup>19</sup> O Pai é que tem o controle do tempo oportuno e exato (gr. *kairós*) não só para o advento do Messias, mas também para a outorga das promessas e da herança eterna (Ec 3.1). Deus, em sua sabedoria, controla o período adequado para que cada promessa seja experimentada na vida dos herdeiros. Pohl enfatiza que “não foi o tempo que colocou Deus em movimento, porque os povos estivessem maduros ou uma lei numérica se manifestasse, mas foi Deus quem fez o tempo andar”.<sup>20</sup> Por conseguinte, o crente não deve ansiar pelo cumprimento das promessas em seu próprio ritmo, mas reconhecer que o tempo de Deus é perfeito (Rm 8.28). A espera não é passiva; mas é um processo de aprendizado em que Deus prepara o coração e amadurece o herdeiro. A metáfora da tutela também reforça a natureza progressiva da herança. Antes da maturidade, o herdeiro participa apenas parcialmente das promessas “até que todos cheguemos à unidade da fé e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo” (Ef 4.13). Portanto, o crente deve confiar que sua herança é administrada soberanamente pelo Pai. Ele sabe o tempo certo de conceder cada porção da sua promessa a cada um de seus filhos.

## CONCLUSÃO

O Espírito Santo é a dádiva do Pai celestial e de seu Filho Jesus. O Espírito nos torna filhos por adoção, herdeiros com Cristo, habita em nós, orienta e santifica o crente. A Igreja deve viver sob essa consciência: pertencemos ao Pai, guiados pelo Espírito, glorificando ao Filho.

<sup>19</sup> SBB. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1763.

<sup>20</sup> POHL, Adolf. **Carta aos Gálatas**. Curitiba: Editora Esperança, 1999, p. 96.

## Capítulo 12

# O Filho e o Espírito

O plano da salvação não é uma obra isolada, mas uma ação conjunta, coordenada em perfeita harmonia pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo. A Escritura revela que a Trindade age inseparavelmente em favor da redenção da humanidade. Essa verdade bíblica revela não apenas a unidade trinitária, mas também a economia da salvação, isto é, a forma como cada Pessoa divina age de maneira distinta, mas inseparável, na obra redentora.

A unidade perfeita da Trindade no plano da salvação é um testemunho de que Deus é ao mesmo tempo um só em essência e trino em pessoa, agindo com propósito eterno e amor redentor (Ef 1.9-10). Esse capítulo mostra como o Espírito Santo participa ativamente desde a encarnação do Filho, sua obra redentora, sua ressurreição e exaltação (Jo 3.16; Rm 8.11; Ef 1.4-7), bem como enfatiza a resposta esperada de cada crente à obra de redenção.

### I – O ESPÍRITO E A CONCEPÇÃO DO FILHO

#### 1. O Anúncio do Nascimento de Jesus

O evangelista Lucas, com rigor histórico e teológico, registra que o anjo Gabriel foi enviado por Deus a Nazaré da Galileia para anunciar a uma jovem chamada Maria o nascimento do Salvador (Lc 1.26-27). A mensagem divina rompe o silêncio dos séculos e inaugura a plenitude dos tempos (Gl 4.4). O anjo declara: “E eis que em teu ventre conceberás, e darás à luz um filho, e pôr-lhe-ás o nome de Jesus” (Lc 1.31). O anúncio contém três elementos fundamentais para a doutrina da encarnação do verbo de Deus: a concepção, o nascimento e a identidade da criança.

A concepção de Jesus foi um ato miraculoso de Deus. Paulo disse que a encarnação de Cristo foi um milagre e a chamou de “mistério da piedade” (1 Tm 3.16).<sup>1</sup> Maria concebeu pelo poder do “Espírito Santo”, cuja obra é santificar, e, portanto, santificou a virgem, para esse propósito (Lc 1.35). Henry anota que a criança não seria “concebida da maneira normal, porque ela não deveria compartilhar da corrupção e da contaminação comuns da natureza humana [...] A sua natureza humana deveria ser produzida desta maneira, como era adequado que fosse, pois se uniria à natureza divina”.<sup>2</sup>

O nascimento de Jesus, embora precedido por uma concepção sobrenatural (Mt 1.18,20; Lc 1.35), ocorreu de forma natural por meio do ventre de Maria, como qualquer outro parto. Lucas registra que “cumpriram-se os dias [...] E [Maria] deu à luz o seu filho” (Lc 2.6-7). Paulo reforça essa realidade ao afirmar que o Filho eterno foi “nascido de mulher” (Gl 4.4), destacando sua plena humanidade. Assim, embora concebido milagrosamente, Jesus foi gerado, nasceu e cresceu dentro das condições normais da experiência humana (Lc 2.40,52), sendo verdadeiro Deus e verdadeiro homem. O anjo declara que o nome da criança seja Jesus e sua identidade divina é confirmada pelo título messiânico: “Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo” (Lc 1.32). Essa expressão não apenas revela a filiação divina de Jesus, mas o apresenta como o herdeiro do trono de Davi (2 Sm 7.12-16; Is 9.6-7). Maria demonstra perplexidade, não entende como isso poderia acontecer uma vez que era virgem (Lc 1.34). A esse respeito o anjo lhe assegura: “para Deus nada é impossível” (Lc 1.37). Na sequência o texto afirma que ela creu e na mais completa confiança e submissão declarou: “Eis aqui a serva do SENHOR; cumpra-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1.38).

## 2. O Espírito como Agente da Concepção

Diante da mensagem inusitada de sua gravidez, Maria indagou ao anjo Gabriel: “Como se fará isso, visto que não conheço varão?” (Lc 1.34). Essa pergunta não pode ser lida com conotação de dúvidas ou

<sup>1</sup> GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 130.

<sup>2</sup> HENRY, Matthew. **Novo Testamento**: Mateus a João. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, vol. 1, p. 517.

incredulidade, apenas demonstra a perplexidade da virgem acerca de como a concepção iria acontecer sem a intervenção de um homem.<sup>3</sup> O teólogo da Reforma Filipe Melanchthon endossa o que já foi afirmado, isto é, “Deus desejou que Cristo nascesse sem a união física de um homem e uma mulher, para que sua concepção se realizasse sem pecado”.<sup>4</sup> A explicação que o anjo faz de como seria a concepção é singular e miraculosa: “Descerá sobre ti o Espírito Santo” (Lc 1.35a). O “Espírito Santo” está vinculado a “virtude do Altíssimo que te cobrirá com a sua sombra” (Lc 1.35b). A resposta é expressa na forma de paralelismo sinônímico, uma figura de linguagem em que a segunda linha repete a ideia da primeira.<sup>5</sup> A “sombra”, como já visto nesta obra, diz respeito à presença de Deus (Êx 40.35), reporta à nuvem que deu sombra como sinal da presença divina na transfiguração (Lc 9.34) e sinaliza o poder criativo do Espírito de Deus (Gn 1.2; Sl 104.30).<sup>6</sup>

Assim, a sombra do Espírito ao mesmo tempo protege e cria. Desse modo, elucida o anjo, a concepção será obra do Espírito Santo, e por isso declara: a criança “que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lc 1.35b). Essa linguagem lucana é especialmente trinitária: o Altíssimo, o Filho de Deus e o Espírito Santo. No evento da anunciação, como um incentivo a sua fé, o anjo comunica a Maria da gravidez de Isabel: “Isabel, tua prima, concebeu um filho em sua velhice” (Lc 1.36a). Todas as mulheres estéreis da história bíblica que engravidaram de modo sobrenatural prepararam o mundo para crer no milagre da concepção, inclusive de uma virgem esperando um filho.<sup>7</sup>

A perplexa jovem do início da revelação angelical, após a minuciosa explicação, compreendeu o designio divino e não desacreditou das palavras do anjo. Como observa Horton, a grande lição das narra-

<sup>3</sup> MORRIS, Leon L. **Lucas**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 71.

<sup>4</sup> KREITZER, Beth. **Comentário Bíblico da Reforma**: Lucas. São Paulo: Cultura Cristã, 2017, p. 65.

<sup>5</sup> HENRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento**: Lucas. São Paulo: Cultura Cristã, 2014, p. 114.

<sup>6</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 322.

<sup>7</sup> HENRY, 2008, p. 517.

tivas da concepção e do nascimento de Jesus é a afirmação de que Ele é, ao mesmo tempo, Filho de Deus e filho de Maria. Desde o princípio, o Espírito Santo foi o agente da concepção no ventre da virgem, revelando o profundo vínculo de Cristo com a terceira Pessoa da Trindade (Lc 1.34-35).<sup>8</sup> O exemplo de Maria, assim como o de Abraão, ensina o crente a não vacilar diante das promessas de Deus, mas a fortalecer-se na fé, dando glória ao Senhor (Rm 4.20-21).

### 3. A Pureza e a Santidade do Filho

No anúncio do anjo a Maria, uma declaração de caráter cristológico se destaca: “o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lc 1.35c). A palavra “santo” (gr. *hágios*) significa “separado, consagrado”, e quando aplicado a Cristo, não apenas indica dedicação ao serviço divino, mas também exprime um atributo essencial da sua natureza (Sl 99.9). Diferente da humanidade marcada pelo pecado, Jesus foi concebido pelo Espírito Santo e, portanto, nasceu já em estado de perfeita santidade, sem qualquer mancha ou corrupção (Hb 4.15).

Ao atribuir o título de “santo” ao Filho desde o nascimento, o anjo não apenas descreve seu estado moral, mas confirma sua divindade intrínseca. Assim sendo, a santidade de Cristo não é adquirida, mas inerente à sua missão: (i) *Obediência perfeita*. Como segundo Adão, Cristo permaneceu justo e obediente, garantindo a justificação dos que creem (Rm 5.19; 1 Co 15.45); (ii) *Cordeiro imaculado*. Sua santidade o qualificou para ser o sacrifício perfeito e sem defeito (1 Pe 1.19); (iii) *Redentor eficaz*. Por ser santo, pôde oferecer-se de uma vez por todas em favor dos pecadores (Hb 10.10); e (iv) *Modelo de santificação*. Assim como foi concebido pelo Espírito, os crentes também nascem espiritualmente pelo mesmo Espírito e são conformados à imagem do Filho (Rm 8.29).

Do ponto de vista doutrinário, a santidade de Cristo constitui o fundamento da soteriologia cristã. Sem a santidade intrínseca do Filho, não haveria redenção, justificação nem santificação possíveis. A doutrina da impecabilidade de Cristo<sup>9</sup> afirma que, embora plenamente hu-

<sup>8</sup> HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio Janeiro: CPAD, 1997, p. 177.

<sup>9</sup> Também designada como “Inabilidade para pecar”.

mano, Ele esteve livre da corrupção do pecado, garantindo a eficácia de sua obra expiatória.<sup>10</sup> Sua santidade também é escatológica, pois garante a glorificação futura dos crentes, chamados a participar da herança incorruptível (1 Pe 1.4).

Em vista disso, a declaração angelical revela que Jesus nasceu santo, separado do pecado e consagrado desde a concepção pelo Espírito Santo. Essa santidade é atributo divino essencial, confirmado-o como verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Teologicamente, ela é a base da obra redentora de Cristo, pois somente um Salvador santo poderia cumprir a Lei, oferecer-se como sacrifício perfeito e conduzir os crentes à santificação. A santidade do Filho é a garantia da justificação e glorificação do salvo, bem como o paradigma da vida cristã conduzida pelo Espírito.

## II – O FILHO E SUA RELAÇÃO COM O ESPÍRITO

### 1. O Filho É o Verbo Feito Carne

Ao assegurar que “o Verbo se fez carne”, a Escritura revela o mistério do Filho (Jo 1.14). Porém, João não descreve um início do Logos em Maria, mas a entrada do Logos eterno na história humana. O prólogo joanino demonstra a pré-existência, a divindade, a mediação criadora e a pessoalidade do Verbo, coigual com o Pai e o Espírito (Jo 1.1-3), culminando na sua encarnação e autorrevelação como a glória do Pai “cheio de graça e de verdade” (Jo 1.14). Em termos salvíficos, a encarnação é o modo pelo qual Deus realiza a redenção; em termos trinitários, ela manifesta a perfeita harmonia entre o Pai, o Filho e o Espírito.

A encarnação ocorre “na plenitude dos tempos” (Gl 4.4). O Filho eterno, “nascido de mulher”, assume a humanidade sem cessar de ser Deus. Aqui se firma a união hipostática: uma Pessoa (o Filho), duas naturezas (divina e humana), não dividida ou separada em duas pessoas, mas um só e mesmo Filho Unigênito. Assim, a encarnação não implica redução da divindade do Filho, mas assunção da natureza humana. A distinção de natureza de modo algum é anulada pela união, mas,

---

<sup>10</sup> Ibid., p. 144.

pelo contrário, as propriedades de cada natureza permanecem intactas (Calcedônia, 451 d.C.).<sup>11</sup>

Significa que Cristo submeteu-se voluntariamente às limitações humanas, mas manteve a sua essência divina (Jo 5.19). O Filho “esvaziou-se” (Fp 2.6-8) não de seus atributos, mas de suas prerrogativas e do *status* de glória, assumindo forma de servo e limites humanos (fome, cansaço, dor, tristeza, alegria), permanecendo plenamente Deus. Horton reitera a respeito desse assunto “que Jesus não deixou de ser Deus durante a encarnação. Pelo contrário, abriu mão apenas do exercício independente dos atributos divinos”.<sup>12</sup> O pastor Antonio Gilberto ressalta que, ao humanizar-se, Cristo não deixou de ser divino, pois atributos exclusivos da deidade foram manifestos por Ele entre os homens.<sup>13</sup>

A doutrina da encarnação explica que, embora possuísse em si mesmo todos os atributos divinos, Cristo optou em não usá-los de forma independente, vivendo cheio do Espírito (Lc 4.18-19; Jo 5.19; At 10.38). Implica dizer que, ao assumir a natureza humana, Ele escolheu viver em dependência do Pai, no poder do Espírito. Pearlman afirma que “Ele exerceu seu ministério com o conhecimento íntimo de que o poder divino habitava nele. Sabia que o Espírito do Senhor Deus estava sobre ele”.<sup>14</sup> Dessa forma, a encarnação foi operada pelo Espírito Santo (Mt 1.20; Lc 1.35), demonstrando a perfeita harmonia entre o Filho e o Espírito na execução do plano redentor do Pai.

## 2. O Espírito Capacita o Filho

A encarnação do Verbo (Jo 1.14) revela não apenas a união das naturezas divina e humana em Cristo, mas também a maneira pela qual Ele viveu. Embora fosse plenamente Deus, Jesus escolheu agir como verdadeiro homem. As Escrituras revelam que o seu ministério terreno foi marcado pela ação do Espírito Santo. Stronstad esclare-

<sup>11</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2. ed., p. 212.

<sup>12</sup> HORTON, 1997, p. 174.

<sup>13</sup> GILBERTO, 2013, p. 123.

<sup>14</sup> PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. São Paulo: Editora Vida, 2006, p. 241.

ce que o poder exercido por Ele é atribuído “à capacitação que Jesus recebeu do Espírito Santo (Mt 12.28)”.<sup>15</sup> O próprio Senhor Jesus reconhece ser ungido pelo Espírito de Deus para anunciar boas-novas, curar e libertar os cativos e oprimidos (Lc 4.18).

A missão de Jesus, portanto, foi conduzida sob a unção e capacitação do Espírito Santo: (i) *A cada palavra proferida*. Cristo falava as palavras de Deus porque o Espírito lhe fora dado “sem medida” (Jo 3.34). Logo, cada ensino tinha autoridade divina, mas comunicado por meio da unção do Espírito; (ii) *A cada milagre realizado*. Sob a mediação do Espírito “o poder do Senhor estava com Ele para curar” (Lc 5.17); (iii) *A cada demônio expulso*. Pela ação direta do Espírito, os espíritos malignos eram exorcizados “pelo dedo de Deus” (Lc 11.20); e (iv) *A cada perdão ministrado*. Concedido no contexto de sua autoridade ungida pelo Espírito (Lc 5.24).

A capacitação de Jesus pelo Espírito tem profundas implicações doutrinárias: (i) *Cristológicas*. Na encarnação, Cristo assumiu a natureza humana e escolheu depender do Espírito, revelando obediência filial (Fp 2.8); (ii) *Pneumatológicas*. O Espírito é o agente central na vida de Cristo, desde a concepção (Lc 1.35), batismo (Lc 3.22), tentação (Mt 4.1), milagres (At 10.38), até a ressurreição (Rm 8.11); (iii) *Soteriológicas*. O sacrifício vicário de Cristo é realizado em comunhão com o Espírito (Tt 3.5-6; Hb 9.14); e (iv) *Eclesiológicas*. Assim como Jesus viveu e atuou no poder do Espírito, a Igreja é chamada a realizar sua missão pela capacitação do mesmo Espírito (At 1.8).

Cristo não veio com ostentação, mas como servo, movido por compaixão divina (Fp 2.5-7). O Espírito o capacitava com sabedoria, inteligência, poder e direção (Is 11.2). Esse padrão mostra que até o Verbo encarnado escolheu depender do Espírito de Deus (Mt 4.1). O exemplo do Filho tem implicações diretas para os discípulos. Jesus deixou claro que a obra do Reino só pode avançar mediante a unção do Espírito (Lc 24.49; At 1.8). Isso confirma a ênfase pentecostal de que o batismo no Espírito Santo não é apenas experiência inicial, mas capacitação contínua para o testemunho eficaz, para a manifestação dos dons espirituais e para uma vida de santidade (1 Co 12.7-11).

<sup>15</sup> STRONSTAD, 2003, p. 7.

### 3. O Filho e o Poder do Espírito

Como já observado, os Evangelhos mostram que, embora sendo Deus, o Filho viveu em dependência do Espírito Santo, revelando a humildade de sua encarnação e oferecendo um paradigma para a vida cristã.<sup>16</sup> Tal relação entre Cristo e o Espírito não diminui sua divindade, mas evidencia o mistério da união hipostática, em que o Verbo eterno assume a natureza humana e nela realiza a redenção em plena obediência ao Pai pelo poder do Espírito Santo (Jo 6.38; Fp 2.6-8).

Seu batismo foi confirmado pelo Espírito e pela voz do Pai como a manifestação das três Pessoas da Trindade no plano redentor (Lc 3.22). Exegeticamente, o verbo grego *katabainō* (“descer”) indica o revestimento de poder do Espírito para a missão messiânica, não uma outorga de divindade, mas a confirmação de sua consagração messiânica. No deserto, em contraste com Adão, que sucumbiu à tentação, Cristo, o “último Adão”, venceu o Diabo pela obediência à Palavra e pelo poder do Espírito (Mt 4.1; 1 Co 15.45).

A unção e o poder do Espírito sustentaram seu ministério terreno em todo o tempo (Is 42.1-4; Mt 12.18-21). Seus milagres eram sinais que revelavam o Reino de Deus, e eram realizados em cooperação com o Espírito (Mt 12.28). Em sua humanidade, submeteu-se ao Pai e agiu sempre no poder do Espírito (Jo 6.38). Sua obediência encontrou o ápice na cruz e sublinhou a dimensão trinitária do sacrifício (Hb 9.14). Sua vitória sobre a morte é também uma obra operada pelo poder do Espírito (Rm 8.11).

Desse modo, todas as etapas da vida de Jesus — encarnação, batismo, tentação, pregação, milagres, morte sacrificial e ressurreição — são apresentadas como fruto da cooperação entre o Filho e o poder do Espírito na execução do propósito do Pai. Essa cooperação enfatiza que a salvação é obra do Pai, realizada pelo Filho e sustentada pelo Espírito. A conduta do Senhor Jesus mostra que o poder para a missão procede do Espírito.<sup>17</sup> Assim, o crente é chamado a viver sob a mesma dependência, realizando a obra do Reino “não por força, nem por violência, mas pelo meu Espírito, diz o SENHOR” (Zc 4.6).

<sup>16</sup> HORTON, 1997, p. 178-187.

<sup>17</sup> GILBERTO, 2013, p. 174.

### III – A TRINDADE E A MISSÃO REDENTORA

#### 1. O Pai Envia o Filho e o Espírito

Reitera-se que a Escritura apresenta o Pai como a origem e o fundamento da salvação. Ele é a fonte de todo propósito redentor (Jo 3.16). O Pai não apenas idealiza o plano, mas envia o Filho ao mundo, não como mero mensageiro, mas como oferta viva para resgatar os que estavam debaixo da lei (Gl 4.4-5; Hb 9.14). O verbo grego *apresteilen* (“enviou”, Gl 4.4) denota não só um comissionamento, mas uma missão com propósito sacrificial. O envio do Filho mostra que a redenção é histórica, concreta e vicária (At 10.38).

Essa perspectiva mostra que a redenção é expressão da graça e do amor eterno do Pai (1 Jo 4.9). Esse amor foi a causa do envio do Filho para propiciação pelos pecados da humanidade (1 Jo 4.10).<sup>18</sup> O Filho, o Verbo Eterno, encarnou-se para cumprir perfeitamente a lei e assumir a penalidade do pecado (Jo 1.14; 2 Co 5.21). O credo Atanásiano (séc. IV) ratifica que Cristo “sofreu por nossa salvação: desceu ao inferno, ao terceiro dia ressurgiu dos mortos. Ascendeu aos céus: assentando-se à direita de Deus Pai Onipotente, de onde virá para julgar os vivos e os mortos”.<sup>19</sup>

O Espírito, que também procede do Pai (Jo 15.26), não é um agente passivo.<sup>20</sup> Ele não ocupa papel secundário, mas é plenamente ativo na salvação. Como já visto, reitera-se que o Espírito concebe o Filho no ventre de Maria (Lc 1.35), unge, capacita e acompanha o Filho em cada etapa do ministério (At 10.38). E, finalmente, o Espírito aplica os méritos de Cristo na vida dos crentes. Paulo afirma que é pelo Espírito que o cristão conhece e experimenta a salvação (1 Co 2.10-12; Rm 8.16). Dessa forma, a obra do Filho realizada na cruz torna-se eficaz em cada crente pela ação do Espírito.

<sup>18</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2. ed., p. 108.

<sup>19</sup> Ibid., p. 215.

<sup>20</sup> “O Pai é ingênito; o Filho é gerado; e o Espírito Santo procede de Eles. A insistência nessas propriedades pessoais não é tentar explicar a Trindade, mas fazer a distinção entre as fórmulas ortodoxas trinitarianas e as fórmulas heréticas modalísticas” (HORTON, 1997, p. 94).

Essa cooperação, ratifica-se, demonstra que a redenção é, em sua essência, uma obra trinitária. Sem sobreposição ou confusão, mas em perfeita harmonia. Essa estrutura não revela três salvação distintas, mas uma só salvação trinitária: o Pai, em amor eterno pelos pecadores, envia; o Filho, em total submissão e obediência, executa; e o Espírito, em virtude e poder, aplica (1 Pe 1.2). A fé cristã encontra aqui sua base para viver na experiência do amor do Pai, na graça do Filho e na comunhão do Espírito Santo (2 Co 13.13).

## 2. O Espírito Revela e Exalta o Filho

João explica que a missão do Espírito não é atrair atenção para si, mas revelar e exaltar o Filho. Cristo afirmou: “Ele me glorificará” (Jo 16.14a). O verbo “glorificar” (gr. *doxasei*) significa “louvar, exaltar, magnificar, celebrar”, e ainda, “conferir honras, tornar a dignidade e o valor de alguém manifesto e conhecido”.<sup>21</sup> Stronstad afirma que “o Espírito não falará de si mesmo, mas glorificará Jesus fazendo conhecido o que lhe pertence. A natureza e humildade recatada do Espírito vem à tona, até a sua atitude submissa é semelhante a servo, da mesma maneira que Jesus”.<sup>22</sup>

Esse versículo completa a missão do Espírito: “porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar” (Jo 16.14b). O texto realça que a mensagem do Espírito não é autônoma, mas proveniente do Filho. Ele transmite aquilo que já pertence a Cristo, revelando quem é Jesus e o que Ele fez. Carson enfatiza que “seu meio é a revelação da pessoa e da obra de Jesus [...] não quer dizer simplesmente que o Paraclete passa para frente o que Jesus declara, mas também que toda a revelação relacionada à pessoa e missão de Jesus são reforçadas para os discípulos”.<sup>23</sup>

Nesse aspecto, o ministério do Espírito objetiva formar no crente uma vida santificada (1 Ts 4.7-8) e glorificar a Cristo (Jo 16.14). Não consiste apenas em repetir ou lembrar o que Jesus disse, mas fazer com que os discípulos compreendam, internalizem e vivam a revelação de

<sup>21</sup> SBB. **Dicionário Bíblico Strong**: léxico hebraico, aramaico e grego. Barueri: SBB, 2002, p. 1416.

<sup>22</sup> STRONSTAD, 2003, p. 590.

<sup>23</sup> CARSON, D.A. **O Comentário de João**. São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 542.

Cristo (1 Co 2.12-13). Ele reforça, comunica e aplica aos discípulos a verdade e a vida que estão em Jesus (Jo 6.63). Desse modo, no culto e na pregação, o Espírito deve elevar Cristo, confirmando sua morte, ressurreição e senhorio (1 Co 2.2; 12.3; Rm 10.9), e não trazer foco em experiências subjetivas ou no próprio Espírito (Cl 1.18). Assim, toda manifestação do Espírito deve glorificar a Cristo (1 Jo 4.2).

Em vista disso, o Espírito não busca glória própria, mas dá testemunho do Filho (Jo 15.26). A direção do Espírito está, portanto, ligada principalmente à revelação do mistério da salvação, do Cristo crucificado e ressuscitado, que um dia voltará para buscar sua Igreja (1 Co 2.10). Assim, toda obra genuína do Espírito é profundamente cristocêntrica. Portanto, a Igreja hodierna deve discernir as manifestações espirituais à luz da Bíblia (1 Jo 4.1-2). Tudo o que não aponta para Cristo, não procede do Espírito. Cristo é o centro da obra do Espírito (Jo 16.13).

### 3. A Fé e a Submissão do Crente

O plano da redenção é uma obra trinitária, concebida na eternidade e realizada na história por meio do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Contudo, embora seja uma iniciativa soberana de Deus, a salvação requer uma resposta humana de fé, submissão e obediência. Paulo afirma que a salvação é um dom de Deus: “pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós; é dom de Deus” (Ef 2.8). Esse princípio demonstra que, ainda que o homem não seja agente da redenção, ele é seu recipiente e participante, como diz a Escritura: “E tudo isso provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo e nos deu o ministério da reconciliação” (2 Co 5.18).

Maria, ao ouvir a mensagem do anjo sobre a concepção milagrosa, mesmo sem entender plenamente, submeteu-se com fé (Lc 1.38). A fé é mais do que um assentimento intelectual; é confiança e entrega total a Deus. Na perspectiva pentecostal, não é possível exercer a fé salvífica à parte da capacitação divina. Tudo quanto pertence à salvação é dádiva divina: “A fé [...] é a resposta do homem. É Deus quem possibilita a fé, mas a fé (o ato de crer) não é de Deus, mas do homem”.<sup>24</sup> Nesse diápa-

<sup>24</sup> HORTON, 1997, p. 198.

são, a submissão está intrinsecamente ligada à fé, pois confiar em Deus implica abrir mão do controle pessoal e entregar-se à sua vontade: “Entrega o teu caminho ao SENHOR; confia nele, e ele tudo fará” (Sl 37.5).

Nesse contexto, um exemplo bíblico de submissão é Maria, mãe de Jesus. Sua confiança e acatamento nas palavras do Anjo (Lc 1.38), servem como exemplo da postura que todo crente deve assumir diante da obra trinitária, isto é, confiar com humildade e entrega total (Sl 37.5). Assim como o Filho se submeteu ao Pai e foi ungido pelo Espírito, também o crente é chamado a se colocar nas mãos de Deus, crendo que Ele é poderoso para fazer o impossível (Lc 1.37). A resposta que Ele espera de seus discípulos são atitudes que incluem: (i) fé, confiança no caráter e nas promessas de Deus (Hb 11.6); (ii) arrependimento, mudança de mente e de vida (At 17.30); e (iii) obediência, por meio da prática da Palavra (Tg 1.22).

## CONCLUSÃO

Reiteramos que a redenção é uma obra trinitária que revela a perfeita unidade e cooperação entre as Pessoas divinas. O Filho, embora sendo Deus, submeteu-se ao Pai e agiu no poder do Espírito. Ao contemplarmos essa harmonia divina, somos convidados a uma resposta de fé genuína em Cristo, submissão voluntária à vontade do Pai e obediência perseverante à direção do Espírito Santo em nosso viver diário.

## Capítulo 13

# A Trindade Santa e a Igreja de Cristo

A Santíssima Trindade é uma doutrina fundamental da fé cristã, e, também, a base da existência e da missão da Igreja de Cristo. Ela revela o agir cooperativo do Pai, do Filho e do Espírito Santo, de forma harmoniosa na criação, redenção, santificação e na comunhão da Igreja. Esse capítulo visa mostrar como a Trindade sustenta, guia e envia a Igreja para o cumprimento do seu papel no mundo. Compreender essa verdade fortalece a identidade da Igreja como povo de Deus.

## I – A TRINDADE E O PLANO REDENTOR

### 1. Eleitos segundo a Presciênciā do Pai

Deus elegeu a Igreja desde a eternidade (Ef 1.4). O plano da salvação precede a existência da raça humana. A Escritura assevera que os salvos são “eleitos segundo a presciênciā de Deus Pai” (1 Pe 1.2a). Antes da fundação do mundo, Deus planejou salvar e capacitar para uma vida nova o povo que de antemão elegeu. O plano divino de redenção da humanidade não surgiu quando Adão e Eva desobedeceram às ordenanças do Criador no Jardim do Éden (Gn 3.6-19). Deus não foi e nem nunca será apanhado de surpresa; Ele já tinha um plano de salvação preestabelecido (Ef 1.3-5).

Ele controla as eras, tempos e circunstâncias. Essa verdade ensina que existe um propósito eterno por trás de todo evento da História. Nessa perspectiva, o plano divino não foi o resultado de alguma

pressão externa, mas foi ocasionado pelo seu “propósito gracioso” pelo muito que amou o mundo (Jo 3.16). Tudo ocorreu conforme o beneplácito da sua soberana vontade (Ef 1.5,9; 1 Tm 2.3-4). Assim, a eleição dos salvos é “precedida pelo conhecimento prévio de Deus daqueles que, diante do chamamento do Evangelho, iriam crer, receber a Cristo como o seu Salvador pessoal e perseverar até o fim”.<sup>1</sup>

A expressão “eleição” (gr. *eklogē*) significa selecionar, escolher (1 Ts 1.4; Rm 9.11; 11.5,28). A eleição é um “ato soberano de Deus em graça”,<sup>2</sup> não está baseada nas obras dos eleitos, é um favor imerecido condicionado ao arrependimento e a fé em Cristo Jesus (At 2.38). O termo “presciênci” (gr. *proginōskō*) significa “conhecer de antemão” (Ef 1.4; 2 Tm 1.9). Essa palavra não se restringe a um simples ato de previsão, mas indica um conhecimento relacional, no qual Deus, em sua onisciência, conhece de antemão aqueles que hão de responder em fé ao chamado do Evangelho (Rm 8.29).

Portanto, a base da doutrina da eleição é Cristo. O Deus Filho é identificado como o Servo do Senhor, o Messias eleito para ser o libertador e o mediador de uma nova aliança (Is 42.1-7; Hb 9.15; 12.24). Dessa maneira, nos aspectos gerais, a eleição é um ato do amor divino, cristocêntrico e condicional, isto é, trata-se de um favor imerecido condicionado ao arrependimento, à fé em Cristo Jesus e à presciênci divina (At 2.38; Ef 1.4,5; 1 Pe 1.2). Ressalta-se, nessa compreensão, que se arrepender e ter fé não são ações meritórias do homem; elas dependem do auxílio e capacitação divina.

## 2. Redimidos pelo Sangue de Cristo

A Igreja é o resultado da obra redentora do Filho. Os crentes são “eleitos segundo a presciênci de Deus Pai [...] e aspersão do sangue de Jesus Cristo” (1 Pe 1.2). Nesse enunciado, temos a atuação do Pai que elege, e do Filho que redime com seu sangue. A frase “aspersão de sangue” (gr. *rhantismos haimatos*) remete ao ritual do Antigo Testamento

<sup>1</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2. ed., p. 109.

<sup>2</sup> THIESSEN, H. C. **Palestras Introdutórias à Teologia Sistemática**. São Paulo: Batista Regular, 1987, p. 261.

em que o sangue do sacrifício estabelecia uma aliança e a aspersão concedia benefícios aos adoradores (Êx 24.8). Dessa forma, o perdão divino está associado ao derramamento de sangue, não como mera formalidade ritual, mas como expressão da justiça e da santidade de Deus (Lv 17.11).

Essa tipologia alcança sua plenitude em Cristo, que, como Cordeiro de Deus, derramou o seu sangue para remissão dos pecados e inaugurou uma nova aliança (Jo 1.29). Esse sacrifício é único, definitivo e eficaz. Diferente dos sacrifícios repetitivos da antiga aliança, o sangue de Cristo foi derramado uma única vez e para sempre (Hb 10.10,14). Por isso, não há necessidade de outro mediador, pois sua obra é suficiente para a expiação do pecado. Expiar é pagar, quitar, perdoar mediante um sacrifício reparador, por meio da morte de alguém como substituto do culpado. Cristo pagou a dívida com a Lei e com o legislador na cruz (Cl 2.14).<sup>3</sup>

A Igreja, portanto, não nasce de méritos humanos, mas da ação divina que redime e sela um novo povo para Deus, mediante o sangue de Cristo (Hb 9.13-15). Ele amou a Igreja e voluntariamente morreu por ela e no lugar dela (Ef 5.25). A eficácia da obra redentora de Cristo se manifesta de duas formas principais: (i) *Reconciliação com Deus*. O sangue de Cristo remove a barreira do pecado, restaurando a comunhão entre o Criador e a criatura (2 Co 5.18-19); (ii) *Purificação do pecador*. O sangue de Cristo não apenas perdoa pecados, mas mantém o crente em estado de purificação, sustentando sua vida de santidade (1 Jo 1.7).

A doutrina da redenção pelo sangue de Cristo tem implicações essenciais: (i) *Cristocentrismo da fé cristã*. A Igreja existe porque Cristo derramou seu sangue (1 Co 2.2); (ii) *Exclusividade da salvação em Cristo*. Nenhum outro sangue, sacrifício ou mediador pode oferecer perdão e reconciliação com Deus (At 4.12); (iii) *Santidade da Igreja*. O povo eleito é chamado a viver em pureza e separação do pecado, em resposta ao sacrifício de Cristo (1 Pe 1.18-19); e (iv) *Esperança escatológica*. O sangue de Cristo garante não apenas redenção presente, mas também herança futura, pois constituiu um povo de sacerdotes para reinar com Ele (Ap 5.9-10).

---

<sup>3</sup>BAPTISTA, Douglas. **A Igreja Eleita:** redimida pelo sangue de Cristo e selada com o Espírito Santo da promessa. Rio de Janeiro: CPAD, 2020, p. 102.

### 3. Santificados pelo Espírito Santo

A obra do Espírito é igualmente indispensável à identidade da Igreja de Cristo: “eleitos segundo a presciéncia de Deus Pai, em santificação do Espírito [...] e aspersão do sangue de Jesus Cristo” (1 Pe 1.2). O conjunto desse versículo revela a cooperação trinitária na salvação: o Pai elege, o Filho redime e o Espírito santifica. Essa tríplice perspectiva ratifica a economia da Trindade na história da redenção e mostra que a santificação não é mero esforço humano, mas resultado direto da atuação benevolente do Espírito, inseparável da obra redentora de Cristo e da habitação do Espírito.

O termo “santificação” (gr. *hagiasmós*) denota tanto o ato inicial de separação do pecado quanto o processo contínuo de consagração a Deus. O vocábulo se refere à ação do Espírito que, aplicando a obra de Cristo, separa os eleitos do domínio do pecado e os consagra ao serviço do Reino de Deus. Como já visto nessa obra, reitera-se que a santificação é tanto instantânea quanto progressiva. Instantânea, porque no momento da conversão o crente é separado para Deus (1 Co 1.2); progressiva, porque envolve uma caminhada diária de renúncia ao pecado e crescimento na graça (2 Co 3.18).

Sem essa ação do Espírito, a Igreja não passa de uma instituição humana destituída de vida espiritual. Essa compreensão molda a identidade da Igreja. Não basta professar a fé em Cristo, é preciso manifestar uma vida transformada. A santificação é tanto o sinal da eleição quanto a evidência do autêntico discipulado, que pela ação do Espírito: (i) *vivifica*, comunicando a vida de Cristo (Jo 6.63); (ii) *purifica*, lavando e regenerando (1 Co 6.11); (iii) *conduz*, orientando no caminho da obediência (Rm 8.14); e (iv) *conforma a Cristo*, moldando o caráter segundo o modelo do Filho (Ef 4.13).

Assim, a Igreja é continuamente chamada a andar no Espírito (Gl 5.25), em um processo de purificação e transformação que culminará na sua apresentação como uma noiva santa, gloriosa e irrepreensível diante do Cordeiro (Ef 5.27). Não se trata de perfeição absoluta nesta vida, mas de um caminhar constante em novidade de vida. Como ensina Erickson, “a santificação é uma continuação do que foi iniciado na regeneração, quando uma novidade de vida foi conferida ao crente

e sobre ele instilada. Em especial, a santificação é o Espírito Santo aplicando na vida do cristão a obra realizada por Jesus Cristo”.<sup>4</sup> A santificação é a marca de pertencimento do crente ao povo de Deus.

## II – A IGREJA E A COMUNHÃO COM A TRINDADE

### 1. Comunhão com o Pai

A comunhão da Igreja com o Pai tem como fundamento o amor divino revelado em Cristo Jesus (Jo 3.16). Esse amor, expresso no envio do Filho, constitui o ponto de partida da comunhão entre Deus e os crentes. Não se trata de uma iniciativa humana, mas de um movimento compassivo e misericordioso de Deus em direção ao homem (1 Jo 4.10). Acerca disso, ensina a Escritura: “conservai a vós mesmos no amor de Deus” (Jd 21a). O verbo “conservar” (gr. *tērēsate*) ressalta urgência e significa “manter; preservar, guardar, permanecer, manter-se firme” (Jo 8.51-55).

Henry traduz como “cuidado para não se afastarem do amor de Deus, ou de suas manifestações deleitáveis, alegres e vigorosas; mantenham-se nos caminhos de Deus e continuem no seu amor”.<sup>5</sup> O alerta é para que os crentes não se distanciem da experiência, comunhão e segurança desse amor, o que acontece quando alguém escolhe viver no pecado ou na indiferença espiritual. O amor de Deus recebido deve ser cultivado e transmitido. Isso aponta para a perseverança em amar a Deus de todo o coração (Dt 6.5) e amar o próximo (Jo 13.34-35). É o chamado a permanecer firme no amor recebido e no amor praticado (1 Jo 4.16,19). O termo enfatiza a responsabilidade constante do fiel em perseverar no âmbito do amor divino. Não se refere a conquistar o amor de Deus, uma vez que este já foi concedido em Cristo (Rm 5.8), mas de permanecer nele (Jo 15.9-10). A comunhão com o Pai envolve retribuir esse amor por meio da obediência e fidelidade. A permanência no amor divino abrange um aspecto duplo: (i) reconhecer o amor que Deus possui em relação aos pecadores (1 Jo 3.1); e (ii) exercer o amor como um reflexo da regeneração (1 Jo 4.11-12). Dessa forma, o

<sup>4</sup> ERICKSON, Millard J. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1992, p. 418.

<sup>5</sup> HENRY, Matthew. **Novo Testamento: Atos a Apocalipse**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 957.

fiel deve cuidar do amor que lhe foi concedido por Deus, do amor que deve dedicar a Ele e do amor que deve ter para com os irmãos (1 Jo 4.10-12). A comunhão com o Pai, portanto, manifesta-se não apenas em devoção individual, mas também em amor para com o próximo (1 Jo 4.20). Estar no amor de Deus implica caminhar na sua vontade e guardar os seus mandamentos (Jo 14.21). Não é meramente emocional, mas denota a verdadeira comunhão que se manifesta em uma vida de santidade, temor e dependência divina (Fp 2.12). Paulo afirma que nada pode separar o crente do amor de Deus, que está em Cristo Jesus (Rm 8.35-39). Esse amor é o sustento da comunhão com o Pai e a garantia da perseverança do crente. Por isso, a Igreja é chamada a permanecer nesse amor, pois nele encontra a vitalidade de sua vida espiritual.

## 2. Comunhão com o Filho

A comunhão com o Filho é o centro da vida cristã, pois somente em Cristo o crente encontra acesso ao Pai e participa da vida eterna. João registra as palavras de Jesus: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida. Ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14.6). Essa declaração estabelece a exclusividade de Cristo como mediador (1 Tm 2.5), mostrando que a comunhão com o Pai só é possível por meio do Filho.

Judas exorta os salvos a manter a esperança gerada em “nossa Senhor Jesus Cristo, para a vida eterna” (Jd 21b). Essa expectativa escatológica está fundamentada na misericórdia de Cristo, que garante a consumação da salvação.<sup>6</sup> A vida eterna não é apenas futura, pois “Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está em seu Filho” (1 Jo 5.11). O verbo “deu” (gr. *edōken*) está no aoristo, indicando um ato concluído, ou seja, a vida eterna já é uma dádiva concedida em Cristo.

Desse modo, João declara categoricamente: “Quem tem o Filho tem a vida; quem não tem o Filho de Deus não tem a vida” (1 Jo 5.12). A comunhão com Cristo é condição indispensável para a posse da vida eterna. Essa comunhão, porém, é também uma antecipação da plenitude escatológica: “Quando Cristo [...] se manifestar, então, também vós vos manifestareis com ele em glória” (Cl 3.4).

---

<sup>6</sup>HENRY, 2008, p. 958.

Nesse aspecto, o salvo já experimenta a realidade da vida eterna no presente, mas aguarda sua consumação no futuro. A comunhão com Cristo tem início na regeneração, pela fé. Paulo explica que os crentes, unidos a Cristo, participam de sua morte, ressurreição e nova vida (Rm 6.4). Essa união com Cristo não é apenas simbólica, mas espiritual e real, de modo que a Igreja é chamada a morrer para o pecado e viver para Deus até glorificação final (Rm 6.5-6; 8.30).<sup>7</sup>

Essa comunhão também demanda vida prática em obediência. João declara: “aquele que diz que permanece nele, esse deve também andar assim como ele andou” (1 Jo 2.6, ARA). Boor expõe ser “impossível permanecer em Cristo e ao mesmo tempo andar caminhos completamente diferentes daqueles que ele andou”.<sup>8</sup> Portanto, permanecer em Cristo é viver em conformidade com seu exemplo, refletindo seu caráter no mundo. Contudo, esse ensino não possui nenhuma conotação “legalista”. Jesus não “andou” como um escriba e fariseu, mas como o Filho cuja alegria era cumprir os mandamentos do Pai (Jo 4.34; 15.10).<sup>9</sup> Desse modo, a comunhão com o Filho implica regeneração, transformação de vida, perseverança, e, ainda, frutificação espiritual (Jo 15.4-5).

### 3. Comunhão com o Espírito

A comunhão da Igreja com a Trindade não estaria completa sem a participação do Espírito Santo. Paulo, ao escrever aos Coríntios, almeja que a comunhão do Espírito Santo seja com todos os crentes (2 Co 13.13c). Esse texto revela que a comunhão com o Espírito é tão essencial quanto a graça do Filho e o amor do Pai, sendo parte constitutiva da vida cristã. O termo grego *koinonia*, traduzido por “comunhão”, indica participação, partilha, união íntima. Assim, a comunhão com o Espírito não é apenas relacionamento, mas uma vida de cooperação, dependência e submissão à sua direção. O Espírito Santo, reafirma-se, é quem aplica no coração do crente a obra da redenção realizada pelo Filho e decretada pelo Pai (Ef 1.13-14).

<sup>7</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: Romanos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p. 258-260.

<sup>8</sup> BOOR, Werner. **Cartas de Tiago, Pedro, João e Judas**. Curitiba: Editora Esperança, 2008, p.23.

<sup>9</sup> Ibid., p. 23.

Nesse sentido, Stronstad avalia que a “bênção final de Paulo expressa seu desejo de que os coríntios experimentem a plenitude do amor e da graça redentora de Deus através da ministração do Espírito Santo”.<sup>10</sup> A Escritura mostra que o Espírito habita no interior do crente (1 Co 6.19). Sua presença é a marca distintiva da nova aliança, tornando a comunhão com Deus algo permanente e real (Ef 1.13-14).

Além disso, a comunhão com o Espírito é marcada por ensino, consolo e direção (Jo 14.26; Jo 16.13). Outra dimensão dessa comunhão é a santificação (2 Ts 2.13). É o Espírito quem opera a purificação do coração, moldando o crente à imagem de Cristo. Além da santificação, o Espírito concede dons e poder para o serviço no Reino de Deus (1 Co 12.7). Ele participa das fraquezas do crente, sustentando em oração e fortalecendo na esperança da glória futura (Rm 8.16-17).

Em vista disso, Judas adverte os crentes a ser edificados “sobre a vossa santíssima fé, orando no Espírito Santo” (Jd 20). O versículo evidencia que a vida espiritual genuína não é possível sem a ação constante do Espírito (Gl 5.25). A oração no Espírito não se resume a palavras, mas expressa intimidade ativa e dependente da sua direção (Rm 8.26-27). O Espírito é o que promove a unidade no Corpo de Cristo (Ef 4.3). A comunhão com Ele insere o crente na dimensão espiritual onde há reconciliação, perdão e cooperação (Ef 4.30-32; Fp 2.1-2). Assim, a verdadeira unidade cristã não ocorre por meio de celebrações, mas é preservada pelo Espírito, quando os crentes vivem em comunhão e amor sacrificial (Ef 4.3; 1 Co 12.12-13). É por meio dessa comunhão que a Igreja permanece viva, santa e frutífera, até o dia em que será plenamente glorificada em Cristo.

### **III – A IGREJA É ENVIADA PELA TRINDADE**

#### **1. A Missão Dada pelo Pai**

A missão da Igreja não surge como um conceito posterior, mas é uma expressão do plano eterno de Deus, articulado na comunhão da Trindade (Ef 1.4,11). A ação divina é cooperativa no envio da Igreja

---

<sup>10</sup> STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French L. **Comentário Bíblico Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1120.

ao mundo. É uma extensão da comunhão trinitária para alcançar a humanidade com o Evangelho da salvação. O Pai é a fonte e o originador da missão, cujo desejo é que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade (1 Tm 2.4). Essa missão, por conseguinte, está enraizada na compaixão divina. Desde o Antigo Testamento, Deus demonstra esse propósito ao chamar seu povo para ser luz e instrumento de redenção entre as nações (Is 49.6).

No Novo Testamento, esse chamado é ampliado e universalizado por meio da Igreja, que é agora o instrumento do Pai para proclamar a graça e a reconciliação oferecidas em Cristo (2 Co 5.18-20). A missão da Igreja não é, reitera-se, uma adição tardia à vontade divina, mas uma continuação do propósito eterno do Pai (Ef 1.4,11). O envio do Filho ao mundo é o ápice desse propósito. Jesus veio cumprir a vontade do Pai, e em sua obra redentora Ele estabeleceu os meios pelos quais a Igreja participa dessa missão, como agente e corpo de Cristo no mundo (Jo 17.18).

Em consequência, a missão da Igreja é inseparável da economia trinitária da salvação: é enviada pelo Pai, confirmada pelo Filho e capacitada pelo Espírito Santo (At 1.8). O objetivo é de cumprir a vontade do Pai, que deseja reconciliar consigo o mundo por meio de Cristo (2 Co 5.18-20). A missão é ratificada pelo Filho, que comissionou a Igreja para anunciar o Evangelho a todas as nações (Mt 28.19-20). Esse envio confirma que a Igreja não é um projeto humano, mas uma instituição divina, chamada a ser testemunha da graça, do amor e da verdade de Deus em todos os tempos e lugares.

## 2. O Filho Comissiona seus Discípulos

O Filho, enviado pelo Pai, torna-se agora o agente que comissiona a sua Igreja. Após sua ressurreição, Jesus cumpre a promessa de enviar seus discípulos ao mundo, entregando-lhes a responsabilidade de proclamar o evangelho: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações [...] ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado” (Mt 28.19-20, ARA). A Grande Comissão não é uma sugestão, mas um mandato. Trata-se de uma ordenança que é simultaneamente proclamadora e educacional, exigindo da Igreja duas dimensões essenciais: a evangelização e o ensino contínuo da Palavra de Deus (2 Tm 4.2).

Essa missão é também uma expressão da graça salvadora de Deus, que se manifesta por meio da proclamação da mensagem do Reino. O batismo, enquanto ordenança, confirma essa realidade espiritual e trinitária: “batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19b). A expressão que aparece quatro vezes no Novo Testamento — “em nome de Jesus Cristo” (At 2.38); “em nome do Senhor Jesus” (At 8.16; 19.5) e “em nome do Senhor” (At 10.48) — significa somente que o batismo é realizado na autoridade do nome de Jesus.<sup>11</sup> Porém, a fórmula batismal é trinitária. Não é apenas uma liturgia, mas uma confissão pública da fé na obra redentora da Trindade (Ef 4.4-6). Cristo, como o enviado do Pai, deixou claro que a missão da Igreja é a continuidade de sua própria missão: “Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós” (Jo 20.21). D. A. Carson esclarece que “os apóstolos receberam a comissão de continuar a obra de Cristo, e não de começar uma outra”.<sup>12</sup> Portanto, o envio da Igreja pelo Filho é o seguimento do plano trinitário de salvação, e envolve proclamação, ensino, batismo e discipulado. A Igreja não atua por iniciativa própria, mas, sim, como instrumento comissionado e capacitado pelo Cristo ressuscitado, chamada a ser testemunha da graça, verdade e amor de Deus em todo o mundo (Mc 16.15-16).

### 3. O Espírito Capacita e Envia

A missão da Igreja não pode ser realizada sem a capacitação do Espírito. 24.49). Em Lucas 24.49, Jesus deixa claro que a missão confiada à Igreja não pode ser cumprida sem a virtude e o poder do Espírito Santo. Como já observado, o envio vem do Pai, a missão é confirmada pelo Filho, porém, o cumprimento da missão só é possível pelo poder do Espírito (At 1.8).

A missão não depende da eloquência ou capacidade humana (1 Co 2.2-4), mas da unção sobrenatural do Espírito, que transforma crentes comuns em testemunhas eficazes de Cristo. Reafirma-se, que a verdadeira missão é conduzida no poder do Espírito, e não por estratégias huma-

<sup>11</sup> CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 2025, 2. ed., p. 167-168.

<sup>12</sup> CARSON, D. A. **O Comentário de João.** São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 650.

nas (Zc 4.6). Isso contrasta com perspectivas que veem a missão apenas como obra social ou proselitismo humano. As Escrituras mostram que essa missão é miraculosa e transformadora, porque tem origem e poder no Espírito (Fp 2.13).

É o Espírito quem concede dons espirituais para a edificação, e para o exercício eficaz do ministério (1 Co 12.4-7). Ele é quem dá poder e ousadia para testemunhar de Cristo. Em Atos, o Espírito separa, envia e capacita missionários para o serviço cristão (At 13.2). Ele não apenas acompanha, mas orienta e dirige a tarefa evangelizadora da Igreja (At 16.6-7). A bênção apostólica, já citada nesse capítulo, resume a comunhão e cooperação da Trindade em favor da Igreja e sua missão: “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com vós todos. Amém!” (2 Co 13.13).

## CONCLUSÃO

A Trindade está presente em toda a história da Igreja: desde a sua eleição, sua formação, santificação e envio. O Pai planeja, o Filho realiza e o Espírito aplica e dirige. Como povo trinitário, a Igreja é chamada a cumprir seu papel no mundo com poder e fidelidade. A verdadeira Igreja vive, persevera e cumpre sua missão pela comunhão com o Deus Triúno. Essa doutrina não é abstrata, mas prática, viva e transformadora.

# Referências

- AGOSTINHO. **Patrística**: Santo Agostinho: Confissões. São Paulo: Paulus, 1997.
- ALIEN, Clifton (Ed.). **Comentário Bíblico Broadman**. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.
- ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. 1. São Paulo: Loyola, 2003.
- ARMÍNIO, Jacó. **As Obras de Armínio**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015.
- ARRINGTON, French; STRONSTAD, Roger. **Comentário Bíblico Pentecostal**: Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- BAPTISTA, Douglas. **A Igreja Eleita**: redimida pelo sangue de Cristo e selada com o Espírito Santo da promessa. Rio de Janeiro: CPAD, 2020.
- BAPTISTA, Douglas. **Teologia Sistemática 1. Livro didático**. Curitiba: FCC, 2021.
- BARCLAY, William. **Epístola Colossenses**. Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985.
- BARCLAY, William. **Filipenses**. São Paulo: Vida Nova, 1985.
- BARCLAY, William. **O Evangelho de João**. Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985.
- BARCLAY, William. **O Evangelho de Mateus**. Trad. Carlos Biagini. São Paulo: Vida Nova, 1985.
- BERKHOFF, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Cultura Cristã, 4. ed., 2012.
- BOOR, Werner de. **Evangelho de João**. Curitiba: Editora Esperança, 2002.
- BOOR, Werner. **Cartas de Tiago, Pedro, João e Judas**. Curitiba: Editora Esperança, 2008.
- BRAY, G. L. Trindade. In: NASCIMENTO, A. R. (org.). **Novo dicionário de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011.
- BRUCE, F. F. **João**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1987.
- CAMPOS, Heber Carlos de. **A Humilhação do Redentor**: Encarnação e Sofrimento. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- CAMPOS, Heber Carlos de. **A Pessoa de Cristo**: As duas naturezas do redentor. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- CARSON, D. A. **O Comentário de João**. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.
- CARSON, D. A.; et. al. **Comentário Bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2009.
- CGADBB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2. ed., 2025.

- DANA, H.E. & MANTEY, Julius R. **Manual de Gramática del Nuevo Testamento Griego**. Segundo año da versión castellana. Casa Bautista de Publicaciones, 1979.
- DEUTSCHE BIBELGESELLSCHAFT. **Novum Testamentum Graece**. 28. ed. rev. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012.
- ERICKSON, Millard J. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- ERICKSON, Millard J. **Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1992.
- FERGUSON, Sinclair B. **Deus Triúno**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- FERGUSON, Sinclair B. **Novo dicionário de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009.
- FRIBERG, Barbara & Timothy. **O Novo Testamento Grego Analítico**. São Paulo: Vida Nova, 1987.
- GILBERTO, Antônio et al. **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- GUTHRIE, Donald. **A Carta aos Hebreus: Introdução e Comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1984.
- HAMILTON, Victor P. **Manual do Pentateuco**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- HENDRIKSEN, William. **1 Timóteo, 2 Timóteo e Tito**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001.
- HENDRIKSEN, William. **O Evangelho de João**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- HENRIKSEN, William. **Lucas**. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- HENRY, Carl (org.). **Dicionário de Ética Cristã**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.
- HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- HORTON, Stanley M. (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- MICROBERTS, Kerry in: HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal. A Santíssima Trindade**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- HUBBARD, David Allan. **Joel e Amós: introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1996.
- JENNEY, Timothy P. O Espírito Santo e a santificação. In: HORTON, S. (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- KISTEMAKER, Simon. **Epístolas de Pedro e Judas**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- KISTEMAKER, Simon. **Hebreus**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- KREITZER, Beth. **Comentário Bíblico da Reforma: Lucas**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2003.
- LAMELAS, Isidro. **Gnosticismo e Dualismo Anticósntico**: génesis remota de uma crise. Ephata, 4, n. 1, 2022, p. 39-78.

- LAUBACH, Fritz. **Carta aos Hebreus:** comentário esperança. Curitiba: Editora Esperança, 2000.
- LUKASZEWSKI, Albert L.; DUBIS, Mark; BLAKLEY, J. Ted. **The Lexham syntactic Greek New Testament, SBL Edition:** expansions and annotations. Bellingham, WA: Lexham Press, 2011.
- MORRIS, Leon L. **Lucas:** Introdução e Comentário. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 71.
- NASCIMENTO, Alderi Souza do (org.). **Novo Dicionário de Teologia.** São Paulo: Hagnos, 2011.
- PAIXÃO, Marcus. **O Ser de Deus e a Trindade.** São Paulo: O Estandarte de Cristo, 2021.
- PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia.** São Paulo: Editora Vida, 2006.
- PFEIFFER, Charles. **Comentário Bíblico Moody.** São Paulo: Mundo Cristão, 1999.
- PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- POHL, Adolf. **Carta aos Romanos.** Curitiba: Esperança, 1999.
- RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário Bíblico do Novo Testamento Aplicação Pessoal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2009.
- RICHARDS, Lawrence O. **Comentário Histórico-Cultural do Novo Testamento.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- ROBINSON, Edward. **Léxico Grego do Novo Testamento.** Rio de Janeiro: CPAD, 2012.
- SAUSSURE, A. de. **Lutero:** o grande reformador. São Paulo: Vida, 2003.
- SBB. **Dicionário Bíblico Strong:** Léxico Hebraico, Aramaico e Grego. Barueri: SBB, 2002.
- STOTT, John. **A Mensagem do Sermão do Monte.** São Paulo: ABU Editora, 1981.
- STRONG, Augustus Hopkins. **Teologia Sistemática.** São Paulo: Hagnos, 2003.
- STRONG, James. **Dicionário Bíblico Strong:** Léxico Hebraico, Aramaico e Grego. Barueri: SBB, 2002.
- STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, L. French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal:** Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- TEIXEIRA, Ivan. **Escatologia Pentecostal:** o Espírito, o Reino e o Porvir. Rio de Janeiro: Editora RUJA, 2022.
- THIESSEN, H. C. **Palestras Introdutórias à Teologia Sistemática.** São Paulo: Batista Regular, 1987.
- VINCENT, Marvin Richardson. **Estudo no Vocabulário Grego do Novo Testamento.** Rio de Janeiro: CPAD, 2013.
- VINE, W. E.; UNGER, Merrill E.; WHITE Jr., William. **Dicionário Vine:** o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.
- KÄRKKÄINEN, Veli-Matti; MARTINEZ, Juan Carlos (orgs.). **Uma Obra de Referência para a Igreja em todo o Mundo:** dicionário global de teologia. São Paulo: Hagnos, 2017.

# A SANTÍSSIMA TRINDADE

A doutrina da Trindade está entre as verdades mais centrais e sublimes da fé cristã. Ela nos apresenta a própria essência do Deus vivo: um só Deus em três Pessoas distintas — Pai, Filho e Espírito Santo — unidas em perfeita comunhão. Essa realidade, revelada nas Escrituras, não apenas fundamenta nossa fé, mas também molda a forma como nos relacionamos com o Senhor.

Neste livro, você será conduzido a um estudo enriquecedor sobre a manifestação da Trindade, especialmente revelada no batismo de Jesus. A voz do Pai, a obediência do Filho e a descida do Espírito Santo mostram, de maneira clara e harmoniosa, a unidade e a distinção das Pessoas divinas. Cada detalhe desse evento abre caminho para uma compreensão mais profunda do caráter de Deus e de sua obra redentora em favor da humanidade.

Ao mergulhar nessas páginas, você será edificado em sua fé, fortalecido em sua caminhada cristã e desafiado a experimentar de forma mais íntima a presença do Deus Triúno em sua vida.



## AUTOR

### **Douglas Baptista**

É doutor em Teologia Sistemática; mestre em Teologia do Novo Testamento pela FTCB; mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória; pós-graduado em Docência do Ensino Superior e licenciado em Educação Religiosa pela FASSEM; e licenciado em Filosofia pela ASSESB. É também pastor presidente da Assembleia de Deus de Missão do Distrito Federal; presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Cristã Evangélica, do Conselho de Educação e Cultura da CGADB e da Ordem dos Capelões Evangélicos do Brasil; e segundo vice-presidente da Convenção dos Ministros Evangélicos das ADs de Brasília e Goiás; além de diretor geral do Instituto Brasileiro de Teologia e Ciências Humanas. Escritor; autor de diversos livros, entre eles, o *Ethos Pentecostal da Esfera Pública* e *Filosofia da Educação Cristã*.



978-85-7318-180-8

